

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

Relatório e Contas 2011



Handwritten marks and signatures in the top right corner.

Índice

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	3
2. Caracterização do Hospital/Enquadramento Regional do Hospital	8
3. Actividade Global em 2011	12
3.1. Produção	12
3.2. Recursos Humanos	18
3.3. Investimentos Realizados em 2011.....	24
3.4. Execução Orçamental e Análise Financeira	25
4. Desenvolvimento Organizacional	31
4.1. Gestão das Tecnologias e da Informação	31
4.2. Qualidade e Segurança	32
4.3. Direcção Clínica.....	35
4.4. Equipa de Gestão de Altas (EGA)	41
4.5. Equipa Intra-Hospitalar de Suporte em Cuidados Paliativos (EIHCP)	43
4.6. Unidade Móvel de Apoio Domiciliário	45
4.7. Jornadas de Enfermagem	47
5. Desenvolvimento Estratégico para 2012	48
6. Princípios de Bom Governo	55
6.1. Governo da Sociedade.....	55
6.2. Cumprimento das Orientações Legais	65
7. Relato de Outros Requisitos Legais e Acontecimentos Subsequentes.....	69
8. Proposta de Aplicação de Resultados	70
9. Demonstrações Financeiras	71
10. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados	85
11. Certificação Legal das Contas.....	99
12. Relatório e Parecer do Fiscal Único	105
13. Glossário.....	109
14. Anexos	117

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Se o ano de 2009 foi o da transição da gestão do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE (HFF), da anterior Sociedade Gestora para o universo dos *Hospitais EPE*, e 2010 foi o ano da consolidação da nova identidade do HFF e de dificuldades económico-financeiras acrescidas, 2011 foi um ano de afirmação da vontade, querer e capacidade em vencer desafios, apesar das alterações tão profundas, repentinas e “brutais” ao nível das condições económicas e sociais induzidas pelo Memorando da Troika e ao nível da Governação do próprio Hospital.

Mandato do Conselho de Administração

No princípio de 2011, a então Ministra da Saúde, Senhora Dra. Ana Jorge renovou o mandato do Conselho de Administração por mais três anos, triénio 2011/2013 e nomeou a Senhora Dra. Teresa Maia como Directora Clínica, substituindo no cargo, o Senhor Dr. Vasco Salgado. No entanto, em Março de 2011, o então Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. Artur Vaz, a quem dedico uma palavra especial de reconhecimento e agradecimento, apresentou o pedido de exoneração, na sequência do qual, com efeitos a 1 de Junho e por proposta dos membros do Conselho de Administração, Senhora Dra. Helena Martins Alves, Senhora Dra. Teresa Maia e Senhor Enf^o João Vieira, fui nomeado como Presidente do Conselho de Administração, em regime de substituição. O apoio e confiança demonstrados pelos meus colegas é algo que nunca esquecerei e a singularidade do gesto é uma demonstração das suas qualidades profissionais e humanas.

Entretanto, entre Junho e Dezembro de 2011, o Conselho de Administração funcionou, apenas, com quatro elementos. Desde o princípio ficou claro que a cultura de gestão, como traço distintivo do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, deveria ser optimizada através da articulação e definição rigorosa das funções de cada uma das Direcções de primeira linha, do aprofundamento da Estratégia de Governação Clínica e, acima de tudo, da proximidade, envolvimento e cultura de transparência com todos os profissionais da Instituição. Para nós sempre foi da maior importância a gestão das Pessoas. Se o objecto do Hospital é prestar os melhores cuidados de saúde aos nossos doentes, quem faz o HFF são todos os profissionais que diariamente dão o melhor de si, de forma empenhada, abnegada e com elevado sentido de responsabilidade. Foi esse trabalho, feito em conjunto, que permitiu à Instituição ter ultrapassado os múltiplos desafios colocados no ano de 2011, desde as medidas mais exigentes resultantes da implementação do Memorando da Troika, aos inúmeros projectos e soluções de melhoria da actividade do Hospital. As dificuldades não diminuíram a nossa capacidade de olhar para o futuro e, talvez de forma não coincidente com o ânimo vivido no País, foi possível superarmo-nos e percorrer o caminho que permitiu e permite, de forma consistente, construir um Hospital melhor.

Actividade em 2011

O ano de 2011 fica marcado pelo **Memorando da Troika**, de 3 de Maio de 2011, que estabelece as condições gerais de política económica sobre a concessão de ajuda financeira a Portugal e define um conjunto de critérios detalhados e que serão avaliados até ao fim do programa. Os objectivos são reduzir, significativamente, o défice público, reduzir o rácio de dívida pública sobre o PIB e manter a consolidação orçamental no médio prazo até se atingir uma posição orçamental equilibrada. Para atingir estes objectivos

foram implementadas um conjunto de medidas cujas consequências foram e continuam a ser muito penalizadoras do ponto de vista económico e social.

Em relação ao sector da saúde, os objectivos estabelecidos foram a melhoria da eficácia e eficiência do sistema de saúde, obter poupanças adicionais na área da farmácia e reduzir de forma muito significativa os custos operacionais dos Hospitais. Foram assim, adoptadas medidas estruturantes como a revisão das taxas moderadoras, redução dos custos com os subsistemas de saúde, redução dos preços dos genéricos, a obrigatoriedade da prescrição electrónica de medicamentos e de meios de diagnóstico e melhoria do respectivo sistema de monitorização, centralização das compras e procurement (SPMS), reforço dos cuidados primários de saúde, reestruturação dos Serviços hospitalares, introdução de medidas obrigatórias relativas a Prazos Médios de Pagamentos, controlo dos compromissos para evitar aumentos de dívida, publicação de Normas de Orientação Clínica, melhoria dos sistemas de informação, estabelecimento dum sistema de benchmarking hospitalar e respectiva publicação mensal e continuação da reorganização e racionalização da rede hospitalar através da especialização e concentração de Serviços hospitalares e de emergência. Tudo enquadrado num calendário de implementação extraordinariamente ambicioso.

As consequências deste programa foram extremamente exigentes para a Instituição levando à obrigatoriedade de implementação de processos e medidas de grande impacto ao nível administrativo e informático. Ao mesmo tempo, os Serviços centrais e, fundamentalmente, os ligados aos Ministérios da Saúde e Finanças, aumentaram de forma muito significativa o número de pedidos de informação sobre as mais diversas matérias, nomeadamente, recursos humanos, consumos (medicamentos e material de consumo clínico), actividades produtivas, informática e informação contabilística e financeira, entre outros, os quais criaram pressão adicional sobre os profissionais das respectivas áreas de responsabilidade.

A todos estes desafios o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, soube responder de forma muito rigorosa, empenhada, responsável, e solidária, actuando com um forte espírito de “família”, a enorme e orgulhosa “família HFF”. **É interessante observar que foi num enquadramento de enormes dificuldades, em que se apelou ao melhor de nós próprios, que o HFF mais se evidenciou e mostrou toda a sua competência e diferenciação.** As auditorias realizadas pelas entidades competentes e a divulgação pública de indicadores de desempenho hospitalar revelaram o HFF como um dos Hospitais do SNS mais inovadores e consistentes em termos de “cultura de gestão”, o mais eficiente entre os grandes Hospitais e o mais sustentável em termos económicos. **Tudo isto, tendo sempre presente que a nossa razão de existir, é prestar os melhores cuidados de saúde a quem nos procura.**

E foi pelos “nossos doentes” que, em 2011, para além das medidas induzidas pelo Memorando da Troika, prosseguimos o nosso sonho de construir todos os dias um Hospital melhor.

Por esse motivo muitos foram os projectos e actividades desenvolvidos ao longo do ano; a estruturação dos Serviços clínicos, a definição de uma nova política de articulação com os ACES, incluindo uma proposta a estruturação de projectos de intervenção conjuntos e de forma concertada em cinco patologias consensualmente seleccionadas, a definição e implementação da “Política de Governação Clínica”, a criação da Equipa Intra-Hospitalar de Cuidados Paliativos, a consolidação do modelo de funcionamento do Serviço de Urgência Geral e Cirurgia de Ambulatório, a continuação do estabelecimento de parcerias a nível do Ensino e Investigação para favorecimento do desenvolvimento científico hospitalar, a criação da Comissão de Investigação Clínica, que é responsável pela avaliação de todos as propostas de trabalhos de investigação a realizar no HFF, incluindo Ensaio Clínicos, as actividades de formação profissional dos nossos clínicos onde se inclui o excelente trabalho desenvolvido pela Direcção do Internato Médico, a realização das Jornadas de

Enfermagem com um programa científico de grande qualidade e que muito valorizaram o HFF e a realização de Jornadas, Conferências e Simpósios por vários Serviços Clínicos numa demonstração inequívoca de competência e conhecimento.

Entre a actividade desenvolvida e porque foi (e deve continuar a ser) uma demonstração colectiva de vontade, competência e esforço, destaque, igualmente, o trabalho empenhado e esforçado, desenvolvido na adaptação do Sistema de Gestão da Qualidade do HFF aos requisitos do novo manual de acreditação do CHKS, o desenvolvimento e consolidação de práticas transversais na área da Segurança/Gestão do Risco e o projecto de **Reacreditação do Hospital**. Este processo, que envolveu todos os Serviços e profissionais aos diferentes níveis, veio demonstrar que, em termos de Gestão da Qualidade, o HFF atingiu um novo e mais elevado patamar de desenvolvimento. O resultado da avaliação pelos Auditores e a prática coerente e consistente com o novo referencial assim o demonstraram.

Outras actividades a merecer destaque foram a continuação da implementação do Processo Clínico Electrónico que, apesar das dificuldades inerentes à complexidade do projecto, já é e vai ser ainda mais, um elemento de suporte valorizador e diferenciador da actividade clínica e que tem incorporado muito do *Know-How* dos nossos profissionais, o desenvolvimento de soluções de exploração dinâmica de dados, a adopção de tecnologia *Thin Client Sun-Ray*, o desenvolvimento de projectos inovadores pelo Centro de Investigação e Criatividade e a abordagem inovadora ao nível do tratamento de resíduos, a qual mereceu um prémio em Espanha.

Em 2011, manteve-se a importante actividade de cooperação com os PALOP, designadamente São Tomé e Príncipe (através do Protocolo estabelecido com o Instituto Marquês de Valle Flôr) e Cabo Verde (com o apoio à criação do primeiro Centro de *Pacing* Cardíaco de Cabo Verde, no Hospital Dr. Baptista de Sousa, do Mindelo). Por outro lado, intensificou-se o relacionamento com a Clínica da Sagrada Esperança, de Luanda, em Angola, através de actividades de formação a profissionais médicos e de enfermagem.

Como reconhecimento da qualidade e competências do HFF e do excelente trabalho desenvolvido pelos Serviços em áreas específicas, em 2011, o Hospital foi escolhido como local de lançamento da **Campanha contra a Violência Doméstica**, dinamizada pelo Governo e, igualmente, como local de encerramento da **Campanha da Missão Sorriso**, a qual teve o alto patrocínio da Senhora Dra. Maria Cavaco Silva.

Merece uma referência especial a visita, que muito nos honrou e reconhecemos, que Sua Excelência o Ministro da Saúde Dr. Paulo Macedo realizou ao HFF, em Agosto de 2011, a primeira que efectuou a um Hospital da ARSLVT, porque traduziu um sinal de reconhecimento pela qualidade e performance singular do nosso Hospital.

Actividade e Performance Económica e Financeira

Actividade

Em termos de actividade realizada em 2011, o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, cumpriu em quase todas as Linhas de Produção, a actividade contratualizada com a ARSLVT e estabelecida no Contrato Programa. De facto, o HFF cumpriu e até ultrapassou os valores orçamentados ao nível do Internamento Cirúrgico. No entanto, face ao ano anterior, verificou-se uma redução da actividade global do internamento devido ao facto do Hospital ter contratualizado menos GDH's cirúrgicos programados, privilegiando-se a cirurgia ambulatoria, onde se verificou um crescimento de 37% face ao ano anterior. Registou-se, igualmente, um aumento de sessões de Hospital de Dia, nomeadamente, as referentes à especialidade de



Infecciologia. Nas Urgências, houve aumento em termos de número de admissões sem internamento na Urgência Geral e Urgência Pediátrica. O mesmo não aconteceu na Urgência Obstétrica/Ginecológica e Urgência Básica, onde a actividade ficou abaixo do contratualizado e da realizada no ano de 2010. Como já referido, a actividade de ambulatório registou um incremento notável e o peso relativo da cirurgia de ambulatório no total das cirurgias programadas foi de 52%, no final do ano. Esta tendência vai continuar em 2012. Finalmente, uma referência para a actividade de Consultas onde o HFF ficou bastante abaixo dos valores contratualizados, havendo alguns Serviços em que a Lista de Espera de Consulta tem um número elevado de utentes com tempos de espera significativos. Nesta Linha de Actividade, muito há a fazer e o desenvolvimento futuro do Hospital passa, igualmente, por resolver os constrangimentos verificados ao nível da Acessibilidade. O Conselho de Administração já nomeou um Grupo de Trabalho com o objectivo de propor soluções estruturais que resolvam bem este problema. Estou certo que, mais uma vez, a nossa resposta vai ser positiva.

Performance Económica e Financeira

Em 2011 não foi realizado qualquer reforço de capital, o qual se mantém em 18,2 milhões de euros. Realçamos a fraca taxa de realização do capital estatutário do HFF (76 milhões de euros), que se traduz, neste momento em cerca de 24%, sendo um factor de forte condicionamento da implementação do plano de investimento aprovado no âmbito do Plano de Negócios 2009-2011 e de uma gestão mais eficiente da tesouraria do Hospital. Apesar desta limitação e da imposição de medidas restritivas em termos orçamentais, o HFF efectuou investimentos no montante de 3,1 milhões de euros com impacte no edifício, equipamentos médicos e de apoio às actividades médicas e, induzido pela implementação do Processo Clínico Electrónico, verificou-se igualmente um forte investimento em software e hardware. Em Agosto de 2011, entrou em funcionamento a Central de Cogeração.

Em 2011, a performance económica e financeira do HFF foi apreciável. Como resultado de uma gestão adequada da actividade produtiva e um controlo rigoroso dos custos, apesar do nível de eficiência do HFF já ser muito elevado quando comparado com o verificado em outros Hospitais, foi possível continuar a ganhar eficiência. De facto, face aos valores orçamentados, os *Proveitos Operacionais* registaram um desvio de apenas -1,8% e os *Custos Operacionais* tiveram um comportamento mais favorável que o esperado, na ordem dos -4,2%. Este desempenho permitiu que o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, tivesse registado, em 2011, um **Resultado Operacional positivo de cerca de 6.094.315€**, um **Resultado Antes de Impostos de 6.341.345€** e um **Resultado Líquido de 3.581.268€**. No mesmo período, o **Cash-Flow Operacional registado foi de 10.714.355€**. São valores significativos. No entanto, por uma questão de rigor e transparência, é de referir que esta performance foi possível devido aos cortes verificados na rubrica de Recursos Humanos e estabelecidos na Lei do Orçamento Geral do Estado de 2011. De qualquer forma, mesmo sem este efeito, a performance do HFF foi, repito, digno de nota.

Relembro que o HFF teve resultados operacionais e líquidos (depois de impostos) positivos, nos anos de 2009, 2010 e 2011. Não estando em causa o nosso esforço e o nosso contributo que melhor defenda o superior interesse do País, entendo que devia haver um enquadramento de excepção para as Entidades pertencentes ao Sector Empresarial do Estado que apresentassem, sistematicamente e consecutivamente, durante três anos, resultados operacionais e líquidos positivos, garantes de uma efectiva sustentabilidade financeira. Verificada esta condição e cumprindo todos os regulamentos internos e externos aplicáveis, estas Entidades deveriam poder gerir, sem qualquer limitação, todos os recursos necessários ao desenvolvimento da actividade, nomeadamente, a aquisição de bens e serviços, a contratação de recursos humanos e a

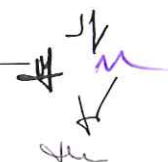
Handwritten signature and initials in the top right corner.

execução de investimentos. Adicionalmente, com o objectivo de promoção de uma cultura de mérito, deveriam poder distribuir prémios de desempenho aos profissionais que cumprissem determinados requisitos e atingissem os objectivos propostos. Estou certo que este é um dos caminhos para a construção de uma cultura de exigência e mérito necessária, entre outros, ao universo das Entidades pertencentes ao Sector Empresarial do Estado. Fica a opinião e reflexão.

O ano de 2011 foi de uma dificuldade extrema mas, como referi atrás, a actividade desenvolvida nos mais diversos projectos e iniciativas e os resultados alcançados são de um Hospital motivado, que sabe encarar os desafios colocados, mesmo os mais difíceis, sem medo, com forte sentido de responsabilidade, trabalho, persistência e esforço. E se a razão de ser do HFF são os doentes, o Hospital são as Pessoas. As Pessoas “especiais” que constituem a “família HFF”. E que são todos os que desde o princípio da vida do Hospital, em diferentes momentos do tempo, deram o melhor de si para construir um Hospital diferente. A todos, mas em especial aos que contribuíram para um ano de excepção do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, o meu simples, reconhecido e profundo agradecimento. Pela partilha do esforço, pela aprendizagem e pelo caminho percorrido em conjunto.

Luís Marques

Presidente do Conselho de Administração



2. Caracterização do Hospital/Enquadramento Regional do Hospital

Introdução

O Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E., constitui a única unidade de saúde pública de agudos dos concelhos de Amadora e de Sintra. Com 785 camas, um Serviço de urgência de *nível médico cirúrgico* e também de *nível básico* (na freguesia de Algueirão Mem Martins), possui todas as especialidades médicas tradicionalmente presentes num Hospital desta dimensão.

Área de Influência e principais características

Desde o início de actividade do HFF, em 1995, se constatou que os pressupostos de base à planificação de um Hospital nos concelhos de Amadora e Sintra se encontravam bastante enviesados. De facto, a estimativa de população para a área de influência em causa situou-se nos 350 mil habitantes, quando no final dessa década já se encontrava nos 500 mil habitantes.

Num estudo de análise epidemiológica levado a cabo por uma empresa especializada, retiram-se alguns valores interessantes que espelham a realidade dos concelhos de Amadora e Sintra:

- Entre 1981 e 2008 a população residente na área de influência do HFF registou um forte aumento, 58%, atingindo uma dimensão aproximada de 617 mil habitantes em 2010. Este crescimento deu-se sobretudo no concelho de Sintra (+72%), que quase duplicou a sua dimensão, neste período, de 226 mil para 445 mil habitantes, enquanto o de Amadora registou um ligeiro acréscimo (5%), de 163 mil para 172 mil habitantes em 2008;
- Face às médias nacionais pode-se considerar a população como jovem, uma vez que o peso da população até aos 14 anos é superior ao peso da população com mais de 65 anos (17,2% face a 14,7%). No Continente esses valores registam 15,1% de peso da população com 14 anos ou menos, e 17,9% na população com mais de 65 anos. No entanto, entre 2001 e 2008 observou-se uma tendência para o envelhecimento da população, em resultado principalmente do aumento de população com mais de 65 anos a residir no concelho de Sintra;
- A população em idade activa registou um decréscimo entre 2001 e 2008, de 71,4% para 68,1%, embora os valores permaneçam superiores aos registados no Continente (67,6% em 2001 e 67% em 2008);
- O efeito migratório da população foi substancial, e em particular no concelho de Sintra. De facto, em 2001 entraram neste concelho 2,61 indivíduos por cada 100 residentes diminuindo esse valor para 1,35 indivíduos em 2008. No Continente, em 2008 esse valor situou-se nos 0,09%. No concelho de Amadora, os valores são negativos embora inferiores, ou seja, saíram mais indivíduos que entraram, registando em 2001 um score de 0,29 saídas por 100 residentes, valor esse que atingiu 1,01 indivíduos em 2008. Globalmente, a área de influência do HFF registou os seguintes efeitos migratórios: em 2001 registaram-se 1,67 indivíduos entrados por 100 residentes entrados (dados do Continente: 0,66), e em 2008 0,69 indivíduos e 0,09 no Continente.

Resumidamente, os concelhos de Amadora e Sintra cresceram de forma substancial na última década e na anterior, e em particular no concelho de Sintra. A população residente é mais jovem que a média nacional, mas apresentando já características de envelhecimento. Finalmente, o efeito migratório que contribuiu decisivamente para esta evolução já se encontra bastante atenuado face a anos anteriores, mantendo-se ainda assim muito acima da evolução nacional.

Acesso à Saúde na área de influência

O Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, mantém-se como o único hospital público de agudos para os concelhos de Sintra e Amadora. Uma exceção foi criada com o novo Hospital de Cascais, reorientando-se a referência materno-infantil de um conjunto de oito freguesias de Sintra, pertencentes ao HFF, para este novo Hospital.

Cuidados de saúde primários

Com a reforma dos cuidados de saúde primários, uma das medidas instituídas foi a criação dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que agregam, em termos de gestão, um conjunto de *Centros de Saúde* de determinada zona geográfica. Nos concelhos de Amadora e Sintra, esta alteração resultou nos seguintes ACES:

ACES	Sede	Centro de Saúde
Grande Lisboa VII - Amadora	Amadora	Amadora Reboleira Vendas Novas
Grande Lisboa VIII - Sintra-Mafra	Sintra	Sintra Mafra Pêro Pinheiro
Grande Lisboa IX - Rio de Mouro	Algueirão	Algueirão Rio de Mouro
Grande Lisboa X - Cacém-Queluz	Queluz	Cacém Queluz

Estes ACES espelham, de uma forma geral, a área de influência do HFF, exceção feita ao Centro de Saúde de Mafra, na composição do ACES Grande Lisboa VIII – Sintra - Mafra, que não referencia para o HFF. Os restantes nove Centros de Saúde, que referenciam cuidados de saúde para o HFF, encontram-se em 24 freguesias, e contêm 18 extensões de saúde.

De salientar, ao nível dos cuidados primários, a existência do Serviço de Urgência Básica (SUB) de Algueirão Mem Martins e a criação de Unidades de Saúde Familiares (USF).

Em Agosto de 2009, procedeu-se à abertura do SUB de Algueirão Mem Martins, de acordo com o plano nacional de reordenamento das urgências externas. O ano transacto foi o segundo ano completo de funcionamento desta nova unidade, que desde o seu início foi atribuído em termos de gestão, ao HFF. Globalmente, originou um volume de atendimentos de 46.135 episódios, bastante acima dos 43.800 esperados em 2009.

Adicionalmente, e face ao ano de 2009, acrescentam-se duas USF que entraram em funcionamento no final de 2009 e no final de 2010, respectivamente, em Colares e em Mem Martins (conforme o quadro seguinte), e que vieram acrescentar 20.891 utentes abrangidos por USF na área de influência do HFF.

Designação USF	Local	N.º Utentes	Início de Actividade
Alphamouro	Rio de Mouro	16.000	28-12-2007
Amato Lusitano	Amadora	9.203	28-12-2006
Mactamã	Massamá-Queluz	20.000	03-07-2008
Monte da Lua	Várzea de Sintra	9.000	01-09-2008
Mãe d'Água	Massamá-Queluz	9.113	03-07-2008
Natividade	Mem Martins	11.500	27-06-2008
Albasaúde	Algueirão / Rio de Mouro	10.500	20-07-2009
Arco-Íris	Amadora	12.500	12-10-2009
Conde Lousã	Amadora	21.000	31-07-2009
Mira-Sintra	Cacém-Queluz	8.750	15-07-2009
S. Marcos	Cacém-Queluz	14.000	03-03-2009
Colares	Colares	8.641	29-12-2009
Lapiás	Mem Martins	12.250	02-11-2010
Total de Utentes		162.457	

Fonte: Site da Unidade de Missão para os Cuidados de Saúde Primários

De referir ainda, e no âmbito das iniciativas integradas na reforma dos cuidados de saúde primários, a criação de Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC). Estes organismos são unidades funcionais integradas em ACES, com competências ao nível da prestação de cuidados de saúde e apoio psicológico e social, de âmbito domiciliário e comunitário, às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis em situações de maior risco ou dependência física e funcional. Actuam ao nível da educação para a saúde, integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção.

Segundo informação da Unidade de Missão para os Cuidados Continuados, existem nestes ACES as seguintes UCC:

JJ
HFF
fhe

Designação UCC	ACES	Início de Actividade
Pêro-Pinheiro	Grande Lisboa VIII - Sintra-Mafra	04-12-2009
Abraçar Queluz	Grande Lisboa X - Cacém-Queluz	15-12-2009
Amadora Mais	Grande Lisboa VII - Amadora	12-07-2010
Cruzeiro de Algueirão	Grande Lisboa IX - Rio de Mouro	02-12-2010
Cacém Care	Grande Lisboa X - Cacém-Queluz	10-12-2010

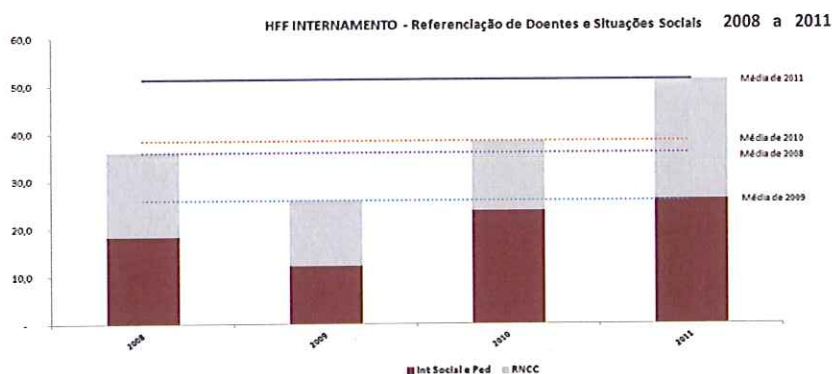
Fonte: Site da Unidade de Missão para os Cuidados de Saúde Primários

Cuidados Continuados

A escassez de resposta ao nível dos cuidados continuados nas zonas de Amadora e Sintra constitui um problema 'crónico', que de uma forma directa afecta o nível de acessibilidade que o HFF pretende garantir aos utentes da sua área de influência.

Com particular incidência nos meses de Inverno, o internamento social (doentes com alta clínica) e o internamento que se encontra a aguardar disponibilidade de vaga em instituições que têm protocolo com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), constitui um obstáculo ao normal fluxo de doentes que tradicionalmente são internados via Urgência Geral/serviço de observações (SO). Em resultado disso, repetem-se nestes períodos os cenários de excesso de doentes internados no SO, em situações de risco clínico acrescido, dada a ocupação de camas no departamento de medicina com internamento inadequado.

Em média, ao longo de 2011, o HFF registou uma ocupação média de 51 camas com internamento de carácter social ou a aguardar disponibilidade na RNCCI – 531 doentes. Este internamento inadequado, face a uma dotação de 785 camas, corresponde a uma taxa de ocupação média de 6,52%. O aumento pode ser analisado através do gráfico em baixo apresentado;



Perante esta realidade, o HFF vê-se na obrigação de garantir o alojamento e assistência a doentes em lares, de forma a que não corram riscos clínicos desnecessários, pela simples permanência em internamento de agudos e não se coloque em causa a garantia de assistência clínica a quem, de facto, necessita de cuidados de saúde de agudos.

Em 2011, o HFF teve um custo superior a 227 mil euros com estes internamentos em lares.

3. Actividade Global em 2011

3.1. Produção

Internamento

Em termos acumulados, a actividade de internamento ficou 2,2% abaixo do valor contratualizado internamente com os Serviços. Genericamente, este desvio ficou a dever-se à menor actividade nos Serviços do Departamento de Medicina e ainda nas UICD's dos Serviços de Urgência. Aqui, verificou-se uma redução significativa (-10%) nos doentes internados na UICD do Serviço de Urgência Geral, com repercussão directa no fluxo de doentes do Eixo Urgência-Medicinas, onde se registou um desvio de 4% do número de doentes saídos face ao orçamentado.

A redução da actividade global do internamento deveu-se ainda ao facto do HFF ter contratualizado menos episódios de internamento em GDH's cirúrgicos programados, privilegiando-se a cirurgia ambulatória, onde se verificou um crescimento de 37% face ao ano anterior.

ANÁLISE EVOLUTIVA DA ACTIVIDADE DO INTERNAMENTO	Total Acum.	Total Hom. Acum.	Total Orç. Acum.	Δ Face Hom.			Δ Face Orç.		
				Valor	%		Valor	%	
MEDICINA 1	2.232	2.345	2.342	-113	-5%	♦	-110	-5%	♦
MEDICINA 2	1.196	1.335	1.303	-139	-10%	♦	-107	-8%	♦
MEDICINA 3	925	962	987	-37	-4%	♦	-62	-6%	♦
MEDICINA 4	1.742	1.564	1.690	178	11%	♦	52	3%	♦
INFECIOLOGIA	243	269	273	-26	-10%	♦	-30	-11%	♦
CARDIOLOGIA	1.207	1.209	1.273	-2	0%	♦	-66	-5%	♦
U.C.I.C.	176	214	216	-38	-18%	♦	-40	-19%	♦
NEUROLOGIA	1.036	1.118	1.100	-82	-7%	♦	-64	-6%	♦
GASTRO	708	668	671	40	6%	♦	37	6%	♦
PNEUMOLOGIA	717	735	800	-18	-2%	♦	-83	-10%	♦
NEFROLOGIA	365	346	333	19	5%	♦	32	10%	♦
MEDICINAS	10.547	10.765	10.988	-218	-2%	♦	-441	-4%	♦
CIRURGIA B	2.370	2.788	2.245	-418	-15%	♦	125	6%	♦
CIRURGIA C	2.439	2.602	2.338	-163	-6%	♦	101	4%	♦
CIRURGIA PLÁSTICA	583	839	531	-256	-31%	♦	52	10%	♦
CIRURGIA MAXILO FACIAL	111	102	112	9	9%	♦	-1	-1%	♦
OFTALMOLOGIA	411	778	413	-367	-47%	♦	-2	0%	♦
O.R.L.	1.230	1.573	1.270	-343	-22%	♦	-40	-3%	♦
UROLOGIA	1.734	1.784	1.656	-50	-3%	♦	78	5%	♦
ORTOPEDIA A	1.058	1.239	1.100	-181	-15%	♦	-42	-4%	♦
ORTOPEDIA B	1.194	1.298	1.350	-104	-8%	♦	-156	-12%	♦
CIRURGIAS	11.130	13.003	11.015	-1.873	-14%	♦	115	1%	♦
OBSTETRÍCIA	6.442	7.482	6.350	-1.040	-14%	♦	92	1%	♦
GINECOLOGIA	1.469	1.593	1.525	-124	-8%	♦	-56	-4%	♦
OBST/GINECOL.	7.911	9.075	7.875	-1.164	-13%	♦	36	0%	♦
PEDIATRIA	1.516	1.643	1.580	-127	-8%	♦	-64	-4%	♦
CIRURGIA PEDIÁTRICA	430	438	421	-8	-2%	♦	9	2%	♦
U . C . I . E . N .	264	268	294	-4	-1%	♦	-30	-10%	♦
U . C . I . E . P .	119	127	106	-8	-6%	♦	13	12%	♦
PEDIATRIAS	2.329	2.476	2.401	-147	-6%	♦	-72	-3%	♦
PSIQUIATRIA	427	439	497	-12	-3%	♦	-70	-14%	♦
U.C.I.P.	102	112	112	-10	-9%	♦	-10	-9%	♦
U.C.I.C.R.E.	53	43	52	10	23%	♦	1	2%	♦
DOENTES SAÍDOS	32.499	35.913	32.940	-3.414	-10%	♦	-441	-1%	♦
U.I.C.D. - Geral	2.567	2.859	2.834	-292	-10%	♦	-267	-9%	♦
U.I.C.D. - Pediátrico	166	236	240	-70	-30%	♦	-74	-31%	♦
U.I.C.D. - Obst./Ginec.	651	619	672	32	5%	♦	-21	-3%	♦
DOENTES SAÍDOS	35.883	39.627	36.686	-3.744	-9,4%	♦	-803	-2,2%	♦

Em relação ao internamento cirúrgico, o HFF concluiu o ano de 2011 com mais 1.146 doentes equivalentes, registando-se um acréscimo de 12% no internamento programado e 7,3% no internamento urgente.

	QUANTIDADE			
	DEZ 2011 - SNS		Δ	
	ACUM	ORÇ.		
GDH Cirúrgicos	12.548	11.402	1.146	10,0% *
GDH Cirúrgicos - Programados	7.425	6.629	796	12,0% *
GDH Cirúrgicos - Urgentes	5.122	4.773	349	7,3% *

Consulta Externa

Em 2011, em termos acumulados, realizaram-se menos 9.816 consultas do que o orçamentado, o que corresponde a uma variação negativa de 4%. Por outro lado, em relação ao ano de 2010, verificou-se uma diminuição de 1.552 consultas médicas (-1%).

Para esta redução significativa de actividade, contribuíram, fundamentalmente, os Serviços Cirúrgicos e a Ginecologia, neste caso por redução da equipa médica.

Do total da actividade de consultas externas, realizada em 2011, 28,4% foram primeiras consultas. Este valor encontra-se ligeiramente acima dos 27,2%, fixado como objectivo institucional de primeiras consultas médicas.

ANÁLISE EVOLUTIVA DA ACTIVIDADE DAS CONSULTAS EXTERNAS	Total Acum	Total Hom. Acum.	Total Orç. Acum.	Δ Face Hom.			Δ Face Orç.		
				Valor	%		Valor	%	
Medicina Interna I	3.706	4.356	4.302	-650	-15%	*	-596	-14%	*
Medicina Interna II	7.428	7.711	8.967	-283	-4%	*	-1.539	-17%	*
Medicina Interna III	2.468	1.601	1.961	867	54%	*	507	26%	*
Medicina Interna IV	2.324	1.380	1.850	944	68%	*	474	26%	*
Med - Infecçologia	4.738	4.180	3.320	558	13%	*	1.418	43%	*
Neurologia	11.221	10.216	11.236	1.005	10%	*	-15	0%	*
Cardiologia	9.179	9.235	9.640	-56	-1%	*	-461	-5%	*
Gastroenterologia	8.755	8.308	8.794	447	5%	*	-39	0%	*
Pneumologia	5.773	5.016	5.742	757	15%	*	31	1%	*
Nefrologia	3.948	3.503	3.317	445	13%	*	631	19%	*
Oncologia	13.497	12.820	13.254	677	5%	*	243	2%	*
ESP. MÉDICAS	73.037	68.326	72.382	4.711	7%	*	655	1%	*
Cirurgia Geral B	9.792	10.186	10.495	-394	-4%	*	-703	-7%	*
Cirurgia Geral C	8.993	9.860	9.098	-867	-9%	*	-105	-1%	*
Cirurgia Plástica	6.886	6.421	7.368	465	7%	*	-482	-7%	*
Cirurgia Maxilo-Facial	1.127	1.029	1.054	98	10%	*	73	7%	*
Oftalmologia	23.161	25.399	24.110	-2.238	-9%	*	-949	-4%	*
ORL	12.425	15.102	14.872	-2.677	-18%	*	-2.447	-16%	*
Ortopedia A	8.725	9.804	9.219	-1.079	-11%	*	-494	-5%	*
Ortopedia B	8.850	8.842	9.649	8	0%	*	-799	-8%	*
Urologia	11.131	11.161	11.701	-30	0%	*	-570	-5%	*
Anestesiologia	2.527	3.095	2.702	-568	-18%	*	-175	-6%	*
Dor	2.921	2.768	3.670	153	6%	*	-749	-20%	*
ESP. CIRÚRGICAS	96.538	103.667	103.939	-7.129	-7%	*	-7.401	-7%	*
Obstetrícia	12.809	13.544	13.137	-735	-5%	*	-328	-2%	*
Ginecologia	11.793	13.586	13.657	-1.793	-13%	*	-1.864	-14%	*
DEPT. MULHER	24.602	27.130	26.795	-2.528	-9%	*	-2.193	-8%	*
Pediatria	20.532	19.276	20.519	1.256	7%	*	13	0%	*
Cirurgia Pediátrica	5.938	5.970	6.353	-32	-1%	*	-415	-7%	*
DEPT PEDIATRIA	26.470	25.246	26.872	1.224	5%	*	-402	-1%	*
Psiquiatria - Hospital	2.574	4.030		-1.456	-36%	*	2.574		*
Psiquiatria - C. Saúde	14.766	14.940		-174	-1%	*	14.766		*
Pedopsiquiatria	1.773			1.773		*	1.773		*
Psiquiatria de Ligação	551					*			*
PSIQUIATRIA	19.664	18.970	19.994	694	4%	*	-330	-2%	*
M.F.R.	5.188	5.189	5.415	-1	0%	*	-227	-4%	*
Imunohemoterapia	7.221	6.834	6.962	387	6%	*	259	4%	*
Anatomia Patológica	100	106	122	-6	-6%	*	-22	-18%	*
Patologia Clínica	16.589	15.493	16.744	1.096	7%	*	-155	-1%	*
TOTAL CONSULTAS MÉDICAS	269.409	270.961	279.225	-1.552	-1%	*	-9.816	-4%	*

Urgência

Em 2011, a actividade das urgências registou uma variação negativa de 3,2% face ao valor orçamentado e de 0,6% relativamente ao ano de 2010 (-1.689 atendimentos). Esta variação verificou-se, em especial, na Urgência Básica e Urgência Pediátrica.

A Urgência Geral manteve praticamente o mesmo nível de atendimentos face ao ano anterior (+0,5%), situando-se, no entanto, abaixo dos valores orçamentados com menos 819 episódios (-1%). Em relação à actividade do Serviço de Urgência Básica, registou-se uma significativa diminuição do número de atendimentos, verificando-se um desvio negativo de 8% face ao valor orçamentado (-4.008 episódios) e -3% face ao ano anterior (-1.599 episódios).

Na sequência da alteração da referenciação de doentes da área materno-infantil, direccionados de algumas freguesias do Município de Sintra para o Hospital de Cascais, em 2010, nesse mesmo ano, a Urgência Pediátrica registou uma tendência decrescente de actividade, o que já não se verificou em 2011, onde se registou uma variação positiva de 2% face ao ano anterior.

Em relação à Urgência Obstétrica/Ginecológica, era expectável uma redução no número de atendimentos face ao ano anterior, o que se confirmou, verificando-se uma redução de cerca de 2.240 episódios (-9%), resultante do desvio dos utentes pertencentes às 8 freguesias do Município de Sintra e que passaram a ser referenciados para o Hospital de Cascais. Face aos valores contratualizados, a actividade registou um decréscimo de 525 episódios que corresponde a um desvio negativo de 2%.

ANÁLISE EVOLUTIVA DA ACTIVIDADE DAS URGÊNCIAS	Total Acum	Total Hom.	Total Orç. Acum.	Δ Face Hom.			Δ Face Orç.		
				Valor	%		Valor	%	
URG. GERAL									
Nº Admissões	142.455	141.760	143.274	695	0%	♦	-819	-1%	♦
Média Diária	390	388	393	2	0%	♦	-2	-1%	♦
Nº Admissões sem Internamento	127.820	126.177	126.988	1.643	1%	♦	832	1%	♦
URG. PEDIÁTRICA									
Nº Admissões	62.199	60.744	65.831	1.455	2%	♦	-3.632	-6%	♦
Média Diária	170	166	180	4	2%	♦	-10	-6%	♦
Nº Admissões sem Internamento	60.295	57.968	58.348	2.327	4%	♦	1.947	3%	♦
URG. GINECOL.									
Nº Admissões	8.238	8.933		-695	-8%	♦			
Média Diária	23	24		-2	-8%	♦			
URG. OBSTÉTRICA									
Nº Admissões	13.491	15.036		-1.545	-10%	♦			
Média Diária	37	41		-4	-10%	♦			
Nº de Partos	3.213	3.663	3.600	-450	-12%	♦	-387	-11%	♦
URG. OBST./GINEC.									
Nº Admissões	21.729	23.969	22.254	-2.240	-9%	♦	-525	-2%	♦
Média Diária	60	66	61	-6	-9%	♦	-1	-2%	♦
Nº Admissões sem Internamento	17.756	19.380	19.724	-1.624	-8%	♦	-1.968	-10%	♦
URG. BÁSICA									
Nº Admissões	46.166	47.765	50.174	-1.599	-3%	♦	-4.008	-8%	♦
Média Diária	126	131	137	-4	-3%	♦	-11	-8%	♦
Nº Admissões sem Internamento	46.135	47.765		-1.630	-3%	♦	46.135		♦
TOTAL ADMISSÕES	272.549	274.238	281.533	-1.689	-0,6%	♦	-8.984	-3,2%	♦
Média Diária	747	751	771	-5	-0,6%	♦	-25	-3,2%	♦
ADMISSÕES sem Internamento	252.037	251.290	255.235	747	0,3%	♦	-3.198	-1,3%	♦

Ambulatório

Ambulatório Médico

Esta linha de produção registou um nível de actividade que se situou 2% acima do valor orçamentado (+248 GDH's), tendo-se, igualmente, verificado um aumento de 438 GDH's (+3%) em relação ao ano de 2010. De realçar um crescimento acentuado, face ao período homólogo, nas especialidades de Neurologia e Oncologia, decorrente dos exames do sono (actividade desenvolvida pelos Serviços de Neurologia e Pneumologia) e tratamentos de Quimioterapia, respectivamente, 33% e 5%. Neste último caso, o comportamento é coerente com o aumento da incidência de casos diagnosticados e tratados no Hospital, nos anos mais recentes.

ANÁLISE EVOLUTIVA DA ACTIVIDADE DE AMBULATÓRIO MÉDICO	Total Acum	Total Hom. Acum.	Total Orç. Acum.	Δ Face Hom.			Δ Face Orç.		
				Valor	%		Valor	%	
Neurologia	572	84		488	581%	♦	572		♦
Pneumologia	606	801	960	-195	-24%	♦	-354	-37%	♦
Oncologia	9.009	8.562	8.836	447	5%	♦	173	2%	♦
ESP. MÉDICAS	10.188	9.447	9.796	741	8%	♦	392	4%	♦
Cirurgia Geral B	37	8		29	363%	♦	37		♦
Cirurgia Geral C	37	16		21	131%	♦	37		♦
Cirurgia Maxilo-Facial	1	2		-1	-50%	♦	1		♦
Ortopedia A	1			1		♦	1		♦
Urologia	2.007	2.233	1.956	-226	-10%	♦	51	3%	♦
ESP. CIRÚRGICAS	2.083	2.259	1.956	-176	-8%	♦	127	6%	♦
Ginecologia	1.613	1.835	1.896	-222	-12%	♦	-283	-15%	♦
DEPT. MULHER	1.613	1.835	1.896	-222	-12%	♦	-283	-15%	♦
Pediatria	245	151	234	94	62%	♦	11	5%	♦
Cirurgia Pediátrica	1			1		♦	1		♦
DEPT. PEDIATRIA	246	151	234	95	63%	♦	12	5%	♦
TOTAL ESP.	14.130	13.692	13.882	438	3%	♦	248	2%	♦
TOTAL	14.130	13.692	13.882	438	3%	♦	248	2%	♦
IVG Médica	23	10	10	13	130%	♦	13	130%	♦

Ambulatório Cirúrgico

No ano de 2011, a actividade da cirurgia de ambulatório registou um crescimento muito acentuado face ao ano anterior, mantendo-se a tendência verificada desde 2009. Esta alteração de comportamento decorre do esforço desenvolvido pelo Hospital nesta área, que culminou com a realização de obras profundas no Bloco Operatório e que permitiu uma reorganização profunda da linha de actividade de Cirurgia Ambulatória.

Em relação a 2010 é de realçar o acréscimo de 2.193 GDH's cirúrgicos (+37%), embora o nível de actividade não tenha atingido o valor contratualizado internamente, tendo-se registado menos 589 GDH's, o que corresponde a um desvio de 7%. No entanto, em relação ao valor contratualizado com a ARSLVT, registou-se, apenas, uma redução de 36 GDH's (-0,4%).

ANÁLISE EVOLUTIVA DA ACTIVIDADE DE AMBULATÓRIO CIRÚRGICO	Total Acum.	Total Hom. Acum.	Total Orç. Acum.	Δ Face Hom.			Δ Face Orç.		
				Valor	%		Valor	%	
Pneumologia	1	2		-1	-50%	♦	1		♦
Nefrologia	9	70	37	-61	-87%	♦	-28	-76%	♦
ESP. MÉDICAS	10	72	37	-62	-86%	♦	-27	-73%	♦
Cirurgia Geral B	727	321	834	406	126%	♦	-107	-13%	♦
Cirurgia Geral C	737	446	882	291	65%	♦	-145	-16%	♦
Cirurgia Plástica	1.348	738	1.386	610	83%	♦	-38	-3%	♦
Cirurgia Maxilo-Facial	70	58	54	12	21%	♦	16	30%	♦
Oftalmologia	2.829	2.369	2.946	460	19%	♦	-117	-4%	♦
ORL	288	109	450	179	164%	♦	-162	-36%	♦
Ortopedia A	216	73	120	143	196%	♦	96	80%	♦
Ortopedia B	232	84	160	148	176%	♦	72	45%	♦
Urologia	61	7	100	54	771%	♦	-39	-39%	♦
ESP. CIRÚRGICAS	6.508	4.205	6.932	2.303	55%	♦	-424	-6%	♦
Ginecologia	1.150	1.248	1.344	-98	-8%	♦	-194	-14%	♦
DEPT. MULHER	1.150	1.248	1.344	-98	-8%	♦	-194	-14%	♦
Cirurgia Pediátrica	417		361	417		♦	56	16%	♦
DEPT. PEDIATRIA	417	367	361	50	14%	♦	56	16%	♦
TOTAL ESP.	8.085	5.892	8.674	2.193	37%	♦	-589	-7%	♦
TOTAL	8.085	5.892	8.674	2.193	37%	♦	-589	-7%	♦
IVG Cirúrgica	1.686	1.766	1.864	-80	-5%	♦	-178	-10%	♦

QUANTIDADE		
DEZ 2011 - SNS		Δ
ACUM	ORÇ.	

GDH AMBULATÓRIO

GDH Cirúrgicos	8.073	8.109	-36	-0,4%	♦
----------------	-------	-------	-----	-------	---

Hospital de Dia

No exercício em análise, a linha de produção do Hospital de Dia registou uma variação de actividade muito acentuada face ao ano anterior o que já tinha acontecido, aliás, em relação a 2009. Assim, o número total de sessões de Hospital de Dia registou uma variação positiva de 11% e 7%, respectivamente, face a 2010 e ao valor orçamentado.

Nesta linha de actividade continuam a sobressair os valores elevados referentes à Infecçiology. No entanto, importa referir que nesta especialidade e no que se refere a sessões de Hospital de Dia, podem vir a existir alterações decorrentes do processo de validação, pela ACSS, no que diz respeito a doentes integrados em preço compreensivo.

De qualquer forma, os valores apresentados no quadro abaixo reflectem a realidade assistencial do Hospital, verificando-se uma actividade significativa de seguimento de doentes seropositivos, dos quais 1.637 encontram-se em tratamento anti-retroviral e para o qual o *Contrato Programa* prevê duas linhas distintas de financiamento.

É de referir e é reconhecido que nesta linha de actividade temos tido algumas dificuldades em orçamentar valores ajustados, de forma rigorosa, à evolução natural desta doença, tendo por base a repartição segundo as regras de facturação, as quais têm ainda um curto histórico de registo no Hospital.

Quanto aos desvios verificados na Oncologia, estes são coerentes com o comportamento já descrito ao nível do Ambulatório Médico, no que se refere a tratamentos de quimioterapia.

ANÁLISE EVOLUTIVA DA ACTIVIDADE DOS HOSPITAIS DE DIA Nº de Sessões	Total Acum	Total Hom.	Total Orç. Acum.	Δ Face Hom.			Δ Face Orç.		
				Valor	%		Valor	%	
ONCOLOGIA	1.892	1.495	1.682	397	27%	♦	210	12%	♦
PSIQUIATRIA	6.107	5.819	6.427	288	5%	♦	-320	-5%	♦
PEDIATRIA	2.325	1.878	1.947	447	24%	♦	378	19%	♦
HEMODIÁLISE	3.347	2.903	3.150	444	15%	♦	197	6%	♦
INFECCIOLOGIA	15.381	14.466		915	6%	♦			
Sessões HD	13.372	12.428	12.238	944	8%	♦	1.134	9%	♦
Preço Compreensivo	2.009	2.038		-29	-1%	♦			
IMUNOHEMOTERAPIA	336	234	208	102	44%	♦	128	62%	♦
TOTAL SESSÕES	27.379	24.757	25.653	2.622	11%	♦	1.726	7%	♦



3.2. Recursos Humanos

Em 2011, a gestão dos recursos humanos foi marcada pela implementação e desenvolvimento de diversos projectos, dos quais destacamos:

- Adequação de procedimentos à nova legislação, nomeadamente à implementação da Lei do Orçamento de Estado;
- Revisão das políticas e procedimentos, impressos e documentos de apoio da área de recursos humanos, no âmbito do processo de reacreditação pelo CHKS;
- Prosseguimento do processo de implementação do sistema de registo biométrico, alicerçado num novo sistema de gestão de horários, para registo dos tempos de trabalho dos profissionais do HFF e controlo de acessos às instalações físicas no HFF;
- Aplicação do modelo do sistema de avaliação de desempenho para todos os grupos profissionais;
- Manutenção do Protocolo de Cooperação com o Centro de Novas Oportunidades, dinamizando e promovendo a qualificação dos colaboradores (Auxiliares e Administrativos) e empresas de *outsourcing*;

Quem somos

Em 31 de Dezembro de 2011, o HFF contava com um total de 2.527 colaboradores (excluindo prestadores de serviços), dos quais 1.908 (76%) do sexo feminino e 619 (24%) do sexo masculino, fixando-se a média de idades em 37,1 anos.

O Hospital integra 24 profissionais portadores de deficiência.

No que respeita à relação jurídica de emprego, 93,7% dos profissionais 2.368 detêm contrato de trabalho ao abrigo do código do trabalho (2.266 contratos sem termo e 102 com termo), 5,7% (145) têm contrato de trabalho a termo resolutivo incerto (médicos internos), 0,4% (10) têm contrato de trabalho em funções públicas e pertencem ao quadro residual do próprio Hospital e 4 integram os respectivos órgãos sociais (0,2%).

N.º de colaboradores por tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Nº de colaboradores	%
Órgãos Sociais	4	0,2%
Contrato de trabalho sem termo no âmbito do código do trabalho	2.266	89,7%
Contrato de trabalho com termo no âmbito do código do trabalho	102	4,0%
Contrato de trabalho em funções públicas do quadro de pessoal do HFF	10	0,4%
Contrato de trabalho a termo resolutivo incerto (Internato Médico)	145	5,7%
Total	2.527	100%

A maioria dos colaboradores integra os grupos profissionais dos enfermeiros (794 colaboradores = 31%), auxiliares (658 colaboradores = 26%) e médicos (363 colaboradores = 14%). O grupo dos técnicos de saúde (técnicos de diagnóstico e terapêutica e técnicos superiores de saúde) conta com 198 colaboradores (8%).

No âmbito do Internato Médico, a área da formação específica dispõe de um total de 116 internos e o ano comum de 29. Durante o ano de 2011 concluíram a especialidade um total de 15 médicos (incluindo 2 Militares), dos quais 11 celebraram contrato individual de trabalho com o HFF.

Tipo de Vínculo	Grupo Prof.	Nº Colaboradores
Órgãos Sociais	Órgãos Sociais	4
	Sub-total	4
Contrato de Trabalho sem termo no âmbito do código do trabalho	Dirigentes	13
	Médicos	339
	Enfermeiros	770
	Téc. Sup. Saúde	32
	Téc. Diag. Terap.	152
	Téc. Superiores	46
	Administrativos	294
	Auxiliares	610
	Outros	10
	Sub-total	2.266
Contrato de trabalho a termo no âmbito do código do trabalho	Médicos	17
	Enfermeiros	22
	Téc. Sup. Saúde	2
	Téc. Diag. Terap.	12
	Téc. Superiores	1
	Auxiliares	48
	Sub-total	102
Contrato de trabalho a termo resolutivo incerto (Internato Médico)	Internos	145
	Sub-total	145
Contrato de trabalho em funções públicas (Quadro de pessoal público do HFF)	Médicos	7
	Enfermeiros	2
	Téc. Superiores	1
	Sub-total	10
Total do HFF	Órgãos Sociais	4
	Dirigentes	13
	Médicos	363
	Internos	145
	Enfermeiros	794
	Téc. Sup. Saúde	34
	Téc. Diag. Terap.	164
	Téc. Superiores	48
	Administrativos	294
	Auxiliares	658
	Outros	10
	Total	2.527

Recrutar e reter

Em 2011, o HFF registou uma taxa de *turnover* (saídas*100 / efectivo médio), de 7%, indicando um decréscimo, relativamente aos dois anos anteriores (9% em 2009 e 2010).

Durante o ano de 2011, foram recepcionados cerca de 5.500 *curricula* de todas as áreas profissionais.

Gestão do Desempenho

O sistema de gestão do desempenho (SGD) foi aplicado a todos os grupos profissionais, totalizando 1.891 colaboradores elegíveis.

O processo de avaliação, reportado ao ano de 2010, registou uma taxa de execução de 87% (envio de listas nominais, entrega de formulários de avaliação e auto-avaliação assinados e datados, na DGRH) e uma média geral de classificação de avaliações dos grupos profissionais (excepto médicos) de 104% (numa escala de avaliação entre 50% e 125%).

Relativamente ao grupo profissional médico, foram avaliados 162 médicos de um universo elegível de 320, correspondendo a uma taxa de execução de 51%. Os resultados indicaram, numa escala de 1 a 5, uma pontuação média de 3,9.

Formação e desenvolvimento

Em 2011, o investimento realizado em formação (117.779 €) representou 59% do orçamento previsto e menos 29%, em relação ao ano de 2010.

No que respeita à actividade formativa, em 2011, registámos, em termos globais, 11.910 participantes em diversas acções de formação internas e externas, correspondendo a um aumento de 14%, face a 2010.

O número de horas de formação (83.277 h) aumentou 2%, relativamente ao ano anterior.

INDICADORES FORMAÇÃO

2011

	Formação		
	2011	2010	Δ 2010 - 2011
FORMAÇÃO TOTAL			
Orçamento	200.000 €	285.570 €	-30%
Investimento	117.779 €	166.539 €	-29%
% Investimento	59%	58%	-
Cursos / Acções	1.432	1.501	-5%
Formandos	11.910	10.420	14%
Dias Formação	14.960	12.381	21%
Horas Formação	83.277	68.054	22%
FORMAÇÃO INTERNA			
Investimento	28.443 €	49.058 €	-42%
Cursos / Acções	554	422	31%
Formandos	10.084	8.609	17%
Dias Formação	7.416	7.302	2%
Horas Formação	32.657	33.251	-2%
FORMAÇÃO EXTERNA			
Investimento	89.337 €	117.481 €	-24%
Cursos / Acções	878	1.079	-19%
Formandos	1.826	1.811	1%
Dias Formação	7.544	5.079	49%
Horas Formação	50.620	34.803	45%

A formação de carácter obrigatório, no âmbito do Processo de Reacreditação de Qualidade do HFF, evidenciou um acréscimo de adesão de colaboradores com um aumento da taxa geral de +12%, relativamente ao ano de 2010.

INDICADORES FORMAÇÃO OBRIGATÓRIA 2011

Grupo Profissional	Risco : Avaliar para Actuar			Programa de Integração		
	Elegíveis	f	%	Elegíveis	f	%
Administrativos	291	239	82%	1	1	100%
Auxiliares de Acção Médica	652	576	88%	37	26	70%
Dirigentes	17	2	12%			-
Enfermeiros	838	741	88%	85	41	48%
Médicos	509	232	46%	80	47	59%
Outros	12	9	75%			-
Téc. Diag. Terap.	190	150	79%	22	8	36%
Téc. Sup. Saúde	32	29	91%	2	2	100%
Téc. Superiores	50	42	84%	5	3	60%
Total Geral	2.591	2.020	78%	232	128	55%

Programa HOPE

A dinamização do programa europeu de intercâmbio de profissionais de saúde (HOPE) permitiu, tal como nos anos anteriores, a partilha de conhecimentos com profissionais de vários países numa procura constante das melhores práticas.

O HFF recebeu um participante espanhol (Enfermeiro de um Hospital em Granada) e promoveu o financiamento e participação de um Médico do seu quadro num Hospital francês.

Projecto NOVAS OPORTUNIDADES

A parceria entre o HFF e o Centro de Novas Oportunidades da Escola Intercultural dos Profissões da Amadora, teve continuidade no ano de 2011, visando a promoção do nível das qualificações dos nossos colaboradores (ensino básico e secundário) integrados em áreas não especializadas, nomeadamente Auxiliares.

Esta iniciativa foi também proporcionada a todos os colaboradores de empresas de *outsourcing* que prestam serviço no Hospital.

Assim, no ano de 2011 foi possível a conclusão do processo de 25 formandos (6 formandos do ensino básico e 19 do ensino secundário).

Estágios

Com o intuito de melhorar a cooperação nas áreas de ensino e investigação, o Hospital promoveu a procura de parcerias com Institutos de Ensino Superior.

Em 2011, o HFF recebeu cerca de 972 estagiários de diversas áreas profissionais, sendo o grupo de enfermagem o que mais se destacou no acompanhamento de estágios, com um total de 473 alunos (49%).

<i>Estágios</i>	2011			2010			Δ 2011/2010
	†	%	Inst	†	%	Inst	
Total Geral	972	100%	63	860	100%	73	13%
Administrativos	12	1%	6	13	2%	3	-8%
Auxiliares	20	2%	4	5	1%	2	300%
Dirigentes	0	0%	0	1	0%	1	-100%
Enfermeiros	473	49%	14	468	54%	16	1%
Médicos	262	27%	13	154	18%	16	70%
Outros	16	2%	5	8	1%	4	100%
Téc. Diag. Terap.	164	17%	13	174	20%	18	-6%
Téc. Sup. Saúde	22	2%	7	27	3%	9	-19%
Téc. Superiores	3	0%	1	10	1%	4	-70%

Concursos

Por imposição da Lei do Orçamento do Estado de 2011, não foram abertos concursos de promoção nas diversas carreiras do HFF.

Processo de Reacreditação

No âmbito do processo de reacreditação pelo CHKS, foram revistas as políticas, procedimentos, impressos e documentos de apoio da área de recursos humanos. A auditoria realizada à DGRH decorreu de acordo com o previsto, não tendo sido identificadas “não-conformidades”.

Sistema de registo biométrico alicerçado num novo sistema de gestão de horários

Relativamente à implementação do sistema de gestão de horários com registo biométrico, promoveu-se a apresentação de um documento regulamentador da utilização do sistema, mediante registo biométrico, tendo vindo a desenvolver-se as soluções para os inúmeros constrangimentos que o referido sistema evidencia, quando confrontado com a realidade hospitalar, em particular, com a especificidade dos regimes de trabalho existentes no HFF por força da regulamentação colectiva que o abrange.



Clube *Wellness* HFF

O Projecto Clube *Wellness* tem como objectivos promover hábitos de vida saudável, motivar e capacitar os colaboradores do HFF para a prática de exercício físico, bem como contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos nossos colaboradores, promovendo momentos de convívio e de socialização.

Em 2011, o Clube *Wellness* registou a sua maior média anual de sócios inscritos, desde que a Healthy Generation é responsável pela gestão das actividades, com 68 sócios.

Em Outubro de 2011 foram introduzidas 3 novas aulas – Step, Fat Burner e Defesa Pessoal e Preparação Física. O Clube *Wellness* manteve um período de funcionamento de 16 horas por semana.

Voluntariado

No ano de 2011, a capelania registou a actividade de cerca de 66 voluntários nos diversos Serviços do Hospital.

Responsabilidade Social

Prosseguiram as actividades no âmbito dos protocolos firmados entre o Hospital e organizações sem fins lucrativos, das quais se destaca:

- Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável (AJPAS) - visa a prestação de serviços de apoio domiciliário, apoio psicossocial e acompanhamento dos doentes às consultas no HFF, no âmbito do projecto “Viver com VIH/SIDA”;
- CERCIAMA - visa a promoção de estágios ocupacionais no HFF a utentes daquela instituição, com o objectivo de promover a integração de pessoas com deficiência e ainda facultar aulas de hipoterapia a utentes daquela instituição e portadores de vários tipos de deficiência;
- Associação dos Amigos e Utentes do HFF (AMASIN), tendo sido firmados dois protocolos que visam fornecer suplementos alimentares e material de ostomias, a preços reduzidos, aos doentes ostomizados ou com outro tipo de patologias.

O HFF facultou ainda o espaço para a realização de acções de divulgação e campanhas de angariação de fundos, a várias organizações sem fins lucrativos e pertencentes à comunidade.

Casa de Pessoal

A Casa de Pessoal do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE (CPHFF), criada em 2009, visa a promoção de eventos desportivos e culturais, procurando aproximar os profissionais do Hospital à comunidade.

Dos eventos desenvolvidos em 2011, destacamos:

- Jantar de Natal – 78 pessoas (1.300€, dos quais 50% suportado pela CPHFF);
- Provas de BTT – 7 provas e um total de 71 participantes, envolvendo o custo de 773€ (sem encargos para a CPHFF);

- Canoagem e almoço – 60 pessoas e o montante de 1.350€ (50% do valor suportado pela CPHFF);
- Festa de Natal – cerca de 200 pessoas no total, incluindo 105 crianças [o evento teve um custo de 1.315€, totalmente suportado pela CPHFF (prendas, animação, *catering*, diversos)];
- Torneio de *futsal* – 120 pessoas envolvidas – 9 equipas (95 participantes) e um montante associado de 1.500€ (sem encargos para a CPHFF).

3.3. Investimentos Realizados em 2011

Em 2011, realizaram-se alguns investimentos que consideramos relevantes para o Hospital, dos quais destacamos:

Expansão do processo clínico electrónico - €321.766; Informatização Clínica - €286.907; Sistema de gastrovideoscópios ultra-sónicos para Gastroenterologia - €189.992; Camas Hospitalares - €151.895; Processador de tecidos para Anatomia Patológica - €123.000; Uma Unidade Retinográfica digital para a Unidade de Cuidados Intensivos Neonatais - €92.619; Substituição de grelhas do ar no Piso Técnico - €88.950; Sistema de monitorização fetal intra-parto gemelar para Bloco de Partos - €85.216.

Assim, em 2011, registou-se um nível de Investimento Total no montante de **3.185.073,45€**, com a seguinte discriminação:

Denominação	Investimento 2011
Terrenos e Recursos Naturais	
Edifícios afectos a Serviços de Saúde	699.488,25 €
Equip.Básico - Médico-Cirúrgico	466.040,85 €
Equip.Básico - De Imagiologia	162.802,88 €
Equip.Básico - De Laboratório	203.564,28 €
Equip.Básico - Mobiliário Hospitalar	323.460,69 €
Equip.Básico - De desinfecção e esterilização	6.418,62 €
Equip.Básico - De hotelaria	187.342,81 €
Outros	146.864,58 €
Equip. Transp. - Veículos Ligeiros de Passageiros	
Ferramentas e Utensílios	
Equip. Adm.- Equipamento Administrativo	75.603,23 €
Hardware	401.064,10 €
Software	473.800,65 €
Outras Imobilizações Corpóreas	28.334,38 €
Despesas de Invest. e Desenvolvimento	
Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	10.288,13 €
Imobilizações em curso de imobiliz incorpóreas	
	3.185.073,45 €

3.4. Execução Orçamental e Análise Financeira

Introdução

O Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, apresentou, no ano de 2011, um resultado antes de impostos de 6.341.345€ e um resultado líquido de 3.581.268€. Face ao valor esperado para o ano, o desempenho do Hospital foi significativamente positivo, ficando 2.181.543€ acima do orçamentado e 2.619.818€ acima do valor verificado em 2010.

No mesmo período, o cash-flow operacional registado foi de 10.714.355€.

	ANÁLISE ACUMULADA AO MÊS						
	DEZ 2011	DEZ 2010	ORÇ. DEZ	Δ 2011-2010		Δ 2011 - ORÇ	
PROVEITOS OPERACIONAIS	157.400.812	165.127.101	160.317.946	-7.726.289	-4,7%	-2.917.134	-1,8%
711 - Vendas	503.101	511.016	511.016	-7.915	-1,5%	-7.915	-1,5%
712 - Prestações de Serviços	152.405.862	160.309.655	155.506.708	-7.903.793	-4,9%	-3.100.846	-2,0%
72 - Impostos							
73 - Proveitos Suplementares	1.076.955	1.530.069	1.085.968	-453.114	-29,6%	-9.014	-0,8%
74 - Transferências Correntes Obtidas	91.537	42.937		48.600	113,2%	91.537	
75 - Trabalhos para a Própria Instituição							
76 - Outros Proveitos Operacionais	3.323.358	2.733.425	3.214.253	589.933	21,6%	109.104	3,4%
CUSTOS OPERACIONAIS	151.306.498	162.389.072	157.883.190	-11.082.574	-6,8%	-6.576.692	-4,2%
61 - C..M.V.M.C.	48.734.526	48.407.070	49.132.280	327.456	0,7%	-397.753	-0,8%
Mercadorias							
Materiais de Consumo	48.734.526	48.407.070	49.132.280	327.456	0,7%	-397.753	-0,8%
Produtos Farmacêuticos	34.589.731	34.263.044	34.182.026	326.686	1,0%	407.705	1,2%
Medicamentos	29.236.901	28.741.127	29.255.343	495.774	1,7%	-18.442	-0,1%
Outros Produtos Farmacêuticos	5.352.830	5.521.917	4.926.683	-169.087	-3,1%	426.147	8,6%
Material de Consumo Clínico	12.690.800	12.651.319	12.829.378	39.480	0,3%	-138.578	-1,1%
Outras Rúbricas	1.453.996	1.492.706	2.120.876	-38.710	-2,6%	-668.880	-31,4%
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	30.533.103	36.120.847	33.404.862	-5.587.744	-15,5%	-2.871.759	-8,6%
Subcontratos	2.979.098	3.894.298	3.825.177	-915.200	-23,5%	-846.080	-22,1%
Fornecimentos e Serviços	27.554.006	32.226.550	29.579.685	-4.672.544	-14,5%	-2.025.679	-6,8%
Fornecimentos e Serviços I	3.137.986	3.041.170	3.037.000	96.815	3,2%	100.988	3,3%
Fornecimentos e Serviços II	4.636.395	11.768.283	10.742.878	-7.131.888	-60,6%	-6.108.483	-56,6%
Fornecimentos e Serviços III	19.779.625	17.417.096	15.799.808	2.362.529	13,6%	3.979.818	25,2%
63 - Transferências Correntes Concedidas							
64 - Custos com Pessoal	67.390.129	73.731.988	70.046.048	-6.341.859	-8,6%	-2.655.919	-3,8%
Remunerações Base	39.009.701	38.972.883	38.555.963	36.818	0,1%	453.738	1,2%
Suplementos de Remunerações	12.405.561	14.622.084	12.553.560	-2.216.523	-15,2%	-147.998	-1,2%
Trabalho Extraordinário	5.336.659	5.437.727	5.344.057	-101.068	-1,9%	-7.398	-0,1%
Noites e Suplementos	4.384.740	4.405.087	4.465.245	-20.347	-0,5%	-60.505	-1,6%
Outros Suplementos	2.684.162	4.779.270	2.744.258	-2.095.108	-43,8%	-60.096	-2,2%
Subsídios de Férias e Natal	3.821.957	7.267.276	6.375.185	-3.445.319	-47,4%	-2.553.228	-40,0%
Outras Despesas com Pessoal	12.152.910	12.869.746	12.561.341	-716.836	-5,6%	-408.431	-3,3%
65 - Outros Custos Operacionais	28.699	32.303	100.000	-3.604	-11,2%	-71.301	-71,3%
66 - Amortizações do Exercício	4.209.217	3.877.272	4.200.000	331.945	8,6%	9.217	0,2%
67 - Provisões do Exercício	410.823	219.691	1.000.000	191.232	87,1%	-589.177	-58,9%
RESULTADOS OPERACIONAIS	6.094.315	2.738.029	2.434.756	3.358.285	122,6%	3.659.558	150,3%
Proveitos e Ganhos Financeiros	277.006	411.958	250.000	-134.952	-32,8%	27.006	10,8%
Custos e Perdas Financeiros	-40.726	-34.672	-40.000	-6.054	17,5%	-728	1,8%
RESULTADOS FINANCEIROS	236.280	377.286	210.000	-141.006	-37,4%	26.280	12,5%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	333.842	187.394	500.000	146.447	78,1%	-166.158	-33,2%
Custos e Perdas Extraordinários	-323.091	-1.829.509	-1.000.000	1.506.418	-82,3%	676.909	-67,7%
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	10.750	-1.642.115	-500.000	1.652.865	-100,7%	510.750	-102,2%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTO	6.341.345	1.473.200	2.144.756	4.868.144	330,4%	4.198.588	196%
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	2.760.077	511.751	745.032	2.248.326	439,3%	2.015.045	270%
RESULTADOS LÍQUIDOS	3.581.268	961.449	1.399.724	2.619.818	272,5%	2.181.543	156%

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Análise Económica

A análise das rubricas operacionais revela-nos que, face ao orçamento, os custos tiveram um comportamento mais favorável que o esperado, na ordem dos 4,2%, (-6.576.692,€), sobrepondo-se desta forma ao comportamento desfavorável dos proveitos operacionais em -1,8%, (-2.917.134,€). Este comportamento permitiu que os Resultados Operacionais, em 2011, registassem um valor positivo de cerca de 6.094.315€.

Proveitos Operacionais

A quase totalidade dos **proveitos operacionais** está relacionada com o SNS. Nesse âmbito, o quadro seguinte de acompanhamento do *Contrato Programa* espelha os principais desvios por rubrica contratual;

	VALOR				
	ACUM	ORÇ.	Δ com Regras de Marginalidade		
CONSULTAS EXTERNAS	28.904.210	29.984.191	-1.079.981	-3,6%	▼
Primeiras Consultas	8.692.682	8.666.566	26.115	0,3%	▲
Consultas Subsequentes	20.211.528	21.317.625	-1.106.096	-5,2%	▼
INTERNAME	65.340.486	64.928.234	412.252	0,6%	▲
Doentes Equivalentes (Estimativa)	64.865.528	64.457.978	407.549	0,6%	▲
GDH Médicos	36.161.577	36.804.574	-642.997	-1,7%	▼
GDH Cirúrgicos	28.703.951	27.653.404	1.050.547	3,8%	▲
GDH Cirúrgicos - Programados	17.043.267	16.077.391	965.876	6,0%	▲
GDH Cirúrgicos - Urgentes	11.660.684	11.576.013	84.671	0,7%	▲
Doentes Crónicos - N.º Dias de Internamento					
Doentes Crónicos Ventilados	474.959	470.256	4.703	1,0%	▲
URGÊNCIA	27.110.798	27.101.576	9.222	0,0%	▲
Urgência Médico- Cirúrgica	25.361.405	25.244.840	116.565	0,5%	▲
Urgência Básica	1.749.393	1.856.736	-107.343	-5,8%	▼
SESSÕES DE HOSPITAL DE DIA	6.349.370	6.282.060	67.310	1,1%	▲
Imuno-hemoterapia	73.206	72.124	1.082	1,5%	▲
Infecciolgia	6.052.955	5.974.092	78.863	1,3%	▲
Psiquiatria	223.208	235.843	-12.635	-5,4%	▼
GDH AMBULATÓRIO	14.059.465	14.094.775	-35.310	-0,3%	▼
GDH Médicos	4.876.041	4.870.400	5.642	0,1%	▲
GDH Cirúrgicos	9.183.423	9.224.375	-40.952	-0,4%	▼
HEMODIÁLISE	490.086	488.922	1.164	0,2%	▲
PROGRAMAS DE SAÚDE	4.375.595	4.733.563	-357.968	-7,6%	▼
Obesidade - Pré avaliação e Cirurgia	150.326	171.801	-21.475	-12,5%	▼
Obesidade - 1º Ano Follow Up	50.825	55.120	-4.295	-7,8%	▼
VIH/Sida - N.º Doentes em TAR	3.422.400	3.665.280	-242.880	-6,6%	▼
Infertilidade - Consultas de Apoio		11.669	-11.669	-100,0%	▼
IG até 10 semanas - N.º IG Medicamentosa em Amb.	3.461	3.410	51	1,5%	▲
IG até 10 semanas - N.º IG Cirúrgica em Amb.	748.584	826.284	-77.700	-9,4%	▼
REEMBOLSOS	5.947.652	7.613.215	-1.665.563	-21,9%	▼
Medicamentos Dispensados em Ambulatório	1.970.078	2.072.539	-102.461	-4,9%	▼
Médicos Internos	1.077.574	1.077.574			●
Incentivos Institucionais	2.900.000	4.463.102	-1.563.102	-35,0%	▼
TOTAL	152.577.662	155.226.537	-2.648.875	-1,7%	▼

O **internamento** foi responsável por um desvio favorável de 412.252€, alcançado através do bom desempenho da actividade cirúrgica (Programada e Urgente).

A **consulta externa**, na sua globalidade apresenta um resultado desfavorável em 1.079.981€ consequência do resultado apresentado na rubrica de consultas subsequentes (-5,2%).

A **urgência externa** ficou em linha com o valor orçamentado, tendo apenas um desvio de -5,8% na Urgência Básica, compensado, entretanto, pelo desempenho da Urgência Médico-Cirúrgica.

O valor registado em excesso na linha de actividade de **hospital de dia** é compensado com o valor abaixo do esperado dos **GDH's de ambulatório**.

A linha de actividade relacionada com o **HIV-SIDA** (preço compreensivo), apresenta um desvio desfavorável na ordem dos 242.880€. De facto, a inexistência de um histórico de facturação aquando da negociação deste Contrato levou a que, face ao elevado número de doentes HIV que o HFF acompanha, se apresentasse um valor que não se prevê atingir.

Finalmente, o valor de **Incentivos Institucionais** posiciona-se nos 2.932.257,94€, o que representa um nível de concretização de 66% do máximo possível (4.463.101,89€), conforme mostra o quadro abaixo. O HFF optou por uma postura prudencial no cálculo dos Incentivos Institucionais, ou seja, em situação de dúvida na prossecução do objectivo institucional, o HFF opta por não o valorizar. Recorde-se que os valores apresentados foram calculados no terceiro trimestre de 2011, no exercício de planeamento do encerramento de 2011 e elaboração de proposta orçamental para 2012 (exercício de "Plano de Desempenho para 2012", apresentado à ARSLVT em Fevereiro de 2012).

Natureza Objectivo	Peso	Indicador	Peso	Valor Máx. p/ Indicador	Objectivo 2011	Valor Realizado Ac. ao Mês	Desvio	Escalaço	Valor a atribuir
Objectivos Nacionais									
	30%	1.338.330,6							
15%	200.839,6	A1 Tx de Reinternamento nos primeiros cinco dias (%)	5%	66.946,5	2,1%	2,0%	-0,12%	80,0%	53.557,22
		A2 % Partos por cesariana	10%	133.893,1	37,5%	37,2%	-0,33%	100,0%	133.893,06
25%	334.732,6	B1 Mediana do n.º de dias entre a data de internamento e a data de sinalização para a RIICCI	5%	66.946,5	10 dias	30 c)	2000,00%	0,0%	0,00
		B2 Peso das primeiras consultas médicas no total de consultas médicas (%)	15%	200.839,6	27,2%	26,8%	-0,36%	100,0%	200.839,59
		B3 Rácio de Consultas Externas/Urgências (%)	5%	66.946,5	99,0%	101,3%	2,30%	100,0%	66.946,53
35%	468.625,7	C1 Peso dos GDH's cirúrgicos de ambulatório no total de GDH's cirúrgicos programados (%)	15%	200.839,6	50,2%	50,7%	0,49%	100,0%	200.839,59
		C2 Demora Média (dias)	10%	133.893,1	7,6 dias	7,5	-0,07	100,0%	133.893,06
		C3 % de consumo emb. medicamentos genéricos no total de emb. de medicamentos	10%	133.893,1	27,5%	0,0%	-27,50%	0,0%	0,00
25%	334.732,6	D1 Peso dos custos com pessoal ajustados nos proveitos operacionais	10%	133.893,1	53,2%	51,4%	-1,81%	50,0%	66.946,53
		D2 Resultado Operacional (€)	15%	200.839,6	1.554.465,1 €	6.094.398,4	292,1%	100,0%	200.839,59
Objectivos Regionais									
	20%	892.620,4							
		E1 Δ % Consumos (% face ao real de 2010)	35%	312.417,1	1,5%	0,7%	-0,8%	100,0%	312.417,13
		E2 Δ % FSE (% face ao real de 2010)	35%	312.417,1	-7,5%	-15,5%	-8,0%	100,0%	312.417,13
		E3 Δ % Custos com Pessoal (% face ao real de 2010)	30%	267.786,1	-5,0%	-6,1%	-1,1%	50,0%	133.893,06
Objectivos da Região									
	50%	2.231.550,9							
		F1 Tempo médio de avaliação do pedido e marcação de consulta no CTH	15%	334.732,6	3 dias	77 c)	74	0,0%	0,00
		F2 Tempo médio de espera em LIC < X dias	35%	781.042,8	125 dias	0	-125	0,0%	0,00
		F3 Variação % Custos Operacionais (% face ao real de 2010)	50%	1.115.775,5	-2,2%	-5,7%	-3,4%	100,0%	1.115.775,47
Total de valor de incentivos									2.932.257,94
% de realização									66%



Custos Operacionais

No lado dos **custos operacionais**, verificaram-se comportamentos distintos face ao Orçamento, e dentro das próprias rubricas.

Assim, na rubrica de **custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas**, os *medicamentos* ficaram em linha com o orçamentado para o exercício de 2011, apresentado um desvio de -0,1% (-18.542€). Nos *consumíveis clínicos* o esforço de negociação com fornecedores e de controlo interno sobre o consumo, resultou numa evolução bem mais favorável do que o expectável, ficando a rubrica 1% abaixo do esperado.

Se nos *medicamentos* sobressaem as parcelas associadas à SIDA e doenças oncológicas, que respondem, aproximadamente, por metade do total de custos com medicamentos, nos *consumíveis clínicos* sobressaem os consumíveis afectos à Cardiologia, nomeadamente, no que respeita ao tratamento das arritmias – cardioversores e *pacemakers* (unidade de *pacing*) e ao tratamento dos enfartes agudos de miocárdio (unidade de hemodinâmica). Estas unidades são responsáveis por, aproximadamente, um terço do total de consumíveis do HFF.

A rubrica de **fornecimentos e serviços** apresentou um resultado bastante favorável face ao esperado, registando um desvio de -8,6%. No entanto, aqui também verificamos evoluções distintas. Os *subcontratos* tiveram uma variação favorável, no qual apenas os internamentos no exterior registaram um desvio desfavorável. De facto, a necessidade de o HFF garantir a sua capacidade de internamento, em particular durante o período de Inverno, obrigou à contratação de camas no exterior (lares protocolados), num período superior ao esperado. Em FSE I registou-se um desvio superior ao valor de orçamento e face ao período homólogo de 100 m. Nos FSE II, a rubrica com maior desvio favorável foi a de honorários - recibos verdes com -6.100 mil € face a orçamento, reflectindo um esforço significativo do Hospital na clarificação de regimes laborais. Em FSE III verifica-se uma evolução desfavorável como consequência do desvio registado na rubrica de honorários de firmas, que apresenta um desvio de 4.360 mil € face ao valor orçamentado.

Nos **custos com pessoal**, globalmente o HFF registou uma evolução favorável face ao período homólogo e face ao orçamento. Os motivos explicativos deste bom desempenho prendem-se com a obrigatoriedade de cumprimento das orientações do Governo contempladas na Lei do Orçamento de Estado para 2011, através da redução salarial bem como do imposto extraordinário sobre o subsídio de natal.

As **amortizações do exercício** atingiram um valor em linha com o esperado. O valor de provisões do exercício registado ficou abaixo da previsão para o ano. A expectativa de realização de uma maior parcela de capital estatutário em 2011, bem como a incerteza quanto a uma correcta implementação do sistema de facturação SNS, justificaram estes valores orçamentais mais elevados.

Finalmente, os **resultados financeiros e extraordinários**, também apresentaram resultados distintos. Enquanto os resultados financeiros se situaram num patamar superior ao esperado, em resultado essencialmente, do esforço de negociação com os fornecedores, o resultado extraordinário já foi influenciado por correcção a custos de exercícios anteriores, originando um nível de custos e proveitos bastante acima do orçamento.



Análise Financeira

A situação financeira do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, durante os exercícios de 2010 e 2011 apresenta a seguinte estrutura:

	2011	2010
ACTIVO	301.133.026	296.526.658
Imobilizado Incorpóreo	0	84.243
Imobilizado Corpóreo	86.677.844	87.680.079
Existências	5.895.992	5.218.168
Dívidas de Terceiros	35.669.079	23.821.462
Títulos Negociáveis	6.500.000	8.000.000
Depósitos	1.152.741	987.195
Acrésc. Proveit. e Cust. Diferidos	165.237.370	170.735.511
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	301.133.026	296.526.658
Total do Fundo Patrimonial	111.696.594	104.471.510
Património / Capital Estatutário	18.200.000	18.200.000
Reservas	85.228.589	84.189.592
Resultados Transitados	4.686.738	1.120.460
Resultado Líquido do Exercício	3.581.268	961.449
Total do Passivo	189.436.432	192.055.148
Adiantamentos de Clientes	123.990.345	128.985.082
Fornecedores C/C	47.853.906	39.937.389
Outros Passivos	8.415.620	7.986.507
Acrésc. Custos e Proveit. Diferidos	9.176.560	14.170.133

No **Activo** verificou-se um acréscimo de cerca de 50% na Dívida de Terceiros, que passou de 23,8 M para 35,6 M e diminuição de 3% do Acréscimo de Proveitos, passando de 170,7 M para 165,2 M. Estas variações devem-se à melhoria dos sistemas informáticos no processo de facturação e à diminuição do valor do Contrato Programa face ao do ano anterior.

Em relação ao **Passivo**, a diminuição da rubrica de Adiantamentos de Clientes em cerca de 4%, deve-se, também, à razão já invocada de melhoria dos sistemas informáticos no processo de facturação. Quanto à diminuição dos Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos, a justificação prende-se com a eliminação do subsídio de férias. O aumento da dívida a fornecedores em cerca de 20%, deve-se à incapacidade de tesouraria em cumprir os prazos normais de pagamento em virtude do Hospital ter recebido apenas cerca de 82% do Contrato Programa.

A situação do **Fundo Patrimonial** apresenta uma melhoria de cerca de 7%, devida unicamente à evolução favorável e positiva tanto no Resultado Líquido do Exercício (3.581.267,51 Euros) como nos Resultados Transitados (4.686.738,24 Euros). O património continua realizado em apenas 24%, situação que também concorre para a insuficiência de tesouraria e para a não regularização da dívida a fornecedores para os prazos acordados.

Pela conjugação destas diversas rubricas de **Balanço**, constrói-se um conjunto de rácios que claramente espelham e resumem a melhoria da situação financeira do Hospital face ao ano transacto, tanto ao nível da *Autonomia* e da *Solvabilidade* como da *Liquidez* e *Rentabilidade*. Unicamente o *Prazo Médio de Pagamentos*

(PMP) e pelas razões já indicadas de insuficiência de Tesouraria, causada pelo recebimento de apenas 82% da produção efectuada e da não realização do Capital Estatutário, apresenta uma evolução desfavorável, situação que será integralmente revertida logo que recebidos os valores em dívida.

Rácio		2010	2011
Autonomia Financeira	Cap Próprio / Activo Líquido	35,23	37,09
Solvabilidade	Cap. Próprio / Passivo Total	54,40	58,96
Endividamento	Passivo Total / Activo Líquido	64,77	62,91
Liquidez Geral	Activo Circ / Div c.p.	108,74	113,21
Rentabilidade dos Cap. Próprios	Resultado Líq. / Capital Próprio	0,92%	3,21%
Margem EBITDA	EBITDA / Vendas e prest. Serviços	4,25	7,01
PMP	Cálculo ACSS/DGTF	146 dias	206 dias



4. Desenvolvimento Organizacional

4.1. Gestão das Tecnologias e da Informação

Introdução

Durante o ano de 2011, o Hospital Prof Dr. Fernando Fonseca, EPE, continuou a suportar grandes reestruturações junto das áreas tecnológicas de sistemas de informação, seja de suporte como de cuidados. A continuidade dos projectos promovidos pela Direcção de Gestão das Tecnologias e da Informação TI continuaram focados na introdução de meios para acelerar os processos de negócio assegurando em contexto a congruência de funcionamento entre sistemas e tecnologias e as actividades de todos os colaboradores. Neste contexto, eis alguns dos projectos de relevo que foram implementados durante o referido ano;

Actividades

Portal de Áreas Colaborativas e Self Service

A plataforma de intranet tem vindo a evoluir para endereçar actividades de comunicação entre colaboradores, registo documental, requisições de material, partilha de áreas de trabalho, base de conhecimento, gestão de reuniões do Conselho de Administração, E-Learning, entre outras. Estas funcionalidades têm vindo, inclusive, a ser utilizadas pelas Direcções de primeira linha e todos os colaboradores do Hospital em relação aos quais a rede de *workflow* passou a integrar as actividades internas.

Informatização Clínica

Tem vindo a ser implementada a solução integrada Soarian® Clinicals num processo gradual de modernização e unificação do Processo Clínico Electrónico (PCE) para chegar a todos os Serviços de internamento, respectivas consultas e meios complementares de diagnóstico. O âmbito da informatização clínica do Hospital circunscreve, portanto, de uma forma transversal, a prescrição de MCDTs, a prescrição de Medicamentos e o RIS para todas as especialidades produtoras de imagem e exames, mas também a implementação do Processo Clínico Electrónico global numa configuração ajustada às necessidades de cada um dos seguintes Serviços:

Unidades de Cuidados Intensivos	Farmácia	Neurologia
Medicinas	Infecciologia	Pneumologia
ImunoHemoterapia	Pediatria,	Cardiologia
Gastronterologia	Nefrologia	Medicina
Física	Infecciologia do Hospital de dia	Blocos operatórios
Ginecologia	Obstetrícia	Cirurgia Geral
Otorrinolaringologia	Oftalmologia	Urologia
Ortopedia	Psiquiatria	Oncologia



Exploração dinâmica de dados - Business Intelligence e Reporting Services

O HFF tem vindo a evoluir uma ferramenta de *Business Intelligence* – designada de Qlikview – e Reporting Services para a visualização operacional das informações nos seus numerosos sistemas clínicos, financeiros e de planeamento de recursos. O sistema integra informação que permite, em tempo útil, uma exploração simples e flexível com vista a facilitar uma gestão rápida e eficaz da informação hospitalar. Consegue-se desde já oferecer meios para que todas as Direcções estejam capazes de fazer exploração de dados a partir de distintos repositórios de informação.

Adopção de tecnologia Thin Client SUN-RAY

Foi adoptada uma solução para o posto de trabalho do profissional de saúde baseada em thin clients ORACLE. A solução permite grande mobilidade entre os profissionais do Hospital, com base num sistema de autenticação baseado em chip utilizado no cartão de funcionário, e que permite com segurança e rapidez mudar de terminal sem nunca perder o acesso directo à informação e aplicações. A solução caracteriza-se ainda, não só por ter um menor consumo de energia e ruído dos tradicionais PCs, mas também pela facilidade de actualização do software e hardware, bastando para isso que seja efectuada a actualização no servidor central, reflectindo todas as alterações directamente nos diversos postos de trabalho.

Actividades do Centro de Investigação & Criatividade em Informática

Face à importância dos projectos de informatização clínica e de suporte do HFF, as actividades do Centro de Investigação e Criatividade em Informática, têm vindo a promover e ajudar a introduzir projectos de base tecnológica, computacional ou científica na organização. Esta unidade tem introduzido recursos, ideias e mecanismos que têm permitido melhorar as actividades dos colaboradores que fazem uso dos sistemas e das Tecnologias da Informação. Deste modo, já foram protocolados acordos de cooperação entre o Centro de Investigação e algumas Universidades e Empresas, que com base em projectos de doutoramento e mestrados, tais como a FMUP, UBI, o IPLEI e o IST que estão a dar uma dimensão ao Hospital no que se relaciona com a capacidade de transferência de tecnologia para a saúde.

4.2. Qualidade e Segurança

Enquadramento

O Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, está fortemente empenhado no desenvolvimento e promoção da Qualidade aos seus diferentes níveis. Ao assumir a Qualidade como valor fundamental, aquela é traduzida numa prestação de cuidados proficiente, de acordo com o estado da arte, em termos técnicos e científicos, garantindo a satisfação contínua dos seus Clientes, Profissionais, Detentor do Capital Estatutário e demais utilizadores do Hospital.

Neste sentido, a Gestão da Qualidade operacionaliza-se aos seus diferentes níveis através do estabelecimento de **objectivos** e **indicadores** (processo, resultado e de estrutura) que devem permitir a avaliação/monitorização contínua das metas estabelecidas permitindo o estabelecimento de medidas preventivas e correctivas, sempre que aplicável. Os processos e fluxos de trabalho encontram-se definidos e divulgados, nas áreas assistenciais e de suporte, e são controlados de forma sistemática, através de **auditorias** e/ou avaliação contínua das mesmas. Sendo a prestação de cuidados de saúde uma área de risco por excelência, a **gestão do risco/segurança** corresponde a uma dimensão com particular enfoque na Gestão da Qualidade do HFF, pretendendo-se que a mesma se traduza numa verdadeira cultura de Gestão da

Handwritten initials and marks in the top right corner.

Segurança. A **avaliação de satisfação** dos Clientes, internos e externos, é realizada de forma sistemática e contribui, ela mesma, em conjunto com outros indicadores/informação relevantes, nomeadamente, a decorrente das **reclamações**, para a identificação e desenvolvimento de oportunidades de melhoria aos diferentes níveis.

A Direcção da Qualidade assegura o desenvolvimento da Estratégia da Qualidade, definida a nível estratégico, para o HFF, envolvendo a Certificação de Serviços (NP EN ISO 9001:2008), a Acreditação Hospitalar (Referencial do CHKS – Programa de Acreditação Internacional para Organizações de Saúde) e a Gestão do Risco, nas componentes clínica e não clínica.

Actividade desenvolvida em 2011

Os objectivos previstos para o ano de 2011, assentaram em 2 linhas Estratégicas de actuação, designadamente:

- A. Adaptação do Sistema de Gestão da Qualidade do HFF aos requisitos do novo manual de acreditação do CHKS (3ª Edição; Versão 01 de Abril de 2010);
- B. Desenvolvimento/consolidação de práticas transversais na área da Segurança/Gestão do Risco.

De forma mais detalhada;

A. Adaptação do Sistema de Gestão da Qualidade do HFF aos requisitos do novo manual de acreditação do CHKS (3ª Edição; Versão 01, de Abril de 2010)

A participação do HFF no Processo de Acreditação continua a sinalizar uma abordagem organizacional importante no âmbito da melhoria da Qualidade. Neste sentido, continuam a ser estabelecidas novas formas de trabalhar e continuam a ser identificadas e desenvolvidas novas áreas de boas práticas.

Na sequência da auditoria externa do HFF, para a 3ª Recreditação, realizada em Outubro de 2011 e da publicação do novo referencial de Acreditação, ao qual o hospital aderiu ainda em 2010, o ano de 2011 ficou marcado pelo projecto de **Reacreditação do Hospital**. Este processo, que envolveu todos os Serviços e profissionais aos diferentes níveis, percorreu as diferentes fases habituais de projectos desta natureza iniciando-se, do ponto de vista mais operacional, no diagnóstico do Hospital face ao novo referencial, passando pela identificação e implementação de oportunidades de desenvolvimento/melhoria e, culminado nas respectivas auditorias internas de monitorização e acções de melhoria decorrentes.

Desta actividade resultou a identificação e/ou desenvolvimento, implementação, revisão e consolidação de práticas específicas de alguns Serviços/áreas, ou por serem transversais ao hospital, como foi o caso das novas regras aplicadas ao sistema de gestão documental visando um maior rigor no controlo de documentos ou, do registo de alergias, actualmente indexado (obrigatório) à prescrição electrónica de medicamentos.

Outras áreas de relevo, entretanto revisitadas e melhoradas no âmbito do processo de preparação para a 3ª reacreditação foram, entre outras, as seguintes:

- Processo pré-operatório;
- Planeamento de Tratamento e Cuidados;
- Acolhimento/Integração de colaboradores;
- Avaliação de Desempenho;
- Auditorias Internas;

- Processo de Altas e Transferências;
- Avaliação Inicial do Doente;
- Investigação e Desenvolvimento;
- Doente em fim de vida;
- Auditoria Clínica.

No seguimento da estratégia preconizada para a melhoria da qualidade, o HFF iniciou, ainda em 2010, a transição para a nova norma ISO 9001:2008 dos Serviços com certificação ISO (Serviços de Anatomia Patológica, Farmácia, Imagiologia, Imunohemoterapia, Patologia Clínica e Central de Esterilização) e iniciou a implementação da Certificação ISO 9001:2008 em mais 4 Serviços, designadamente, Cirurgia de Ambulatório, Unidade de Gestão Logística, Urgência Obstétrica/Ginecológica e Bloco Operatório Central. A auditoria de Outubro de 2011, visou assim, também, a recertificação dos Serviços entretanto já certificados e a certificação dos 4 novos Serviços referidos.

Actualmente, o Hospital encontra-se em período de resposta às constatações do relatório final do CHKS, para posterior decisão do Painel de Acreditação.

B. Desenvolvimento/Consolidação de práticas transversais na área da Segurança/Gestão do Risco

A **Gestão do Risco** continua a ter, no HFF, um papel fundamental na identificação dos factores potenciais ou reais, subjacentes (causas) a danos ou perdas visando a sua eliminação ou redução a “nível aceitável. Por outro lado, continuamos a acreditar que a eficácia da política da qualidade do Hospital, é função da garantia da segurança em que assenta a sua actividade já que, só dessa forma, poderemos garantir uma prestação de serviços de qualidade.

A área de **Gestão do Risco** do HFF tem vindo, assim, a apoiar-se em 4 eixos complementares, essenciais à operacionalização de um programa de gestão de risco consistente em todo o Hospital, nomeadamente:

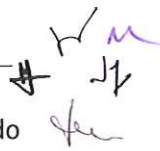
- **Sistema de Relato de Ocorrências**
 - Implementação de ferramenta informática para relato e registo de ocorrências (clínicas e não clínicas), em Janeiro de 2011. Esta ferramenta, para além do relato de ocorrências, permite aos gestores dos Serviços a gestão daquelas, em função não só das suas consequências, mas também do risco que lhes está associado, podendo vir a desencadear a necessidade de definição e implementação de medidas correctivas;
 - Formação na área Gestão do Risco, aplicada à Gestão de Ocorrências – Inclusão na formação obrigatória anual para 2011, no âmbito da formação em Gestão do Risco, de módulo de formação “Não se fique, notifique”, com enfoque na importância da notificação e metodologia associada à gestão da informação em matéria de risco produzida;
 - Aproximação aos Serviços com o objectivo de os preparar na utilização desta ferramenta e na gestão da informação que a mesma.
- **Identificação e Avaliação de Risco/Implementação de “boas práticas”**
 - Avaliação de risco aplicada às ocorrências notificadas de acordo com a grelha de avaliação de risco em vigor no Hospital e estabelecida na Estratégia de Gestão de Risco;

- Desenvolvimento de áreas de maior fragilidade, comuns a todas as organizações de saúde e identificadas nas metas internacionais de segurança do doente, das quais tem resultado o desenvolvimento/revisão e implementação de políticas/procedimentos na área da segurança com particular enfoque, durante o ano de 2011, no processo de utilização de medicamentos. A continuidade da manutenção da adesão aos programas Nacionais, como é o caso da Campanha Nacional de Higiene das Mãos “Medidas Simples Salvam Vidas” e o projecto “Cirurgias Seguras Salvam Vidas”, liderados, respectivamente, pela Comissão de Controlo de Infecção e Direcção Clínica, marcaram igualmente a actividade no âmbito da segurança, durante o ano de 2011;
- **Monitorização de Indicadores de Segurança**
 - Implementação, desde Abril de 2011, de plataforma informática (plataforma QlikViewTM), de divulgação dos indicadores de qualidade e segurança a todos os Serviços. Trata-se de uma ferramenta dinâmica, continuamente disponível, actualizada mensalmente e que permite selecções de visualizações de dados (podendo-se escolher a visualização de serviços, ou conjunto de serviços, bem como diferentes janelas temporais), permitindo o benchmarking interno;
 - A avaliação de risco aplicada aos indicadores produzidos tem permitido ainda a identificação de áreas transversais de actuação, tendo-se vindo a dar continuidade à constituição de grupos de trabalho em áreas de melhoria específicas, como é o caso dos grupos de “Prevenção e Controlo de Quedas”, “Análise de Erros de Medicação”, “Prevenção e Tratamento de Feridas e Úlceras por Pressão”, entre outros.
 - A identificação de indicadores, nomeadamente, indicadores da qualidade e segurança, e respectivas metas, assim como as actividades no âmbito da Gestão de Risco dos Serviços, passaram a estar elencadas, em 2011, como pontos obrigatórios de desenvolvimento nos Planos de Actividades Anuais de todos os Serviços do Hospital (clínicos e não clínicos);
- **Auditorias no âmbito da Segurança**
 - Continuação da utilização da ferramenta de auditoria na identificação e priorização de oportunidades de melhoria decorrentes da avaliação da utilização dos procedimentos estabelecidos. Enquadraram-se neste âmbito do ponto de vista mais transversal, e entre outras, as auditorias realizadas às pulseiras de identificação dos doentes à chegada ao Bloco Operatório, as auditorias à prática de higienização das mãos nos diferentes Serviços, as auditorias transversais aos carros de reanimação e as auditorias aos cuidados de enfermagem na sua vertente da segurança.

4.3. Direcção Clínica

Em Janeiro de 2011, a Dr.^a Teresa Maia iniciou funções como Directora Clínica, nomeando como seus adjuntos o Dr. Rocha Pires, a Dr.^a Helena Carreiro, o Dr. Paulo Freitas e a Dr.^a Lucília Gonçalves.

Definiram como Missão da Direcção Clínica a promoção, implementação, e o assegurar dos melhores cuidados de saúde de acordo com os bons princípios da Governação Clínica, no mais profundo respeito pelas pessoas doentes a seu cargo, utilizadores dos Serviços de Saúde, que constituem a razão fundamental de existência da estrutura hospitalar. Tudo isto, em estreita articulação com as outras Direcções do HFF, de forma a contribuir para um funcionamento integrado e coerente do Hospital.



A sua filosofia de intervenção assenta no pressuposto de que a organização funcional clínica fundamental do Hospital tem por base a existência de Serviços. Esta prática deve ser desenvolvida com base numa cultura em que é respeitada a autonomia dos clínicos e favorecida a sua responsabilização, princípio fundamental para um bom desempenho e que está na base da promoção da melhoria da qualidade do trabalho clínico.

A organização de um Serviço, dos seus sistemas e processos de acordo com estes princípios permite a criação de um ambiente em que os problemas podem ser antecipados, as soluções desenvolvidas de forma eficiente, e a melhoria da qualidade dos cuidados incrementada. O estabelecimento de uma comunicação estreita entre a Direcção Clínica e os Serviços, e a sustentabilidade desta estrutura, são aspectos fundamentais da filosofia de actuação da Direcção Clínica, respeitando a autonomia e liberdade de actuação funcional dos Directores de Serviços.

Outro aspecto fundamental da sua actuação tem sido a articulação do Hospital com as outras estruturas de saúde dos Concelhos de Amadora e Sintra, sobretudo na articulação com os Cuidados de Saúde Primários.

4.3.1 Organização Estrutural de Serviços, Comissões, Informatização

A reorganização e clarificação estrutural do Hospital constituíram tarefas fundamentais em 2011, em estreita articulação com o Conselho de Administração e outras Direcções. O acompanhamento e apoio à reorganização destes Serviços têm permitido o estabelecimento de um clima de proximidade, confiança e responsabilização, fundamentais para o sucesso destas iniciativas. Foram assim concretizadas em 2011 uma série de medidas, nomeadamente:

- Nomeação de novos Directores de Serviço de Medicina Interna;
Medicina I – Dr.^a Fernanda Louro
Medicina II – Dr. Fernando Aldomiro
Internamento Geral – Dr. Simão Miranda
- Reorganização da Direcção do Serviço de Urgência Geral através da nomeação de Coordenadores de balcão;
- Criação de dois Serviços de Ortopedia (Dr. Paulo Felicíssimo e Dr. Paulo Beckert) e respectiva reorganização funcional nas suas várias áreas de intervenção;
- Implementação da Equipa Intra-hospitalar de suporte em Cuidados Paliativos;
- Reestruturação funcional da Patologia do Sono;
- Criação da Direcção do Bloco Operatório;
- Reorganização das Unidades Funcionais de Diabetes e de Endocrinologia;
- Criação do Serviço de Infeciologia e acompanhamento da sua reorganização;
- Nomeação da Dr.^a Antónia Nazaré como Directora do Serviço de Obstetrícia;
- Acompanhamento da reorganização do Serviço de Imagiologia tendo em conta a reformulação de escalas de Serviço, aquisição de novos equipamentos, horários de trabalho suplementar;
- Atribuição de quatro camas de Internamento para doentes de Oncologia, com responsabilidade clínica partilhada pela Oncologia (Dr. Carlos Carvalho) e pela Medicina III (Dr. Nuno Bragança);
- Implementação do Serviço de Saúde Ocupacional, sob a dependência da Direcção Clínica, tendo sido nomeada como Directora a Dr.^a Fernanda Louro;
- Colaboração e acompanhamento regular da implementação progressiva do Processo Clínico electrónico em todo o HFF;

Apoio a estruturas funcionais

- Núcleo de Apoio às Crianças e Jovens em risco - Coordenação Dr.^a Helena Isabel Almeida (Pediatria);
- Núcleo de Intervenção nas Vítimas de Violência Doméstica - Coordenação Dr.^a Teresa Maia (Psiquiatria).

Estes 2 núcleos são estruturas funcionais do HFF cuja actividade é dinamizada pela Direcção Clínica e Serviços/Unidades afins, respondendo ambos ao CA. Desenvolvem um importante trabalho interno na formação dos profissionais, na identificação destas situações, no seu encaminhamento e acompanhamento. Articulam com as várias estruturas que nos dois concelhos, desenvolvem a sua actividade, nomeadamente, CPCJ, Justiça, IPSS, PSP, Câmaras, Cuidados de Saúde Primários integrados em Rede e com o apoio da Comissão para a Igualdade do Género.

Em 2011 e no âmbito deste trabalho, o HFF foi escolhido como local de lançamento da campanha contra a Violência Doméstica, dinamizada pelo Governo.

4.3.2 Definição de Política de Articulação com ACES

Durante o ano de 2011, teve lugar no HFF, uma reunião promovida pela DC em que estiveram presentes a DC e DE e as direcções dos ACES de Amadora, Cacém-Queluz, Sintra-Mafra e Algueirão Rio de Mouro, para discussão de problemáticas comuns, de forma a criar condições para a implementação de estratégias comuns.

Foi proposta a estruturação de projectos de intervenção conjuntos e de forma concertada em cinco patologias consensualmente seleccionadas. Foram criados grupos de trabalho com elementos dos ACES e HFF, peritos nas seguintes áreas:

- Cancro do colo do útero;
- Cancro colo-rectal;
- Diabetes;
- Infecção por HIV/SIDA;
- Mortalidade infantil e baixo peso à nascença.

Ao longo do ano decorreram várias reuniões para apresentação do desenvolvimento do trabalho dos referidos grupos, definindo-se estratégias concretas em termos de reorganização da prestação de cuidados, formação de técnicos, maior flexibilidade e adequação das estruturas. A implementação destas mudanças tem-se traduzido numa maior acessibilidade aos cuidados e na melhoria da qualidade dos mesmos.

4.3.3 Definição E Implementação de Governação Clínica

A Direcção Clínica tem como um dos pilares da sua actuação, a implementação de uma política de Governação Clínica que contribua para uma melhoria efectiva da Qualidade dos Cuidados prestados.

Durante o ano de 2011 foi elaborado a “Política de Governação Clínica do HFF” em estreita articulação com a Direcção de Enfermagem e a Direcção de Qualidade;

Essa política de Governação Clínica assenta nas seguintes vertentes, que são desenvolvidas em conjunto com as outras Direcções e envolvendo as chefias dos Serviços:



- **Melhoria da Efectividade Clínica**

Apesar deste trabalho se desenvolver na atenção regular aos Serviços, tentando criar as melhores condições para o desempenho, e num clima de total responsabilização, tem como alicerces fundamentais, na dinâmica hospitalar, o trabalho desempenhado pelas várias **Comissões do HFF**, em que a Direcção Clínica está representada, nomeadamente:

Comissão de Coordenação Oncológica;
Comissão de Controlo de Infecção;
Comissão de Farmácia e Terapêutica;
Comissão de Transfusão Hospitalar;
Comissão de Reanimação;
Comissão de Ética.

Em todas elas houve inovações relevantes ao longo de 2011, quer através de uma melhoria das normas e recomendações do controlo de infecções, da divulgação da informação relevante sobre microorganismos isolados ou da implementação de uma política de prescrição de Antibióticos adequados, da elaboração de um documento intitulado "Ordem de não reanimar" que foi proposto à Ordem dos Médicos, da revisão de políticas de medicamentos no HFF, da definição de áreas prioritárias em Oncologia e da reflexão acerca da sua reorganização.

Por outro lado iniciou-se a análise das **Normas de Orientação Clínica** desenvolvidas pela DGS e OM promovendo-se sua discussão a nível dos Serviços e das várias Comissões, nomeadamente, a nível da Comissão de Farmácia e Terapêutica, mas também como suporte à prescrição de MCDTs pelos Serviços.

- **Investigação e Desenvolvimento**

A articulação com *Faculdades e Institutos* é fundamental no desenvolvimento científico hospitalar, e durante o ano de 2011, o HFF continuou e estabeleceu parcerias a nível do Ensino e da Investigação;

- Manutenção das articulações com a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. O Hospital recebe anualmente alunos das duas Faculdades de Medicina e ainda múltiplos estágios de alunos de Medicina no Verão ou em Programa Erasmus;
- Elaboração de protocolo de formação e ensino com Faculdade de Ciências Médicas da UNL;
- Revisão dos critérios para realização de estágios profissionais, em colaboração com a DRH/Centro de Formação do HFF;
- Elaboração de protocolo de formação e ensino com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical, que teve como uma das suas concretizações a organização do Curso de Doenças Tropicais para Internos do HFF.

Foi criada a **Comissão de Investigação Clínica** (em conjunto com a DE), que é responsável pela avaliação de todos as propostas de trabalhos de investigação a realizar no HFF, incluindo Ensaios Clínicos. Tem um Núcleo executivo, um secretariado próprio e uma Comissão Científica que integra profissionais do HFF que se distinguem do ponto de vista científico. Esta Comissão é coordenada pelo Director Clínico e pelo Enfermeiro Director.

Tem como principais objectivos assegurar a qualidade científica e os aspectos éticos de toda a investigação realizada no Hospital, mas também promover a investigação clínica desenvolvida pelos profissionais hospitalares.

Durante 2011 foi aprovada a realização no HFF, de 49 trabalhos de investigação, incluindo 16 Ensaios Clínicos.

- **Segurança do doente – Gestão do Risco**

Sendo esta área fundamental para a Governação Clínica, tem-se desenvolvido em conjunto com outras áreas que tiveram um franco desenvolvimento em 2011, como o *Gabinete de Gestão de Risco Clínico*, que é largamente descrito no ponto 4.2. *Qualidade e Segurança*.

A Saúde Ocupacional é também uma estrutura fundamental nesta problemática, e a sua reorganização tem trazido aos profissionais uma política de maior zelo e preocupação pela sua saúde e gestão do risco.

Toda esta informação é partilhada e analisada de forma integrada na Comissão de Qualidade e Segurança do Doente,

- **Desenvolvimento Profissional dos Clínicos**

Podemos distinguir duas grandes áreas de intervenção na formação e desenvolvimento profissional dos clínicos, nomeadamente, a formação e treino de novos profissionais e a actualização de formação contínua.

Formação e treino de novos profissionais

Em 2011 foi nomeada como Directora do Internato Médico, a Dr.ª Rosalina Barroso, que, em conjunto com os seus Adjuntos e a comissão de Internos, continuou uma política de valorização e de garantia da qualidade de formação dos nossos Internos.

A Direcção do Internato Médico e a CI dinamizaram uma série de actividades que marcam a vida hospitalar como a *Recepção aos Novos Internos*, as *V Jornadas do Internato Médico* dedicadas ao tema “Olhar as Urgências”, o *Dia do Interno* e o *Ciclo de Cursos do Internato Médico*.

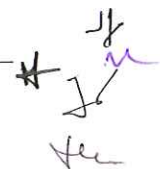
O Hospital teve, em 2011, 29 Internos do Ano Comum e 116 Internos de Formação Específica, que aqui realizaram a sua formação.

A nível do Internato Médico podemos ainda realçar as seguintes áreas de melhoria:

- Implementação da Coordenação do Internato de Medicina Interna dos quatro Serviços de Medicina do HFF, sob a responsabilidade da Dr.ª Fernanda Paixão;
- Implementação do Curso Básico de Medicina Tropical para Internos em parceria com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical;
- Em 2011 foi também atribuída à UCIP e UCICRE, pela Ordem dos Médicos, a competência para formação na sub-especialidade de Medicina Intensiva.

Actualização e formação contínua dos profissionais

É de valorizar todo o trabalho de actualização e formação contínua dos profissionais que é feito a nível dos Serviços, promovida e organizada pelos Serviços, nomeadamente **Reuniões, Journal Club**, etc.



O Programa de formação anual de cada Serviço é elaborado em conjunto com o Centro de Formação.

No Hospital existem vários **Grupos multidisciplinares**, de discussão e tomada de decisão terapêutica, em que profissionais de várias áreas de especialização se organizam em função de determinadas patologias. Este funcionamento é uma das formas de intervenção cruciais para uma boa efectividade clínica, mas também a garantia da actualização contínua em áreas de diferenciação.

Semanalmente, decorrem as **Sessões Clínicas do Hospital**, em que cada Serviço apresenta um tema de interesse clínico para os seus pares, havendo mensalmente a apresentação de casos clínicos. Estas sessões são, maioritariamente, apresentadas por Internos e o Hospital premeia anualmente as melhores sessões clínicas, escolhidas por um júri permanente.

Durante o ano de 2011, decorreram ainda no HFF, vários Programas de formação e actualização, nomeadamente, **Jornadas, Cursos e Simpósios** de várias especialidades.

- **Auditoria Clínica**

Em conjunto com a *Comissão de Auditoria Clínica*, e em estreita articulação com o *Gabinete de Gestão do Risco*, a Direcção Clínica tem apoiado e acompanhado de diversos projectos de auditoria clínica, identificados pelos diferentes Serviços do HFF.

Existem vários projectos em curso, transversais para o HFF, como a monitorização da implementação da check-list cirúrgica, do consentimento informado válido e da auditoria aos processos clínicos.

A Direcção de Enfermagem tem desenvolvido também uma série de auditorias com a Direcção da Qualidade e através da *Comissão de Auditoria Clínica*, apoiadas pela *Direcção Clínica*, em áreas como a Prevenção das Úlceras de Pressão e Prevenção de Quedas.

Todos os Serviços identificaram também áreas de melhoria clínica, estabelecidas por procedimentos, que serão auditas posteriormente, num processo de transformação e mudança.

- **Comunicação**

A Direcção Clínica entende que só através de uma *Estratégia de Comunicação* clara e esclarecedora, assumida como fundamental, será possível envolver os profissionais num Projecto hospitalar sentido como comum. Essa estratégia contempla as seguintes formas de intervenção:

Comunicação Interna

- Reunião da Direcção Clínica com todos os Directores de Serviço, no início do seu mandato, de forma a permitir um melhor conhecimento dos Serviços e a identificação de áreas problemática;
- Estabelecimento de uma Estratégia de Comunicação com os Serviços através de reuniões semanais dos Adjuntos da Direcção Clínica com os respectivos Directores de Serviço (com a presença de outras Direcções de acordo com a necessidade, nomeadamente Direcção de Produção, Direcção de Enfermagem, Direcção da Qualidade);
- Reuniões periódicas da DC com as Direcções de Unidades/Serviços em reorganização;
- Divulgação de informação na intranet do Hff.

Comunicação Externa

Através da articulação estruturada com estruturas dos Concelhos da área de influência do HFF, de onde se salientam os Cuidados de Saúde Primários, através dos ACES, mas também outras estruturas como Escolas, Justiça, Câmaras, IPSS.

O Hospital tem também articulado e participado activamente na dinâmica com outros Hospitais, com a Ordem dos Médicos através dos seus Colégios, com a DGS, a ARS, e o Ministério da Saúde.

• Avaliação do Desempenho

Está em desenvolvimento no HFF um modelo de avaliação de Desempenho dos Serviços, construído por um grupo de trabalho multidisciplinar, que pretende criar um modelo transversal, transparente e rigoroso aplicável a todos os Serviços.

4.3.4 Elaboração das linhas gerais para o Orçamento 2012 em conjunto com outras Direcções

Na sequência das directrizes sobre redução de custos operacionais que foi necessário implementar e outras, decorrentes da Lei do Orçamento de Estado 2012, a DC participou activamente na **Elaboração do plano de racionalização de custos para o HFF**.

Nesse sentido e após um levantamento e análise de todas as rubricas de custos, foram propostas reduções transversais, por Serviço e por rubricas, envolvendo todas as Direcções.

Foram realizadas Auditoria às escalas de urgência, corrigidos desvios e propostas reduções de custos e monitorização de despesa.

Foram revistas remunerações médicas no que diz respeito a complementos e subsídios por função.

A Direcção Clínica participou activamente na implementação destas medidas, bem como na transmissão desta informação, através de reuniões com os Directores de Serviço (e nalguns casos com todo o Serviço), para implementação de medidas de racionalização.

4.4. Equipa de Gestão de Altas (EGA)

A Equipa de Gestão de Altas

«(...) é uma equipa hospitalar multidisciplinar que tem como função a preparação e gestão de altas hospitalares, em articulação com os Serviços, para os Utentes que requerem seguimento dos seus problemas de saúde (...)» e que foi criada em 2007, com base no Dec. Lei nº 101/2006.

Competências da EGA

- Facilitar a identificação e avaliação precoces dos doentes;
- Recomendar opções para a continuidade de cuidados;
- Colaborar com a Equipa de Saúde no Planeamento da Alta;
- Garantir apoio e acompanhamento aos doentes e famílias;
- Articular-se com:
 - Equipas de Planeamento de Alta dos Serviços (EPA);
 - Equipas Coordenadoras Locais (ECLs);
 - Equipas Coordenadoras Regionais (ECRs).

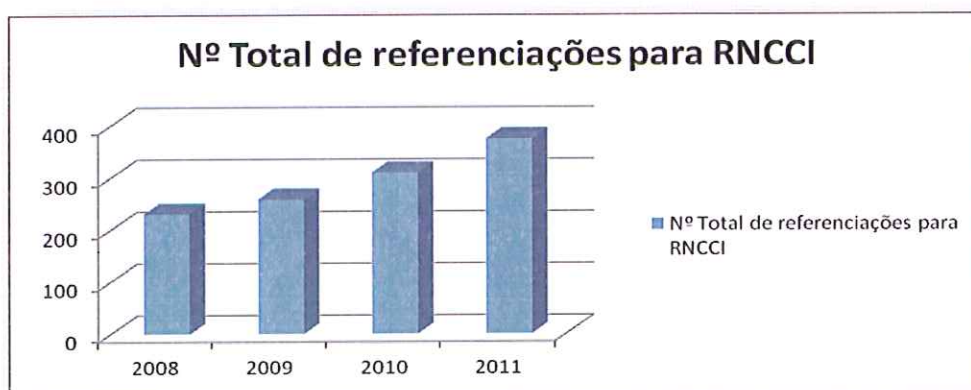
Handwritten notes and signatures in the top right corner.

Referenciação para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)

A resposta da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) tem vindo a melhorar gradualmente, mas continua a revelar-se bastante insuficiente para as necessidades da nossa população, criando diariamente estrangulamentos a nível interno, devido ao acentuado tempo de espera na resposta para ingresso nas unidades.

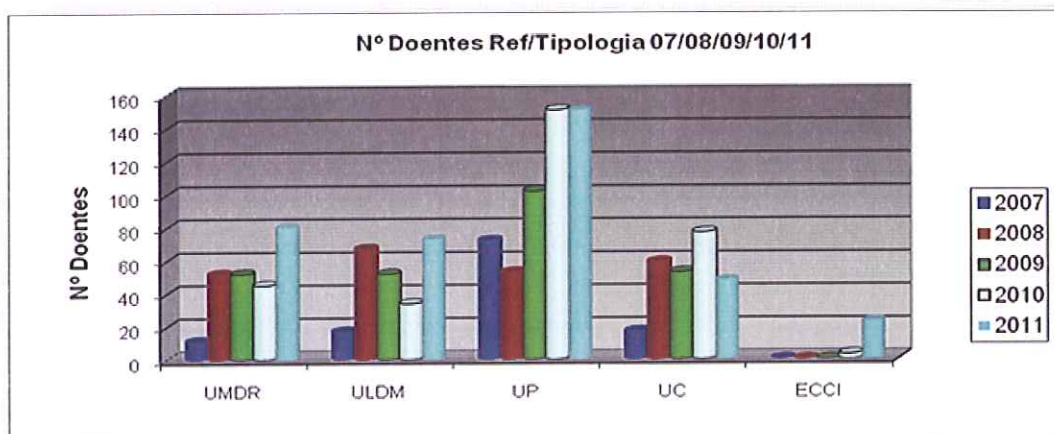
A optimização da performance em relação ao tempo que os doentes permanecem nos Serviços pós-alta clínica, depende de um planeamento de alta atempada (em termos práticos os doentes deveriam ser avaliados nas primeiras 48/72 horas pela equipa do Serviço, médico/enfermeiro/assistente social para uma tomada de decisão conjunta em relação à referenciação/apoio pós-alta para o doente/família). Actualmente, este tipo de avaliação ainda não é efectuada de uma forma consistente e coordenada.

Apesar dos estrangulamentos nos "timings" de referenciação por parte dos Serviços, tem vindo a crescer, gradualmente, o número de referenciações por ano. No gráfico que se segue apresentamos os resultados das referenciações para a RNCCI, desde 2008. No total, em 2011, foram referenciados 375 doentes.



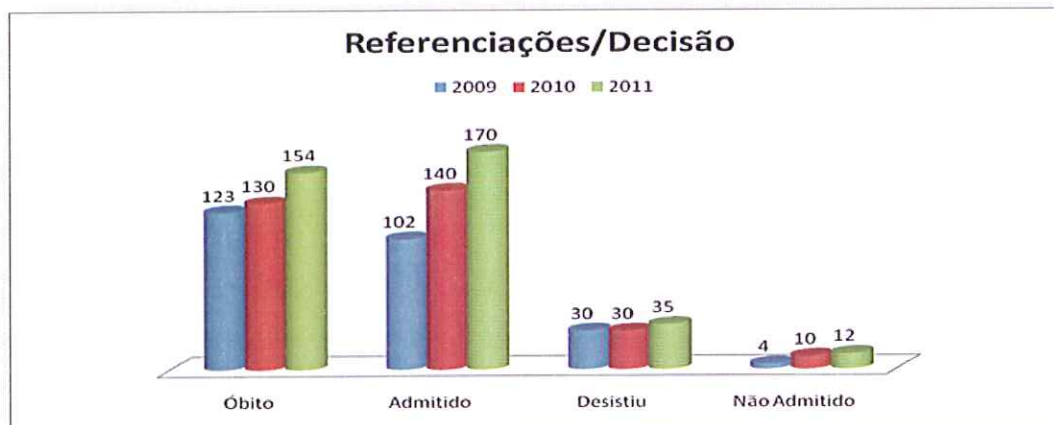
Fonte: EGA do HFF

Em 2011, em termos de distribuição das referenciações por tipologia, a maior percentagem de referenciações foi, tal como em anos anteriores, para a tipologia de Paliativos, seguida da tipologia de Média Duração e Longa duração. Ao contrário das anteriores, as referenciações para convalescença diminuíram comparativamente a anos anteriores. As referenciações para as Equipas de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) aumentaram significativamente em 2011 (tipologia que se deve investir na referenciação em 2012) como se constata no gráfico seguinte.



Fonte: EGA do HFF

Em 2011 o número de doentes admitidos aumentou relativamente a anos anteriores, como reflecte o gráfico que se segue (foram admitidos um total de 170 doentes).



Fonte: EGA do HFF

A Equipa de Gestão de Altas mantém uma disponibilidade total para colaborar com os serviços no sentido de agilizar não só o processo de referenciação para a rede, mas também o planeamento de altas no geral. O objectivo desta equipa é trabalhar em articulação com os vários Serviços/Departamentos/Direcções no sentido de otimizar o processo de planeamento de alta dos doentes, garantido/ assegurando a continuidade de cuidados de acordo com as necessidades identificadas.

4.5. Equipa Intra-Hospitalar de Suporte em Cuidados Paliativos (EIHCP)

Criada em Maio de 2011, é uma equipa multidisciplinar constituída por enfermeiros, médicos e assistente social, que visa o acompanhamento, tratamento e supervisão clínica (em consultoria) a doentes em situação clínica complexa associada a sofrimento decorrente de doença severa e/ou avançada (oncológica e não oncológica), incurável e progressiva. Presta ainda consultoria aos doentes internados nos diferentes Serviços do HFF e doentes seguidos em consulta externa.

Os cuidados prestados por esta equipa, direccionam-se ao doente e sua família, de forma personalizada, através de uma abordagem global, integral e interdisciplinar especializada.

Missão

Garantir apoio global à pessoa internada com doença crónica, grave, avançada e incurável, bem como à sua família, proporcionando-lhes cuidados de saúde rigorosos e humanizados, promotores de qualidade de vida e dignidade.

Garantir apoio, em regime de consultadoria, no acompanhamento de doentes, a todos os profissionais que constituem as equipas multidisciplinares de internamento e promover a articulação com outras especialidades subsidiárias.

Articulação com a comunidade, de forma a garantir continuidade de cuidados e humanização dos cuidados ao doente e família.

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

Linhas Estratégicas

Adequar a intervenção direccionada às necessidades e situação actual, numa perspectiva global, tendo por base os princípios de dignidade humana e conforto.

Com esta iniciativa pretendeu-se:

- Criar a consulta de medicina paliativa, tendo em vista:
 - Redução do tempo de internamento de doentes internados em Serviços de agudos do HFF;
 - Diminuição das vindas ao Serviço de Urgência.
- Optimizar os custos associados à realização de Exames Complementares de Diagnóstico, que em nada traduzem a intervenção activa na abordagem ao doente;
- Optimizar recursos disponíveis, atendendo à excelência dos resultados prestados;
- Aumentar o grau de satisfação dos doentes, famílias e profissionais de saúde;
- Garantir um efectivo controlo sintomático e deste modo evitar custos com tratamentos não necessários;
- Apoiar doentes e famílias em casa, mediante a articulação com os *cuidados de saúde primários/ cuidados continuados*;
- Identificar, precocemente, as necessidades de doentes e família de modo a promover a qualidade dos cuidados prestados, e determinar um plano de cuidados dirigidos e adequados às mesmas.

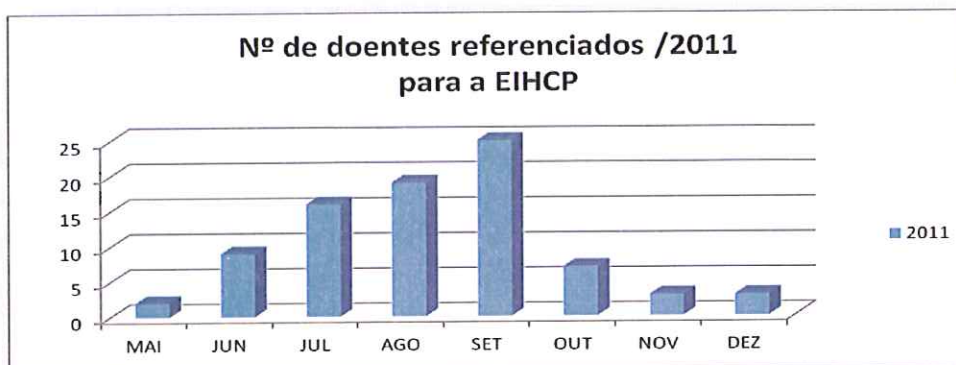
Actividade Desenvolvida em 2011

Após a aprovação do projecto pelo Conselho de Administração, a equipa iniciou actividade em Maio de 2011, estabelecendo como fase de implementação os primeiros 6 meses de actividade. A apresentação oficial interna (Serviços do HFF) iniciou-se em Maio, tendo como Serviço piloto um Serviço de Medicina Interna.

Em Julho, a equipa foi reconhecida pela Rede Nacional de Cuidados Continuados, passando a fazer parte da mesma como prestadora de cuidados e adquirindo a idoneidade para referenciar doentes, directamente, para unidades de internamento da RNCCI.

Esta equipa veio dar resposta a necessidades sentidas por doentes/familiares e pelos próprios profissionais de saúde com um apoio programado dos doentes oncológicos em fase terminal.

Desde de Maio até Dezembro de 2011, a equipa acompanhou um total de 84 doentes. No gráfico que se segue apresentamos o número de doentes referenciados à equipa, nos 8 meses de actividade em 2011.



Fonte: EIHCP do HFF

O acompanhamento destes doentes não implica só consulta, mas também um acompanhamento via telefone e apoio em internamento. Este acompanhamento permite uma gestão atempada dos sintomas dos doentes em internamento, através da orientação terapêutica adequada às situações em que os doentes se encontram. Muitas vezes corresponde a uma simplificação terapêutica e suspensão de medidas clínicas desproporcionais, que em nada contribuem para a qualidade de vida do doente.

Este apoio oferece segurança aos familiares para poderem cuidar do seu doente em domicílio.

O quadro seguinte resume a actividade específica de apoio directo a doentes, via telefone, consultas e visitas a internamento, desenvolvida pela equipa nos seus primeiros 6 meses de intervenção.

Actividade	Nº
Visitas aos Serviços de Internamento	192
Consultas	55
Contactos Telefónicos Efectuados	184
Contactos Telefónicos Recebidos	77

Fonte: EIHCP do HFF

4.6. Unidade Móvel de Apoio Domiciliário

O Departamento de Pediatria preconiza o cuidar centrado na Criança e Família, desenvolvendo iniciativas que promovem a excelência dos cuidados prestados durante e após a hospitalização, nomeadamente:

- Programa Cuidar para o Desenvolvimento;
- Reunião de Pais;
- Reuniões de Preparação para a Alta;
- Nasci e Agora?
- Seguimento Pós Alta;
- Apoio Domiciliário.

A hospitalização prolongada tem repercussões físicas e emocionais, não só na criança/jovem e na família, como também a nível socioeconómico relacionado com o consumo de recursos de saúde, absentismo dos pais, absentismo escolar, entre outros.

Após a alta, a família depara-se com inúmeras dificuldades que levam ao recurso inadequado do Serviço de Urgência Hospitalar e por vezes ao reinternamento destas crianças.

Assim, o Departamento de Pediatria do HFF, nomeadamente, a UCINP, através do Projecto de Apoio Domiciliário ao Recém-Nascido e a Crianças/Jovens Adolescentes com Doença Crónica, formou uma equipa multidisciplinar de apoio domiciliário que se procura evidenciar como uma alternativa eficaz para a melhoria na qualidade de vida da criança/jovem/adolescente e sua família. Este projecto permite uma melhor rentabilização dos recursos físicos, humanos e tecnológicos com consequentes Ganhos em Saúde.

Na área neonatal, o objectivo geral é o de prestar Cuidados Domiciliários a todos os recém-nascidos internados na UCIN (Unidade de Cuidados Intensivos e Especiais Neonatais).

Na área pediátrica, o objectivo geral é o de prestar cuidados domiciliários a crianças com doença crónica nomeadamente doença respiratória crónica e com ventilação não invasiva (VNI), no domicílio, e crianças com patologia do foro hematológico e diabético.

Alguns objectivos específicos definidos:

- Melhorar a qualidade de vida dos RN/crianças/jovens;
- Reforçar as competências parentais;
- Reforçar as competências da criança/jovem com ventilação não invasiva e doença crónica;
- Articular com as estruturas comunitárias de saúde, em particular com o Centro de Saúde de referência de cada família, escolas e infantários;
- Reduzir o tempo e os custos de internamento;
- Reduzir a taxa de reinternamentos;
- Prevenir situações de maus-tratos e/ou negligência;
- Prevenir alterações emocionais e comportamentais na criança/jovem.
- Reconhecer e adaptar os cuidados prestados no domicílio à realidade da família;
- Apoiar na prestação de cuidados que implicam um suporte técnico domiciliário, na fase inicial pós alta, facilitando a adaptação da família a uma nova realidade;

A visitação domiciliária iniciou-se no dia 15 de Junho de 2009 e foi possível, através da parceria com a Fundação do Gil em articulação com equipa multidisciplinar da Unidade de Cuidados Intensivos e Especiais Neonatais e Pediátricos (UCIEN).

O grupo que directamente se articula com a comunidade é constituído por enfermeiro e médico. Os restantes elementos da equipa, psicóloga, assistente social, fisioterapeuta e administrativa dão apoio sempre que solicitado, podendo também estes orientar/encaminhar para os recursos da comunidade.

Na UCIEN, a equipa é formada por 3 enfermeiras e 1 médica, tendo como dias de visitação a segunda e terça-feira, perfazendo um total de 16 horas semanais.

Na UCIEP, a equipa é formada por 2 enfermeiras e 3 médicos, sendo o dia de visitação a quarta-feira, num total de 8 horas quinzenais.

Relativamente ao número de crianças visitadas pela equipa neonatal, no período compreendido entre 15 Junho 2009 e 31 Dezembro 2011, verificamos um total de 607 RN, correspondendo a 932 visitas.

UCIEN	Junho 2009 Junho 2010	Julho 2010 Julho 2011	Agosto 2011 Dezembro 2011	TOTAL
Nº crianças visitadas	253	268	86	607
Nº visitas efectuadas	425	390	117	932

Fonte: Serviço de Pediatria



4.7. Jornadas de Enfermagem

A Direcção de Enfermagem do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE realizou, nos dias 19 e 20 de Maio de 2011, as 3as Jornadas de Enfermagem, subordinadas ao tema «Inovação: Um Desafio, uma Exigência para a Enfermagem».

Este evento decorreu no Auditório Cardeal Medeiros na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, e na sua organização estiveram envolvidos os Enfermeiros desta Instituição.

Contamos ainda com o patrocínio científico da Ordem dos Enfermeiros.

A comissão organizadora criou as condições para que este evento fosse uma ocasião impar para uma proveitosa partilha de conhecimentos e experiências entre todos os participantes, fazendo destas Jornadas uma referência para a Enfermagem Nacional.

Estiveram presentes cerca de 300 participantes, na sua maioria Enfermeiros das áreas de prestação de cuidados, da gestão, do ensino e ainda alunos dos cursos de Licenciatura e Pós-Licenciatura em Enfermagem. Foram dois dias de grande intensidade, pois o programa científico foi unanimemente considerado por todos como de grande qualidade e actualidade para a Enfermagem Nacional.

Algumas temáticas abordadas:

- Os Enfermeiros e a Gestão;
- Cultura de Segurança e Qualidade;
- O Hospital e a Comunidade;
- Desafios da Enfermagem Contemporânea;
- Estruturação do percurso profissional dos Enfermeiros: Controvérsias;
- Saúde, Doença e Espiritualidade;
- Sistemas de Informação em Saúde.

Para a abordagem e reflexão destas temáticas, estiveram presentes oradores de reconhecido mérito nacional, que muito contribuíram para o sucesso deste evento que muito prestigiou o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE.

5. Desenvolvimento Estratégico para 2012

O desenvolvimento estratégico programado para o ano de 2012, assenta numa evolução organizacional anteriormente iniciada, que procura responder às necessidades assistenciais da população da área de intervenção do Hospital, tendo por base uma utilização eficiente e responsável de recursos, garantindo sustentabilidade social, económica e ambiental.

O ano de 2012

Com base nos princípios anteriormente descritos e considerando o contexto extraordinariamente difícil vivido no País e que caracteriza o sector da saúde, o HFF pretende estabilizar e consolidar algumas iniciativas já iniciadas em períodos anteriores, bem como dar início a outras acções que considera críticas para o seu desenvolvimento;

Consolidação do processo de ambulatorização da actividade cirúrgica

Se em 2008 a actividade de ambulatório cirúrgico representou apenas algumas centenas de episódios, em 2011 o HFF produziu cerca de 8.073 episódios (produção SNS).

O ano de 2012 será novamente um desafio nesta área, onde estão orçamentados 8.755 episódios (8.709 são SNS). Finalizada que está a nova infraestrutura de recobro anexa ao Bloco Operatório Central e já em pleno funcionamento, será possível consolidar esta tendência, reforçando a reposta do HFF à Lista de Inscritos para Cirurgia, bem como na Lista de Espera para Consulta, nomeadamente, no acesso a primeiras consultas.

Consolidação do novo modelo de Urgência Externa

O Serviço de Urgência Geral (SURG) do HFF situa-se a níveis de actividade dos maiores Hospitais Públicos Universitários do SNS e tem sido objecto de especial acompanhamento, devido ao impacto do seu funcionamento em todo o Hospital, dimensão, profissionais diferenciados envolvidos, ao facto de ser porta principal de referenciação de doentes para o Departamento de Medicina, custos operacionais associados e impacto junto da Comunidade que serve, assente em critérios de auto-referenciação que se aproxima dos 98%. Assim, o Serviço de Urgência Geral, quer na área de internamento (UICD) quer na área de ambulatório, foi considerado prioritário em termos de necessidade de intervenção no seu espaço físico e ainda no seu modelo de funcionamento. Em 2010 iniciou-se uma intervenção profunda que só terminou em 2011 com a concretização plena dos vários aspectos propostos. Os resultados conseguidos em 2010 e 2011 foram os seguintes:

Nº de Doentes Admitidos/Número de Reclamações																	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Total Admissões	Média	Rec/Admissão	Var%
2010	87	56	63	40	76	41	65	37	40	46	46	82	679	141.760	57	0,479%	-12%
2011	112	83	63	54	22	35	73	48	46	38	41	50	665	142.456	55	0,467%	-3%

Urgência Geral - Tempo de Permanência Admissão/Alta							
Média Minutos	Ano						
	2008	2009		2010		2011	
Prioridade							
Vermelho	94,2	124,2	31,8%	153	23,2%	101,34	-33,8%
Laranja	270,1	287,1	6,3%	270	-6,0%	263,7	-2,3%
Amarelo	265,6	260,4	-2,0%	267	2,5%	249,74	-6,5%
Verde	238,6	220	-7,8%	219	-0,5%	180,15	-17,7%
Azul	334,7	307	-8,3%	258	-16,0%	167,09	-35,2%
Branco	152	281	84,9%	151	-46,3%	145,96	-3,3%
Total Geral	258	257	-0,4%	248	-3,5%	216,27	-12,8%

Em 2012 pretende-se garantir a consolidação do projecto, incorporando no modelo de organização definido o contributo dos novos sistemas de informação e um referencial de qualidade mais exigente.

A implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade com base na Norma NP EN ISO 9001 (actualmente, ISO 9001:2008) e posterior certificação, irá promover um conjunto de vantagens para o SURG, que se traduz, globalmente, em ganhos de eficiência e eficácia, suportados num processo de melhoria contínua orientado para os Utentes e para a satisfação das suas necessidades.

O desenvolvimento desta ferramenta de gestão, considera aspectos de organização interna, como o desenho e desempenho dos processos, que permite identificar disfuncionalidades que, uma vez corrigidas, resultam em claros benefícios, designadamente:

- Melhorias ao nível da imagem da Organização e Serviço;
- Melhorias ao nível da organização interna, uniformização de procedimentos e práticas;
- Obtenção de uma ferramenta de gestão fiável;
- Aumento da satisfação e confiança no Serviço por parte dos Utentes;
- Ganhos de produtividade e melhoria da eficácia dos processos críticos, com a consequente redução dos custos de operação.

Novas capacidades em termos de Sistema de Informação

Desde 2009, que o HFF tem vindo a intervir de uma forma sustentada e planeada, na actualização da sua infraestrutura tecnológica de suporte aos sistemas de informação, prioritariamente, e numa segunda fase numa nova arquitectura aplicacional de suporte à actividade clínica. No ano de 2011, o HFF já teve em funcionamento um novo Data Center, bem como capacidades acrescidas de comunicação ao nível da rede interna, factores indispensáveis à implementação de novos sistemas de informação, mais integrados entre si, com capacidades acrescidas de análise e processamento face à realidade actual. O HFF levou a cabo a expansão para a área assistencial do internamento, da nova aplicação de gestão clínica, que já se encontra em vários serviços.

Reforço das capacidades de MCDT – Imagiologia

Para além da necessária actualização tecnológica ao nível de equipamento 'pesado', é necessário de igual forma proceder à instalação de um sistema RIS, devidamente integrado com o repositório de imagem digital, que optimize o fluxo de trabalho do Serviço. À semelhança do concretizado na Urgência Externa, esta será

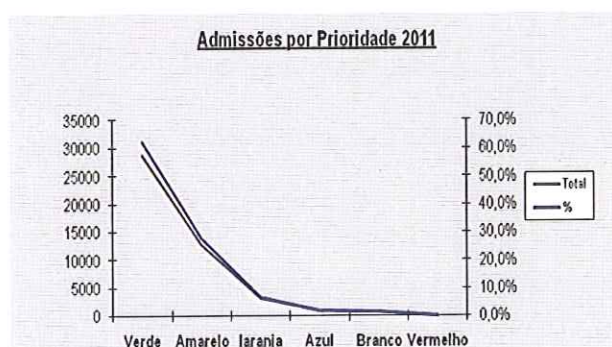
uma oportunidade para rever processos e circuitos, articulação com outros Serviços, e criação de todo um ambiente de trabalho mais colaborativo, e garantidamente com mais e melhor capacidade de resposta.

Reorganização da Urgência Básica de Algueirão - Mem Martins (SUB)

A actividade do SUB estabilizou em 2011, não se perspectivando qualquer alteração na sua procura, aliás, agravada por uma significativa redução de admissões no final desse ano. Mantém-se a escassa procura no período nocturno, verificando-se, ao mesmo tempo, uma transferência significativa de doentes para a Urgência Geral do HFF.

Mantém-se, igualmente, o perfil de urgência pouco diferenciada, com a maior parte dos doentes considerados não urgentes, de acordo com o Protocolo de Triagem de Manchester. Esta realidade não tem sofrido alterações.

SUB - Admissões por prioridade					
Média Minutos	2009		2010		2011
Prioridade					
Vermelho	21	0,2%	104	0,2%	61
Laranja	962	7,0%	3.337	7,0%	3.035
Amarelo	3.649	26,6%	12.882	27,1%	12.769
Verde	8.634	62,7%	30.223	63,6%	28.598
Azul	164	1,2%	401	0,8%	834
Branco	338	2,5%	547	1,2%	650
Total Geral	13.768	100,0%	47.494	100,0%	45.937



O HFF continua a afectar à Urgência Básica de Algueirão/Mem Martins uma equipa significativa de profissionais de saúde, bem como uma equipa de segurança, para suportar uma actividade com baixos níveis de procura;

- De facto, no período 24-08h, ao longo de 2011, os recursos humanos afectos foram os seguintes:

Urgência Básica Algueirão Mem - Martins					
# Elementos da equipa por turno					
	Méd	Enf	TDT	Adm	AAM
08H - 16H	2	2	1	2	3
16H - 24H	3	2	1	2	2
24H - 08H	2	2		1	2

- Observando a figura abaixo apresentada, verifica-se que no período 24-08h, a afluência é residual, correspondendo a 8% da actividade global e com cerca de uma (1) admissão/hora (Dezembro 2011).

Urgência Básica Algueirão Mem - Martins			
Dez-11	Acum	Média	%
0-8h	294	9	8%
8-16h	1904	61	53%
16-24h	1424	46	39%

- A auto-referenciação sustenta 98% da procura, sendo que a proveniência dos utentes se concentra nas proximidades do SUB (76%).

Face do exposto, o HFF entende que deve ser considerada a redução do período de funcionamento do SUB, proposta já apresentada à ARSLVT:

- Redução do período de funcionamento, ficando garantida a sua abertura diariamente no período compreendido entre as 8h e as 20h;
- Reforço da equipa médica e de enfermagem do Serviço de Urgência Geral com os elementos da equipa do SUB destacada para aquele Serviço;
- Eventual redefinição da actividade do SUB no sentido de melhor adequação às necessidades de prestação de cuidados dos Utentes que o procuram.

Implementação do Projecto de Centro de Hemodiálise e Diálise Peritoneal

O HFF, ao longo últimos anos tem efectuado Hemodiálise a doentes crónicos e agudos, que por diversos motivos recorrem ao Hospital, onde são acompanhados pela equipa de Nefrologia. No entanto, dada a limitação estrutural da capacidade actual do HFF em responder à continuidade dos tratamentos, os doentes são reencaminhados para outras Unidades de Saúde ou Sector Convencionado.

Atendendo às necessidades da população da área de influência do HFF, cremos estar em condições de assumir um projecto para a implementação de uma nova Unidade de Hemodiálise de modo a responder às reais necessidades da população, bem como apresentar uma proposta concorrencial em relação ao sector convencionado.

O projecto será apresentado durante 2012 à ARSLVT, de modo a que o HFF obtenha a respectiva aprovação prévia para abertura de concurso.

No âmbito da Diálise Peritoneal, o HFF irá apresentar uma proposta à ARSLVT de modo a ter esta linha de financiamento para 2012. Actualmente, o Serviço dispõe de recursos humanos com competências para assumir esta actividade.

Projecto de Reestruturação da Consulta Externa e Medicina Intensiva

Considerando como áreas prioritárias de intervenção a Consulta Externa e os Cuidados Intensivos/Intermédios, com vista a uma abordagem integrada, foi deliberado nomear Grupos de Trabalho com o objectivo de apresentarem projectos de reorganização;

Consulta Externa

- Reorganização em termos funcionais (clínicos e administrativos) contemplando também o alargamento do espaço destinado a esta actividade;
- Melhoria da acessibilidade dos utentes traduzindo-se no incremento do número e da adequabilidade de consultas realizadas;
- Criação de uma estrutura mais autónoma e flexível, que permita uma abordagem multi-profissional, compreensiva e integrada das diversas patologias;
- Rentabilização de meios complementares de forma a garantir a melhoria do acto de consulta;
- Reforço da articulação com os ACES a nível do seguimento de diversas patologias;
- Criação de Hospital de Dia para doentes crónicos.

Cuidados Intensivos/Intermédios

- Medidas de melhoria da qualidade dos cuidados de saúde prestados aos utentes;
- O modelo de funcionamento que responda à procura de cuidados nesta área;
- O espaço para a sua localização.

Implementação e Consolidação do Projecto da Unidade de Diabetes e Endocrinologia

A implementação do Projecto da Unidade de Diabetes e Endocrinologia, em 2011, com a consolidação prevista para 2012, assentou em objectivos que consubstanciam uma clara intenção de promover a alteração do paradigma de prestação de cuidados nestas áreas e acentua ainda uma tendência, desejada, no sentido da sua ambulatorização. Por outro lado, procurou ainda garantir uma particular preocupação na complementaridade da utilização dos recursos propostos, não só em recursos humanos, como ainda, em instalações e equipamentos. Evidenciaram-se ainda particulares preocupações, no sentido de assegurar o impacto destes projectos na plataforma do internamento, com reflexo no tempo de permanência dos doentes.

Pretendeu-se, nomeadamente, assegurar:

- Adequação das consultas à procura e compromisso com vista à redução da lista de espera;
- Estabelecimento de níveis de referência de enquadramento da actividade;
- Articulação com os ACES;
- Novas formas de prestação de cuidados (Hospital de Dia);
- Envolvimento dos internos da especialidade do HFF nesta área.

Reforço da Acessibilidade no Ambulatório

A acessibilidade à prestação de cuidados de saúde constitui-se como um dos pilares essenciais do Serviço Nacional de Saúde e por esse motivo vem emergindo uma atenção que lhe é totalmente devida. A implementação de sistemas de gestão das listas de espera cirúrgicas, primeiro e, mais recentemente, da "Consulta a Tempo e Horas" (CTH), consubstanciam essa relevância atribuída à acessibilidade tempestiva aos cuidados de saúde, como um direito dos cidadãos portugueses.

Neste contexto, importa sublinhar que, apesar do HFF ainda apresentar, em 2011, alguns tempos máximos de resposta na consulta superiores aos TMRG definidos, a situação melhorou relativamente a 2010, designadamente, pelo crescimento de 1% do número total de primeiras consultas. O esforço na área das consultas resultou num número de entradas em Lista de Espera Cirúrgica em 2011, semelhante a 2010, e foi acompanhado pelo crescimento em 4% do número de cirurgias programadas, realizadas em 2011.

O HFF continuará a lutar por criar as condições, mesmo num contexto tão adverso como aquele que o afectou em 2011 e que se agravará em 2012, necessárias a garantir uma maior acessibilidade e menores tempos de espera dos diversos serviços e cuidados de saúde. Neste sentido importa referir a prioridade definida pelo HFF, para 2012, no sentido de melhoria da acessibilidade à consulta externa de Oftalmologia, estando em curso a implementação de Plano com o reforço de actividade de 3.500 primeiras consultas, para além do inicialmente programado.

Gestão de Camas e Eixo Urgência - Medicinas

Nesta área hospitalar, a Gestão de Camas/Gestão de Altas, em articulação com o Serviço Social, continua a ser fundamental ao regular funcionamento da plataforma do internamento, considerando as limitações crescentes verificadas ao nível da adequada resposta da Segurança Social, associado ainda à fragilidade crescente das famílias da Comunidade, neste contexto de crise. As dificuldades e constrangimentos associadas à referenciação de doentes para a RNCC e Rede Social têm provocado dificuldades crescentes aos serviços do HFF, conduzindo ao aumento de dias de internamento e agravando a demora média, nomeadamente, pelo atraso na concretização das propostas de encaminhamento dos doentes, pela Segurança Social.

Considerando o exposto, adquire particular relevância a concretização do referencial assumido para o SURG, de limite de 55 doentes em SO, no âmbito do fluxo de doentes do Eixo Urgências – Medicinas, cujos resultados alcançados em 2011 são apresentados de seguida:



Doentes Internados no UICD as HFF - 2011

	Média Mensal
Janeiro	71
Fevereiro	74
Março	55
Abril	58
Mai	55
Junho	44
Julho	50
Agosto	43
Setembro	54
Outubro	52
Novembro	56
Dezembro	54

O aumento exponencial do número de doentes com necessidade de referenciação à RNCC, Rede Social e Unidades de Cuidados Paliativos, nos últimos anos, pode condicionar os indicadores de internamento do HFF e a admissão de novos doentes agudos. Por este motivo, os objectivos para 2012 são a referenciação precoce dos doentes internados ao Serviço Social por médico ou enfermeiro, preparação precoce da informação clínica de alta de modo a agilizar a saída efectiva do doente e outras iniciativas que facilitem a partilha de informação e antecipar a alta com segurança.

Reforço de receitas próprias

Conhecidos os constrangimentos financeiros associados ao SNS, e de acordo com orientações nesse sentido, o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, entende dever promover acções que conduzam ao reforço da sua sustentabilidade financeira, incentivando iniciativas dos diferentes Serviços que reforcem o aumento das suas receitas próprias.

Neste sentido, importa referir, nomeadamente, as propostas de celebração de protocolos apresentadas pelo Serviço de Anatomia Patológica, nas seguintes áreas:

- Microscopia electrónica
- Biópsias renais

Handwritten initials and signature in the top right corner.

Rede de Referência Hospitalar

O Conselho de Administração do HFF não pode deixar de estar atento a este tema que, a nível estratégico, vai influenciar decisivamente a evolução do Hospital a médio/longo prazo. Trata-se da necessidade de revisão da oferta de cuidados de saúde de agudos na área da Grande Lisboa.

De facto, com a publicação prevista para 2012 da nova Carta Hospitalar, o HFF assume a expectativa de uma adequada redefinição do mapa de oferta/procura dos Hospitais públicos na área da Grande Lisboa, contribuindo para melhor articulação na prestação de cuidados.

Cultura de Gestão

Por último, mas não menos importante, o HFF mantém e pretende ainda reforçar a cultura de gestão, de responsabilização, de definição de objectivos e prossecução dos mesmos, quer ao nível dos Serviços quer ao nível individual. Por outras palavras, uma forma de estar orientada para a utilização eficiente de recursos e obtenção de resultados que se pode considerar hoje parte da **cultura do HFF**. Esta postura organizacional tem permitido assegurar a manutenção de níveis de actividade adequados e crescentes, devidamente enquadrados por um cenários de sustentação económica e financeira, mantendo um nível de qualidade assistencial elevado aos Utentes.



6. Princípios de Bom Governo

6.1. Governo da Sociedade

6.1.1 Missão, Visão, Objectivos e Políticas da Empresa

Missão

O Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, é um Hospital público geral, integrado na rede do S.N.S., da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que tem como objectivo principal prestar, de forma integrada com as restantes unidades de saúde da sua região, cuidados de saúde diferenciados, de qualidade, adequados e em tempo útil, garantindo padrões elevados de desempenho técnico-científico, de eficaz e eficiente gestão de recursos, de humanização e promovendo o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores.

Visão

O Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, pretende ser um Hospital de referência em termos de facilidade do acesso no processo assistencial, de articulação com os cuidados de saúde primários, de promoção do trabalho multidisciplinar, de elevada satisfação dos utentes e profissionais, bem como da boa gestão, tornando o Hospital um projecto economicamente sustentável.

Objectivos e grau de cumprimento

Os Objectivos e grau de cumprimento estão detalhados nos Pontos 3.1. e 3.4., respectivamente, “Produção” e “Execução Orçamental e Análise Financeira do presente Relatório e Contas.

Políticas da Empresa

A actividade desenvolvida pelos colaboradores do Hospital pauta-se por procedimentos e atitudes assentes em práticas humanistas e princípios estruturais, num quadro de permanente e actuante disponibilidade, de dignificação humana e profissional, de responsabilização, participação e diálogo e orienta-se em função dos interesses dos doentes e suas famílias, numa perspectiva de defesa do direito à protecção da saúde e da satisfação das suas necessidades e preferências individuais. Fazem igualmente parte dos valores institucionais a honestidade e rectidão na relação com terceiros, sejam utentes, fornecedores ou entidades técnicas e oficiais, obrigando-se todos os colaboradores do Hospital a pautarem o seu comportamento pelas normas de ética e deontologia aplicáveis.

6.1.2 Regulamentos Internos e Externos

Os principais diplomas regulamentares são os seguintes:

- Decreto-Lei nº 203/2008, de 10 de Outubro, que transformou o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, numa entidade pública empresarial;
- Lei nº 27/2002, de 8 de Novembro (capítulos II, III e IV), que aprovou o regime jurídico do sector empresarial do Estado;

- Estatutos anexos ao Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro;
- Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º300/2007, de 23 de Agosto;
- Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março, que aprovou o estatuto do gestor público;
- Lei nº 4/83, de 2 de Abril, que aprovou o regime do controle público da riqueza dos titulares dos cargos políticos, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 38/83, de 25 de Outubro, 25/95, de 18 de Agosto, 19/2008, de 21 de Abril, nº 30/2008, de 10 de Julho, e nº 38/2010, de 2 de Setembro;
- Lei nº 64/93, de 26 de Agosto, que estabeleceu o regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos de titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, alterado pelas Leis nºs 28/95, de 18 de Agosto, 39-B/94.199, de 27 de Dezembro, nº 42/96, de 31 de Agosto, nº 12/96, de 18 de Abril, 30/2008, de 10 de Julho, Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março, e Lei Org. nº 1/2011, de 30 de Novembro;
- Despacho Conjunto, do SETF e SES, de 24 de Setembro de 2010, o qual determinou o aumento do capital estatutário do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, de 4.000.000,€, passando o mesmo para 18.200.000,€;
- Outras normas em vigor para o Serviço Nacional de Saúde que decorram do seu objecto social e não sejam incompatíveis com a sua natureza jurídica.

Para além dos supra citados diplomas, em Junho de 2010, o Secretário de Estado da Saúde aprovou o Regulamento Interno do Hospital, onde consta a composição dos diversos órgãos da instituição e se definem as suas competências.

Cumulativamente, está instituído um conjunto de “Políticas e Procedimentos” em diversas áreas, tendo o Hospital sido acreditado junto do CHKS (Caspe Healthcare Knowledge Systems, anteriormente Kings Fund Health Quality Service) e certificado por normas ISO em 6 Serviços.

6.1.3 Informação sobre as Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas

As transacções relevantes com entidades relacionadas, neste caso a ACSS, representam cerca de 97,7% do volume da facturação.

6.1.4 Informação sobre Outras Transacções

Procedimentos adoptados

As aquisições de bens e serviços e a contratação de empreitadas são efectuadas em condições normais de mercado, sem prejuízo da aplicação do regime do direito comunitário relativo à contratação pública, orientadas por princípios gerais da livre concorrência e de economia e eficácia.

Transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado

A instituição não efectuou este tipo de transacções.

Lista de fornecedores com mais de 5% dos fornecimentos

Os fornecedores que representam mais de 5% do volume de facturação ou com um valor facturado superior a 1 milhão de euros, são os seguintes:

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

FORNECEDOR	VOLUME FACTURAÇÃO 2011
Gilead Sciences S.A (Med)	5.681.371
B. Braun Medical Lda	2.770.269
Roche Farm Q.	2.567.529
ViiV Healthcare	2.498.655
Abbott Laboratórios, Lda	2.357.106
UNISELF	1.768.458
Bristol-Myers Squibb, S.A.	1.705.525
SIEMENS HEALTHCARE DIAG. IDA.	1.699.892
JANSSEN-CILAG	1.657.607
Efacec Manvia Manutenção	1.330.194
Merck Sharp & Dohme, Lda.	1.303.949
Medtronic Portugal, Lda.	1.218.945
Boston Scientific Portugal, Lda	1.200.497
Johnson & Johnson	1.122.754
Edp Corporate	1.005.852

6.1.5 Modelo de Governo e Identificação dos Membros dos Órgãos Sociais

Conselho de Administração

O **Conselho de Administração**, foi nomeado pelos Despachos dos Ministros das Finanças e da Saúde, n.º 15969/2011, de 24 de Novembro, com produção de efeitos a 1 de Janeiro de 2011, com a seguinte composição:

Presidente - Dr. Artur Vaz – (a)

Vogal Executivo - Dr.ª Maria Helena Martins Alves

Vogal Executivo - Dr. Luís Manuel Abrantes Marques – (b)

Vogal Executivo – Dr.ª Maria Teresa Maia

Vogal Executivo - Enfermeiro João Vieira

(a) Exercício do cargo até 30 de Abril de 2011, data a partir da qual foi exonerado a seu pedido.

(b) Desempenhou o cargo de Presidente do Conselho de Administração em regime de substituição, entre 1 de Maio e 31 de Dezembro de 2011.

Nomeado Presidente do Conselho de Administração, com efeitos a 1 Janeiro de 2012, na sequência da aceitação do pedido de exoneração do anterior presidente, Dr. Artur Aires Vaz, com efeitos a 1 de Maio 2011. Com a presente nomeação para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, o Dr. Luís Manuel Abrantes Marques cessou as funções de vogal executivo.

Aos membros do Conselho de Administração estão atribuídas responsabilidades de supervisão e coordenação estratégica de diversas Direcções, Áreas funcionais e Serviços dependentes.

Presidente - Dr. Luís Manuel Abrantes Marques

Direcção da Qualidade;

Direcção de Produção;

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

Direcção de Gestão e Tecnologias de Informação;
Direcção Financeira;
Direcção de Logística;
Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão;
Auditoria Interna;
Gabinete de Gestão de Risco;
Gabinete de Comunicação Externa e Imagem;
Comissão de Qualidade e Segurança do Doente;
Comissão de Normalização de Consumíveis;
Coordenação estratégica referente ao planeamento estratégico do investimento do HFF;
Coordenação estratégica do sistema de segurança física das instalações.

Vogal Executivo - Dr.^a Helena Martins Alves

Direcção de Recursos Humanos, Formação e Ensino;
Gabinete Jurídico;
Centro de Documentação e Informação;
Coordenação estratégica dos Serviços de Gestão Hoteleira e a matéria referente à Responsabilidade Social do HFF.

Vogal Executivo - Dr.^a Maria Teresa Maia

Direcção Clínica

Vogal Executivo - Enfermeiro João Vieira

Direcção de Enfermagem

Fiscal Único

O **Fiscal Único** é desempenhado por António Maria Velez Belém, SROC - Unipessoal Lda, nº 96, representada pelo SROC nº 768, Dr. António Belém.

Conselho Consultivo

O **Conselho Consultivo**, constituído de acordo com o disposto no artigo 18.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E., aprovados pelo Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro, e no artigo 17º do Regulamento Interno, tem a seguinte composição:

Presidente - Engenheiro Manuel Dias Ferreira

Representantes dos Municípios da sede do HFF

Sr. Joaquim Raposo, Presidente da Câmara Municipal da Amadora

Dr. Fernando Seara, Presidente da Câmara Municipal de Sintra

Elemento designado pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Dra. Margarida Borges

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Outros Representantes

Sr. Carlos Alberto Almeida Gomes, Presidente da Associação dos Amigos e Utentes do HFF
Enfermeira Sónia Semião, eleita pelos trabalhadores do HFF

Sr. Coronel Adérito Ferreira Araújo, representante dos prestadores de trabalho voluntário no HFF

Elementos escolhidos pelo Conselho de Administração, entre profissionais de saúde sem vínculo ao HFF

Dr. Luís Campos, Director do Serviço de Medicina IV do Hospital de S. Francisco Xavier/Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental

Enfermeira Maria Augusta Grou Moita, docente da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa

Comissões Especializadas

As **Comissões Especializadas** integrando membros do Conselho de Administração são as seguintes:

Comissão da Qualidade e Segurança do Doente (Dr. Luís Marques, Dr^a Teresa Maia e Enf. João Vieira)

Comissão de Coordenação Oncológica (Dr^a Teresa Maia)

Comissão de Farmácia e Terapêutica (Dr^a Teresa Maia)

Comissão de Investigação Clínica (Dr^a Teresa Maia e Enf. João Vieira)

Comissão Médica do Exercício Profissional (Dr^a Teresa Maia)

Grupo de Normalização de Consumíveis (Enf. João Vieira)

Direcções de Primeira Linha

As **Direcções de 1^a linha** constantes do Organigrama do Hospital, são desempenhadas pelos seguintes colaboradores:

Direcção Clínica

Dr.^a Teresa Maia

Dr. Paulo Freitas

Dr. Rocha Pires

Dr.^a Helena Carreiro

Dr.^a Lucília Gonçalves

Direcção de Enfermagem

Enfermeiro João Vieira

Enfermeira Maria Conceição Figueiredo

Enfermeira Alda Maria Lino

Enfermeira Maria Antonieta Domingues

Direcção Financeira

Dr. Carlos Magno

Direcção de Recursos Humanos

Dr.^a Rosa Ribeiro

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Direcção de Gestão e Tecnologias de Informação
Engenheiro Rui Gomes

Direcção de Logística
Dr. João Paulo Ferreira

Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão
Dr.ª Catarina Paulino

Direcção de Produção
Dr.ª Sónia Dória

Direcção da Qualidade
Dr.ª Maria Fátima Pinheiro

6.1.6 Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Em cumprimento do disposto no nº 3 do Despacho nº 11420/2009, de 30 de Abril, do SETF e, sem prejuízo do disposto no nº 1 do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, e no artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, o estatuto remuneratório do Presidente do Conselho de Administração é fixado em 6.152,60 euros, 14 vezes por ano, e o dos Vogais Executivos em 5.284,82 euros, 14 vezes por ano.

Nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, a remuneração fixa mensal ilíquida dos membros do Conselho de Administração foi reduzida, a título excepcional, em 5 %, com produção de efeitos ao mês de Junho do mesmo ano.

Handwritten initials and a checkmark in the top right corner.

	Presidente Artur Vaz (a)	Vogal Luís Marques	Vogal Helena Martins Alves	Vogal Teresa Maia	Vogal João Vieira
1. Remuneração					
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	24.610	73.987	73.987	73.987	73.987
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	1.231	3.699	3.699	3.699	3.699
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	2.338	7.029	7.029	7.029	7.029
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	21.042	63.259	63.259	63.259	63.259
1.5. Senha de presença (€)					
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)					
1.7. Remuneração variável (€)					
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)					
1.9. Outras (acerto final contrato) (€)	15.064				
1.10. Outras (horas extra e prevenção de Dez 2010) (€)				712	
2. Outras regalias e compensações					
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)					
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)					
2.3. Subsídio de deslocação (€)					
2.4. Subsídio de refeição (€)	350	1.059	927	935	905
2.5. Outras (identificar detalhadamente) (€)					
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1. Regime de Proteção Social (€)	5.336	12.842	5.614	5.360	4.182
3.2. Seguros de saúde (€)					
3.3. Seguros de vida (€)					
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)					
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€)					
4. Parque Automóvel					
4.1. Marca	BMW	BMW	BMW	BMW	Audi
4.2. Modelo	Serie 3	Serie 3	Serie 3	Serie 1	A3
4.3. Matrícula	39-HG-52	39-HG-55	39-HG-49	90-FF-82	34-EF-11
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	AOV	AOV	AOV	AOV	AOV
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)	39.120,35 €	35.613,22 €	35.613,22 €	36.170,09 €	34.141,50 €
4.6. Ano Início	2009	2009	2009	2007	2007
4.7. Ano Termo	2013	2013	2013	2012	2012
4.8 N.º prestações (se aplicável)					
4.9. Valor Residual (€)	18.457,60	17.562,60	17.562,60	17.307,50	0
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)					
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)	538,42	1.190,92	2.214,97	636,39	1.084,20
4.12. Plafond anual Combustível atribuído (€)					
4.13. Outros (identificar detalhadamente) (€)	667,66	434,59	736,10	1.941,99	498,15
5. Informações Adicionais					
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	Não	Não	Não	Não	Não
5.2. Remuneração Iliquida Anual pelo lugar de origem (€)					
5.3. Regime de Proteção social					
5.3.1. Segurança social (s/n)	sim	sim	Não	Não	Não
5.3.2. Outro (indicar)			CGA	CGA	CGA
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	Não	Não	Não	Não	Não
5.5. Outras (identificar detalhadamente)					

(a)-Exercício do cargo até 30 de Abril de 2011, data a partir da qual foi exonerado a seu pedido

Fiscal Único

O Fiscal Único, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Pedro Leandro, António Belém, actualmente, designada por António Maria Velez Belém, SROC - Unipessoal Lda, nº 96, representada pelo SROC nº 768, Dr. António Belém, foi nomeado pelo Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças n.º 11206/2009, de 24 de Abril.

Fiscal Único	2010	2011 **
Remuneração anual auferida (€)	17.919	15.781

** Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2011 (Lei OE/2011) SIM _X_ Não ____

6.1.7 Análise de Sustentabilidade do Hospital nos Domínios Económico, Social e Ambiental

Sustentabilidade no Domínio Económico

A sustentabilidade no domínio económico está detalhada no ponto 3.4. - Execução Orçamental e Análise Financeira, do presente Relatório e Contas.

Sustentabilidade no domínio social

A sustentabilidade no domínio social está detalhada no ponto 3.2. - Recursos Humanos, do presente Relatório e Contas.

Sustentabilidade no domínio ambiental

Em termos energéticos, o HFF instalou, durante o ano de 2011, uma Central de Cogeração que começou a funcionar em Novembro. Alimentada a Gás Natural, esta instalação eliminou o consumo de Fuelóleo, permitindo uma redução do consumo de combustíveis fósseis e a consequente diminuição da emissão de gases de estufa.

O HFF substituiu todas as baterias de condensadores originando a redução, para valores insignificantes de energia reactiva.

Paralelamente a estes investimentos, o HFF continuou a substituir os seus equipamentos mais antigos por outros energeticamente mais eficientes, bem como a efectuar melhoramentos nas instalações de modo a garantir um menor consumo de energia térmica e eléctrica.

Relativamente à área de Gestão de Resíduos Hospitalares, em 2011, mantiveram-se as estratégias definidas para o ano 2010, nomeadamente no que respeita ao Plano de Sustentabilidade Ambiental do HFF que assenta em políticas e procedimentos, revistos em Julho de 2011 de acordo com a Norma 18 do CHKS, inscritos no Manual de Acreditação em Qualidade. O cumprimento desta Norma, conduz a uma produção de resíduos controlada, incentiva a melhoria contínua e a partilha de Boas Práticas, de forma a garantir uma maior segurança e eficiência no desempenho de cada profissional e uma redução dos impactes ambientais.

Paralelamente e de igual modo, no âmbito das estratégias adoptadas pelo HFF, desenvolveram-se acções proactivas de sensibilização, de informação, de formação e de envolvimento efectivo dos profissionais, sobretudo, no que respeita ao ciclo dos Resíduos Hospitalares, em particular a correcta

separação e descarte dos resíduos no seu local de produção, de acordo com a sua perigosidade, cujo objectivo visa a prevenção e redução de consumos desnecessários e de desperdício, o aumento da quantidade dos resíduos valorizáveis para Reciclagem, Redução e Reutilização, sempre na perspectiva de minimizar os impactos Ambientais, Económicos e de Saúde Pública.

Estas estratégias incluem ainda, para além da formação anual em Resíduos Hospitalares, de carácter obrigatório para todos os colaboradores, Planos de Acção de acordo com a especificidade de cada Serviço, acções de formação específicas, adaptadas a cada Grupo Profissional de acordo com o seu desempenho, monitorização Serviço a Serviço, acções correctivas e informação regular e atempada.

A Gestão Global de Resíduos Hospitalares no HFF, consiste no planeamento e execução de um conjunto de medidas que passam, em primeiro lugar e, obrigatoriamente, pelo cumprimento da legislação em vigor - nacional e comunitária - e que determina as acções para o ciclo de vida de cada tipologia de resíduo, desde a sua produção ao destino final, de forma adequada, correcta e ambientalmente segura.

O Plano de Sustentabilidade Ambiental do HFF inclui a contratação de Operadores autorizados e com Certificação Ambiental, depositando nestes a partilha de responsabilidade pela Gestão Global dos Resíduos atribuída ao Produtor e que se processa nas fases de transporte para o exterior, tratamento adequado e destino final no caso dos Resíduos Hospitalares sólidos e líquidos e, no caso dos resíduos valorizáveis, o respectivo processo de recolha e valorização.

6.1.8 Avaliação sobre o Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

O Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, possui as estruturas, os regulamentos e os controlos, necessários ao cumprimento dos Princípios do Bom Governo, tal como se encontram definidos na RCM nº 49/2007.

6.1.9 Código de Ética

O Código de ética aprovado pelo Conselho de Administração, no final do mês de Março de 2011, encontra-se disponível para consulta no site do Hospital, na sua página de intranet, bem como no portal das empresas do SEE da DGTF.

6.1.10 Informação sobre a Existência de um Sistema de Controlo Compatível com a Dimensão e Complexidade do Hospital

Os sistemas de controlo implementados no HFF, no plano da prestação dos cuidados de saúde, nas plataformas tecnológicas de informação, nas matérias de índole contabilística, administrativa e financeira e na salvaguarda dos activos, são adequados à sua dimensão e complexidade.

6.1.11 Identificação dos Mecanismos Adoptados com Vista à Prevenção de Conflitos de Interesses

Os mecanismos a adoptar com vista à prevenção de conflitos de interesses estão definidos no Código de Ética, aprovado no final de Março de 2011, nomeadamente, os colaboradores do HFF devem escusar-se a intervir em processos individuais ou colectivos de tomada de decisão ou deliberação

que envolvam, directa ou indirectamente, organizações exteriores ao HFF com as quais colaborem ou tenham colaborado, assim como os que digam respeito, directa ou indirectamente, a pessoas ou entidades a quem estejam ou tenham estado ligados por laços de parentesco ou afinidade.

Ao nível da Organização e dos processos que suportam a actividade do HFF, existe uma prática de segregação de funções entre execução e controlo.

6.1.12 Explicitação Fundamentada da Divulgação de Toda a Informação Actualizada Prevista na RCM nº 49/2007

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			
Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organograma	X			Consta do Relat. Contas
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificação de sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado	X			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

6.2. Cumprimento das Orientações Legais

6.2.1. Níveis do Cumprimento de Orientações e Objectivos de Gestão (art 11º do DL nº 300/2007)

Ver em Anexo Relatório do Revisor Oficial de Contas

6.2.2. Gestão do Risco Financeiro

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				O HFF não possui financiamento externo e as principais entidades credoras são os fornecedores de medicamentos e MCDT's
Diversificação de instrumentos de financiamento			X	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			X	
Diversificação de entidades credoras			X	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X	
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				O HFF não possui passivo remunerado nem prestou garantias reais
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			X	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			X	
Minimização da prestação de garantias reais			X	
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			X	
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				A cobertura financeira dos investimentos é assegurada pelo capital próprio
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			
Inclusão nos R&C				O HFF não possui financiamento externo
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			X	
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			X	
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			X	
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			X	O HFF não possui contratos Swap
-				-

6.2.3. Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP)

O Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, no final do ano de 2011, situou-se em 206 dias, apurado nos termos definidos na RCM nº 34/2008, com as alterações estabelecidas pelo Despacho nº 9870/2009. Em 2009, aquele prazo médio foi de 76 dias e em 2010 foi de 146 dias. Este agravamento deriva do recebimento, em 2010 e 2011, de apenas cerca de 82% do duodécimo do *Contrato Programa*, a principal fonte de recebimentos do Hospital.

PMP	1ºT2010	2ºT2010	3ºT2010	4ºT2010	1ºT2011	2ºT2011	3ºT2011	4ºT2011
PMP (dias)	84	102	130	146	159	175	185	206

6.2.4. Atrasos nos Pagamentos (Arrears)

O Atraso nos Pagamentos a fornecedores (Arrears), definido nos termos do DL nº 65-A/2011 – o não pagamento de factura, após o decurso de 90 dias sobre a data convencionada para pagamento – encontra-se resumido no mapa seguinte e detalhado por fornecedor, em anexo.

Pagamentos em atraso	0-90 d	90-120 d	120-240 d	240-360 d	>360 d	TOTAL
Gilead Sciences S.A (Med)	1.427.578,74	423.721,36	1.107.307,22	0,00	0,00	2.958.607,32
Roche Farm Q.	721.068,79	173.009,65	836.827,90	-514,20	1.439,05	1.731.831,19
B. Braun Medical Lda	607.112,69	235.549,86	640.585,42	-52.877,68	0,00	1.430.370,29
ViiV Healthcare	534.148,16	152.272,67	684.040,91	0,00	698,95	1.371.160,69
Abbott Laboratórios, Lda	714.541,01	116.236,25	294.703,58	-3.877,05	6.390,42	1.127.994,21
Bristol-Myers Squibb, S.A.	423.606,05	126.702,34	627.306,00	-185.281,26	0,00	992.333,13
Siemens Health Diag. IDA.	489.372,11	89.546,77	361.892,69	6.008,40	7.399,13	954.219,10
Janssen-Clag	134.895,11	574.084,78	223.161,84	0,00	496,10	932.637,83
Medtronic Portugal, Lda.	374.618,45	88.187,20	419.437,46	-102.820,16	0,00	779.422,95
Boston Scientific Portugal, Lda	464.556,45	61.624,91	198.670,12	0,00	0,00	724.851,48
Outros	3.910.074,12	1.113.202,06	3.043.735,91	43.632,37	636.747,44	8.747.391,90
TOTAL	9.801.571,68	3.154.137,85	8.437.669,05	-295.729,58	653.171,09	21.750.820,09

6.2.5. Cumprimento dos Deveres Especiais de Informação (Despacho 14277/2008)

O Hospital tem assegurado, genericamente, o cumprimento dos Deveres Especiais de Informação estabelecidos no Despacho 14277/2008, nomeadamente, o envio à IGF e à DGTF dos documentos abaixo indicados.

Informação Reportada	DGTF	IGF
Planos de actividade anual e plurianual	✓	✓
Orçamentos anuais	✓	✓
Planos de investimento e fontes de financiamento	✓	✓
Relatórios trimestrais de execução orçamental		
Cópias das actas das Assembleias Gerais	na	na

6.2.6. Cumprimento das Recomendações do Accionista aquando da Aprovação das Contas de 2010

Por Despacho Conjunto da Secretária de Estado do Tesouro e Finanças e do Secretário de Estado da Saúde, de 8 de Março de 2012, foram aprovadas as contas de 2010 do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, a distribuição de resultados proposta pelo Conselho de Administração do Hospital e apresentada uma Declaração sobre Política de Remunerações dos membros do Conselho de Administração, não tendo sido emitida nenhuma recomendação.

6.2.7. Cumprimento das Orientações Legais sobre Remunerações

Foram cumpridas as *orientações legais sobre remunerações*, nomeadamente, as previstas nos artigos nºs 19º, 22º e 24º da Lei 55-A/2010.

Dos Órgãos Sociais

Não foi atribuído o prémio de gestão, nos termos do art.º 24º da Lei 55-A/2010.

Foi aplicada a redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010.

Foi mantida a redução de 5%, prevista no art.º 19º da Lei 55-A/2010, por aplicação do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010.

Do Auditor Externo

O Hospital não tem Auditor Externo.

Dos restantes trabalhadores

As remunerações dos trabalhadores foram reduzidas em conformidade com o Art.º 19º da Lei 55-A/2010.

6.2.8. Cumprimento das Normas de Contratação Pública (ofício circular nº 6132)

As aquisições de bens e serviços e a contratação de empreitadas são efectuadas em condições normais de mercado, cumprindo as normas da contratação pública de acordo com o Dec. Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, e a orientação constante do Despacho nº 438/10-SETF, de 10 de Maio, transmitida através do ofício circular nº 6132, de 6 de Agosto de 2010, da DGO, sendo utilizada a plataforma de contratação pública BIZGOV acima dos limiares comunitários.

De acordo com o nº3 do artigo 5º do Dec. Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, o HFF utiliza o regime de excepção nos processos abaixo dos limiares comunitários identificados no Regulamento (CE) nº 1177/2009 da Comissão Europeia, de 30 de Novembro (alteração das directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE). Neste regime o HFF pauta a sua actuação pela transparência, igualdade e concorrência de acordo com os princípios vertidos no nº 4 do artigo 1º do CCP, e objectivando em cada processo a melhor eficiência para o HFF, tendo desenvolvido para 2011 com a empresa Saphety, uma plataforma de procurement.

6.2.9. Adesão do Hospital ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

O HFF recorreu a Fornecedores registados no Catálogo da SPMS, nas categorias que se encontravam disponíveis no momento da consulta.

6.2.10. Cumprimento dos Limites Máximos de Acréscimo de Endividamento (ofício circular nº 4384)

O Hospital não tem qualquer tipo de endividamento pelo que não se aplica o estabelecido no Despacho nº 155/2011-MEF, de 28 de Abril.

6.2.11. Cumprimento do Plano de Redução de Custos

O Plano de Redução de Custos definido para 2011, conforme Despacho nº 155/2011-MEF, de 28 de Abril, foi implementado em várias áreas do Hospital. Nesse sentido, foram definidas diversas iniciativas entre o Conselho de Administração e as Direcções de 1ª Linha e restantes profissionais. Os objectivos traçados passaram pela redução de custos nas rubricas de Medicamentos; Material de Consumo Clínico; Reagentes; Fornecimento e Serviços Externos; Recursos Humanos.

6.2.12. Cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O HFF cumpre na generalidade o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, mantendo as suas disponibilidades e aplicações financeiras em contas à ordem e em instrumentos CEDIC junto do IGCP – Instituto de Gestão do Crédito Público, conforme estipulado no artº 77º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

6.2.13. Quadro Resumo para Divulgação do Cumprimento das Obrigações Legais

Apresenta-se em anexo o Quadro Resumo para Divulgação do Cumprimento das Obrigações Legais conforme enunciado no Ofício Circular nº 651, de 25 de Janeiro de 2012, da DGTF.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

7. Relato de Outros Requisitos Legais e Acontecimentos Subsequentes

Entre 31 de Dezembro de 2011 e a data de assinatura do presente Relatório e Contas, não ocorreram quaisquer factos que alterem a situação patrimonial ou os resultados apurados.

Por Despacho de Sua Excelência o Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Saúde, em Janeiro de 2012, foram nomeados para o Conselho de Administração, com efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2012, no cargo de Presidente, o Dr. Luís Manuel Abrantes Marques e no cargo de Vogal Executivo, o Dr. Luís Miguel Ferreira Rodrigues Gouveia. Estas nomeações são válidas para o período restante do mandato em curso dos actuais membros do mesmo Conselho de Administração correspondente ao triénio de 2011-2013.

8. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, propõe que o **Resultado Líquido** obtido, em 2011, no valor de **3.581.268 Euros**, seja aplicado da seguinte forma:

Reserva Legal – 716.254 Euros

Reserva para Investimentos – 2.865.014 Euros

O Conselho de Administração

The image shows four handwritten signatures in black ink, followed by a purple ink signature. The signatures are written in a cursive, stylized script. The first signature appears to start with '19', the second with 'J', the third with 'F', and the fourth with 'T'. The purple signature is more legible and appears to be 'seelner'.

9. Demonstrações Financeiras

Balanço

Código das contas POCMS	ACTIVO	Exercícios			
		2011			2010
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público:				
451	Terrenos e Recursos naturais				
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas				
455	Bens do património histórico e cultural				
459	Outros Bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso de bens de domínio Público				
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	4.699	4.699		361
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas				83.881
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		4.699	4.699		84.243
	Imobilizações Corpóreas:				
421	Terrenos e Recursos naturais	15.381.300		15.381.300	15.381.300
422	Edifícios e outras construções	64.919.502	3.097.065	61.822.436	62.273.843
423	Equipamento básico	14.841.443	7.309.677	7.531.765	8.259.006
424	Equipamento de transporte	29.197	15.367	13.830	18.572
425	ferramentas e utensílios	4.088	1.793	2.295	2.857
426	Equipamento administrativo e informático	3.899.032	2.033.509	1.865.524	1.707.110
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	81.024	30.619	50.406	37.392
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	10.288		10.288	
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		99.165.874	12.488.030	86.677.844	87.680.079
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital				
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				

Código das contas POCMS	ACTIVO	Exercícios			
		2011			2010
		AB	AP	AL	AL
	Circulante				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.895.992		5.895.992	5.218.168
34	Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos Acabados e Intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamento por conta de compras				
		5.895.992		5.895.992	5.218.168
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos Concedidos				
211	Clientes c/c	2.700.011		2.700.011	4.830.209
213	Utentes c/c	1.648		1.648	676
215	Instituições do MS	31.506.961		31.506.961	17.327.937
218	Clientes e utentes de cobrança duvidosa	729.186	386.949	342.237	328.824
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores	1.956		1.956	2.463
2619	adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estados e outros entes públicos	441.272		441.272	747.129
262/3/3+267+268	Outros devedores	674.995		674.995	584.224
		36.056.029	386.949	35.669.079	23.821.462
	Títulos Negociáveis:				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos da dívida pública	6.500.000		6.500.000	8.000.000
159	Outros Títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
		6.500.000		6.500.000	8.000.000
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
13	Conta no tesouro	957.616		957.616	655.262
12	Depósitos em instituições financeiras	191.257		191.257	328.412
11	Caixa	3.868		3.868	3.522
		1.152.741		1.152.741	987.195
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	165.110.134		165.110.134	170.665.870
272	Custos diferidos	127.236		127.236	69.642
		165.237.370		165.237.370	170.735.511
	Total de Amortizações		12.492.728		
	Total de Provisões		386.949		
	Total do Activo	314.012.704	12.879.678	301.133.026	296.526.658

Códigos das contasPOCMS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2011	2010
	Fundos próprios		
51	Património	18.200.000	18.200.000
56	Reservas de reavaliação		
		18.200.000	18.200.000
	Reservas		
571	Reservas legais	557.521	365.232
574	Reservas livres	1.997.965	1.228.806
575	Subsídios		
576	Doações	134.346	56.798
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	82.538.757	82.538.757
		85.228.589	84.189.592
59	Resultados transitados	4.686.738	1.120.469
88	Resultado líquido do exercício	3.581.268	961.449
		111.696.595	104.471.510
	Passivo:		
291	Provisões para cobranças duvidosas		
292	Provisões para riscos e encargos	243.465	
		243.465	
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
213	Utentes c/c		
219	Adiantamentos de clientes, utentes e instit. MS	123.990.346	128.985.082
221	Fornecedores c/c	47.853.906	39.937.389
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.532.631	1.332.506
23	Empréstimos obtidos		
252	Credores pela execução do orçamento		
2611	Fornecedores de imobilizado	1.665.053	3.865.132
24	Estado e outros entes públicos	4.848.642	3.558.365
262/3/4+267+268	Outros credores	125.829	206.541
		180.016.406	177.885.015
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	7.590.650	13.651.077
274	Proveitos diferidos	1.585.911	519.057
		9.176.560	14.170.133
	Total dos fundos próprios e do passivo	301.133.026	296.526.658

Demonstração de Resultados por Natureza

POCMS	Custos e Perdas	Exercício			
		2011		2010	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
612	Mercadorias				
616	Matérias de consumo	48.734.526	48.734.526	48.407.070	48.407.070
62	Fornecimentos e serviços externos		30.533.103		36.120.847
641+642	Custos com o pessoal:				
	Remunerações		55.232.213		60.862.242
	Encargos sociais:				
643	Pensões		5.006		
645 a 648	Outros		12.152.910		12.869.746
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais				
66	Amortizações do exercício		4.209.217		3.877.272
67	Provisões do exercício		410.823		219.591
65	Outros custos e perdas operacionais		28.699		32.303
	(A)		151.306.498		162.389.072
68	Custos e perdas financeiras		40.726		34.672
	(C)		151.347.224		162.423.744
69	Custos e perdas extraordinárias		323.091		1.829.509
	(E)		151.670.315		164.253.253
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		2.760.077		511.751
	(G)		154.430.392		164.765.004
88	Resultado líquido do exercício		3.581.268		961.449
			158.011.660		165.726.453
POCMS	Proveitos e Ganhos	Exercício			
		2011		2010	
71	Vendas e prestações de serviços				
711	Vendas	503.101		511.016	
712	Prestações de serviços	152.405.862	152.908.963	160.309.655	160.820.671

POCMS	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2011	2010
72	Impostos, taxas e outros		
75	Trabalhos para a própria entidade		
73	Proveitos suplementares	1.076.955	1.530.069
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:		
741	Transferências - Tesouro		
742	Transferências correntes obtidas	91.537	42.937
743	Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos		
749	De outras entidades		
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	3.323.358	2.733.425
	(B)	157.400.812	165.127.101
78	Proveitos e ganhos financeiros	277.006	411.958
	(D)	157.677.818	165.539.059
79	Proveitos e ganhos extraordinários	333.842	187.394
	(F)	158.011.660	165.726.453

Resultados:

Resultados Operacionais: (B) - (A) =	6.094.315
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =	236.280
Resultados correntes: (D) - (C) =	6.330.594
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =	6.341.345
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =	3.581.268

Demonstração de Resultados por Funções

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	2011	2010
Vendas e Prestações de Serviços	152.908.963	160.820.671
Custos das Vendas e Prestações de Serviços	136.395.890	146.253.759
Resultados Brutos	16.513.073	14.566.912
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	4.491.849	4.306.430
Custos Administrativos	14.881.909	16.103.010
Outros Custos e Perdas Operacionais	28.699	32.303
Resultados Operacionais	6.094.315	2.738.029
Ganhos (Perdas) em Outros Investimentos	236.280	377.286
Resultados Correntes	6.330.594	3.115.315
Resultados Extraordinários	10.750	-1.642.115
Resultados Antes dos Impostos	6.341.345	1.473.200
Impostos sobre os Resultados	2.760.077	511.751
Resultados Líquidos	3.581.268	961.449

Demonstração de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
Actividades Operacionais	
Recebimentos de clientes	147.526.962
Pagamentos a fornecedores	58.412.115
Pagamentos de Honorários	12.692.033
Pagamentos ao pessoal	72.030.975
Fluxos gerados pelas operações	4.391.840
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-64.450
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional	-711.138
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	3.616.252
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	300
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	2.588
Fluxos das Actividades Operacionais (1)	3.613.964
Actividades de Investimento	
Recebimentos provenientes de:	
Investimentos financeiros	
Imobilizações corpóreas	
Imobilizações incorpóreas	
Juros e proveitos similares	162.167
Dividendos	
Outros	
Subsídios de investimento	
	162.167
Pagamentos respeitantes a:	
Investimentos financeiros	
Imobilizações corpóreas	5.092.155
Imobilizações incorpóreas	
Outros	
	5.092.155
Fluxos das Actividades de Investimento (2)	-4.929.988

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large 'H' and several illegible signatures.

Actividade de Financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Empréstimos obtidos	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	
Subsídios e doações	94.737
Venda de acções (quotas) próprias	
Outros	
Cobertura de prejuízos	
	94.737
Pagamentos respeitantes a:	
Empréstimos obtidos	
Amortização de contratos de locação financeira	83.208
Juros e custos similares	29.960
Dividendos	
Redução de capital e prestações suplementares	
Aquisição de acções (quotas) próprias	
Outros	
	113.168
Fluxos das Actividades de Financiamento (3)	-18.430
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	-1.334.455
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	8.987.195
Alteração do perímetro de consolidação	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7.652.741

Anexo à Demonstração de Fluxos de Caixa

	2011	2010
Numerário	3.868	3.522
Depósitos em Instituições Financeiras	1.148.873	983.674
Títulos da Dívida Pública	6.500.000	8.000.000
TOTAL	7.652.741	8.987.195

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

Mapa de Controlo do Orçamento de Compras

Dados de valores acumulados à data de 31 Dezembro 2011

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO	PROCESSADAS	DIFERENÇA
	COMPRAS:			
312	Mercadorias			
	PRODUT. FARMACÊUTICOS:			
31611	Medicamentos	30.541.367,35	31.304.134,17	762.766,82
31612	Reagentes e prod. diag. rápido	4.791.682,77	4.598.055,51	-193.627,26
31619	Outros produtos farmacêuticos	135.000,00	164.475,30	29.475,30
3162	Material de consumo clínico	12.829.377,94	12.745.679,69	-83.698,25
3163	Produtos alimentares			
3164	Material consumo hoteleiro.	460.336,42	579.092,98	118.756,56
3165	Material consumo administrativo.	626.856,07	567.686,93	-59.169,14
3166	Material manutenção e conservação	390.334,06	455.547,38	65.213,32
3169	Outro material de consumo	643.349,50	713.791,54	70.442,04
	TOTAL DAS COMPRAS:	50.418.304,11	51.128.463,50	710.159,39
317	DEVOLUÇÃO DE COMPRAS			
318	DESCONT. ABATIM. COMPRAS.	1.286.024,51	1.624.253,27	338.228,76
	TOTAL GERAL:	49.132.279,60	49.504.210,23	371.930,63

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Custos e Perdas)

Dados de valores acumulados à data de 31 Dezembro 2011

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO	PROCESSADAS	DIFERENÇA
	CUSTOS MERC.VEND. E MAT.CONS.:			
612	Mercadorias			
6161	Produtos farmacêuticos	34.182.025,61	33.939.160,07	-242.865,54
6162	Material de consumo clínico	12.829.377,94	12.690.799,76	-138.578,18
6163	Produtos alimentares			
6164	Material consumo hoteleiro	460.336,42	490.234,73	29.898,31
6165	Material consumo administrativo	626.856,07	560.401,10	-66.454,97
6166	Material manutenção/conservação	390.334,06	337.183,02	-53.151,04
6169	Outro material de consumo	643.349,50	716.747,69	73.398,19
	Total da conta 61	49.132.279,60	48.734.526,37	-397.753,23

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO	PROCESSADAS	DIFERENÇA
	FORNECIM. E SERVIÇOS EXTERNOS:			
	Sub contractos:			
6211	Assistência ambulatoria			
	Meios complement. diagnóstico:			
62121	Patologia clinica			
62122	Anatomia patológica			
62123	Imagiologia			
62124	Cardiologia			
62125	Electroencefalografia			
62126	Medicina nuclear			
62127	Endoscopia Gástrica			
62128	Pneumologia / Imunoalergologia			
62129	Outros			
Total da conta 6212		0,00	0,00	0,00
	Meios complement. terapêutica:			
62131	Hemodiálise			
62132	Medicina fisica e reabilitação			
Total da conta 6213		0,00	0,00	0,00
6214	Prescrição Medicamentos / Cuidados Farmac.			
6215	Internamentos			
6216	Transporte de doentes			
6217	Aparelhos complem. Terapêutica			
	Trabalhos executados exterior:			
	Em entidades Ministério Saúde:			
621811	Assistência ambulatoria	2.899,67	166,37	-2.733,30
621812	Meios Complem. Diagnóstico	135.958,87	138.211,74	2.252,87
621813	Meios Complem. Terapêutica	306.402,05	338.449,49	32.047,44
621814	Prescrição Medicamentos / Cuidados Farmac.			
621815	Internamentos e Transportes de Doentes	4.448,28	1.196,29	-3.251,99
621819	Outros Trabalhos Exec. Exterior	769.551,72	563,49	-768.988,23
Total da conta 62181		1.219.260,59	478.587,38	-740.673,21
	Em outras entidades:			
621891	Assistência ambulatoria	862.216,78	734.892,12	-127.324,66
621892	Meios Complem. Diagnóstico	1.695.717,23	1.099.874,06	-595.843,17
621893	Meios Complem. Terapêutica	3.306,79	74.597,64	71.290,85

4
2
MD
lin
26

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO	PROCESSADAS	DIFERENÇA
621894	Produtos vendidos p/farmácias			
621895	Internamentos e Transportes de Doentes	0,00	591.146,47	591.146,47
621896	Aparelhos Complem. Terapêutica			
621897	Assistência no estrangeiro			
621898	Termalismo Social			
621899	Outros Trabalhos Exec. Exterior	44.675,89	0,00	-44.675,89
Total da conta 62189		2.605.916,69	2.500.510,29	-105.406,40
TOTAL DA CONTA 6218		3.825.177,28	2.979.097,67	-846.079,61
6219	Outros subcontractos			
	Fornecimentos e serviços:			
6221	Fornecimentos I	3.037.000,00	3.137.985,73	100.985,73
6222	Fornecimentos e serviços II	10.742.877,65	4.636.394,54	-6.106.483,11
6223	Fornecimentos e serviços III	15.782.807,52	19.753.467,70	3.970.660,18
6229	Outros fornecimentos e serviços	17.000,00	26.157,75	9.157,75
Total da conta 622:		29.579.685,17	27.554.005,72	-2.025.679,45
Total da conta 62:		33.404.862,45	30.533.103,39	-2.871.759,06
63	Transferênc. Corrent. conced./Prest sociais			
	Despesas com o Pessoal			
	Remunerações órgãos directivos			
6411	Remunerações base	179.084,34	251.203,14	72.118,80
6412	Subsidio férias e natal	38.445,73	14.576,14	-23.869,59
6413	Suplementos de remunerações	2.560,81	4.248,65	1.687,84
6414	Prestações sociais directas			0,00
6419	Outras remunerações	0,00	2.609,25	2.609,25
Total da conta 641:		220.090,88	272.637,18	52.546,30
	Remunerações base do Pessoal			
64211	RCTFP por tempo indeterminado	8.849.416,23	8.634.877,81	-214.538,42
64212	Pessoal c/contracto a termo Resolutivo	2.164.232,90	1.002.127,13	-1.162.105,77
64213	Pessoal em Reg. Contrato Individual Trabalho	26.636.514,19	28.398.856,06	1.762.341,87
64214	Pessoal em qualquer outra situação	652.569,07	720.027,16	67.458,09
Total da conta 6421:		38.302.732,39	38.755.888,16	453.155,77
	Suplementos Remuneratórios			
642211	Horas extraordinárias	5.344.056,80	5.336.659,20	-7.397,60
642212	Prevenções			
642221	Noites e suplementos	4.465.244,60	4.384.739,57	-80.505,03

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO	PROCESSADAS	DIFERENÇA
642222	Subsidio de turno			
64223	Abono para falhas	0,00	1.444,78	1.444,78
64224	Subsidio de refeição	2.262.883,43	2.295.013,98	32.130,55
64225	Ajudas de custo	13.866,12	6.780,64	-7.085,48
64226/7	Vestuário, artig pes, alim e alojamento			
642281	SIGIC			
642282 a 9	Outros Suplementos	466.325,20	362.954,72	-103.370,48
Total da conta 6422:		12.552.376,16	12.387.592,89	-164.783,27
6423	Prestações sociais directas	4.729,52	8.713,96	3.984,44
6424	Subsidio férias e natal	6.375.184,86	3.807.380,94	-2.567.803,92
6425	Prémios de Desempenho			0,00
643	Pensões	0,00	5.005,68	5.005,68
645	Encargos s/remunerações	11.809.147,17	11.679.705,66	-129.441,51
646	Seg. acidentes trab./Doenç prof.	279.193,20	279.177,15	-16,05
647	Encargos sociais voluntários			
648	Outros custos com pessoal	502.593,90	194.027,28	-308.566,62
Total da conta 64:		70.046.048,08	67.390.128,90	-2.655.919,18
65	Outros custos operacionais	100.000,00	28.698,97	-71.301,03
66	Amortizações do exercicio	4.200.000,00	4.209.217,07	9.217,07
67	Provisões do exercicio	1.000.000,00	410.823,16	-589.176,84
68	Custos e perdas financeiras	40.000,00	40.726,09	726,09
Custos e perdas extraordinários:				
691	Transferências de Capital Concedidas			
692	Dívidas Incobráveis			
693	Perdas em existências	0,00	91.860,17	91.860,17
694	Perdas em imobilizações			0,00
695	Multas e penalidades	0,00	115,00	115,00
696	Aumentos de Amortizações e Provisões			
697	Correcções relat exerc anteriores	0,00	228.026,91	228.026,91
698	Outros custos e perd extraordin	1.000.000,00	3.089,21	-996.910,79
Total da conta 69:		1.000.000,00	323.091,29	-676.908,71
TOTAL GERAL :		158.923.190,13	151.670.315,24	-7.252.874,89

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including initials and a signature.

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Proveitos e Ganhos)

Dados de valores acumulados à data de 31 Dezembro 2011

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO	PROCESSADAS	DIFERENÇA
	Vendas e prestações de serviços:			
711	Vendas	511.016,44	503.101,15	-7.915,29
	Prestações de Serviços SNS Contrato Programa			
71211	Internamento	64.928.234,40	65.340.486,29	412.251,89
71212	Consulta	29.999.269,94	28.907.671,15	-1.091.598,79
71213	Urgência / S.A.P.	25.246.697,14	27.110.797,88	1.864.100,74
71214	Quartos particulares			
71215	Hospital de dia	9.947.339,99	9.771.769,52	-175.570,47
712161	Meios Complementares de diagnóstico.			
712162	Meios Complementares de terapêutica	488.906,60	490.086,22	1.179,62
71218	Outras Prestações de Serviços de Saúde	19.384.661,60	17.708.048,50	-1.676.613,10
	Prestações de Serviços Outras Entidades Responsáveis			
71221	Internamento	1.045.723,35	656.391,65	-389.331,70
71222	Consulta	43.420,00	26.605,85	-16.814,15
71223	Urgência / S.A.P.	511.300,57	449.657,30	-61.643,27
71224	Quartos particulares			
71225	Hospital de dia			
712261	Meios Complementares de diagnóstico.	201.429,22	104.407,93	-97.021,29
712262	Meios Complementares de terapêutica	14.793,77	32.730,81	17.937,04
71227	Taxas moderadoras	1.339.467,80	1.606.058,56	266.590,76
71228	Outras Prestações de Serviços de Saúde	2.355.464,06	201.150,34	-2.154.313,72
71229	Outras prestações de serviços			
Total da conta 712:		155.506.708,44	152.405.862,00	-3.100.846,44
72	Impostos e taxas			
73	Proveitos suplementares	1.085.968,48	1.076.954,75	-9.013,73
	Transferências e subsídios correntes obtidos:			
741	Transferências - Tesouro			
	Transferências correntes obtidas:			
7421	Da ACSS	0,00	91.536,94	91.536,94
7422	Do P.I.D.D.A.C.			

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO	PROCESSADAS	DIFERENÇA
7423	EU - Fundos Comunitários Proj não co-financiados			
7424	Quotas de Financiamento			
7429	Outras transferências correntes obtidas			
743	Subsid. correntes obtidos - O. entes públicos			
749	Subsidios correntes obtidos - De outras entidades			
Total da conta 74:		0,00	91.536,94	91.536,94
75	Trabalhos para a própria entidade			
	Outros proveitos e ganhos operacionais:			
762	Reembolsos	3.213.961,87	3.319.057,60	105.095,73
763	Produtos de fabricação interna			
768	Não especificados alheios ao valor acrescentado			
769	Outros	0,00	4.300,00	4.300,00
Total da conta 76:		3.213.961,87	3.323.357,60	109.395,73
78	Proveitos e ganhos financeiros	250.000,00	277.005,87	27.005,87
79	Proveitos e ganhos extraordinários	500.000,00	333.841,66	-166.158,34
TOTAL GERAL :		161.067.655,24	158.011.659,97	-3.055.995,27

Mapa de Controlo do Orçamento de Investimentos

Dados de valores acumulados à data de 31 Dezembro 2011

Código	Designação	ORÇAMENTADO	PROCESSADAS	DIFERENÇA
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:			
421	Terrenos e recursos naturais			
422	Edifícios e outras construções	689.000,00	699.488,25	10.488,25
423	EQUIPAMENTO BÁSICO:			
4231	Médico-cirurgico	891.328,43	466.040,85	-425.287,58
4232	De imagiologia	311.369,35	162.802,88	-148.566,47
4233	De laboratório	389.327,74	203.564,28	-185.763,46
4234	Mobiliário hospitalar	618.636,13	323.460,69	-295.175,44
4235	De desinfecção e esterilização	12.275,96	6.418,62	-5.857,34
4236	De hotelaria	225.000,00	187.342,81	-37.657,19
4239	Outro	280.886,48	146.864,58	-134.021,90
Total da conta 423:		2.728.824,10	1.496.494,71	-1.232.329,39

Código	Designação	ORÇAMENTADO	PROCESSADAS	DIFERENÇA
424	De transporte			
425	Ferramentas e utensílios			
426	EQUIPAM. ADMINISTRATIVO e INFORMÁTICO			
4261	Equipamento administrativo	121.322,02	75.603,23	-45.718,79
4262	Equipamento informático	1.403.912,98	874.864,75	-529.048,23
Total da conta 426:		1.525.235,00	950.467,98	-574.767,02
427	Taras e vasilhame			
429	Outras	0,00	28.334,38	28.334,38
Total de Imobilizações Corpóreas		4.943.059,10	3.174.785,32	-1.768.273,78
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:			
43	Imobilizações incorpóreas			
	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO:			
44	Imobilizações em curso	0,00	10.288,13	10.288,13
	BENS DE DOMINIO PÚBLICO:			
45	Bens de domínio público			
TOTAL GERAL :		4.943.059,10	3.185.073,45	-1.757.985,65

10. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

10.1. Caracterização da Entidade

10.1.1. Identificação

O estabelecimento hospitalar correspondente ao Hospital de Amadora/Sintra foi criado pelo Decreto-Lei n.º 382/91, de 9 de Outubro, com a denominação de Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca. A criação da pessoa colectiva tinha por objectivo a gestão pública do Hospital. Contudo, em 1995, o Hospital foi entregue à gestão privada, nos termos do contrato de gestão celebrado com o Hospital de Amadora/Sintra, Sociedade Gestora, S.A., o qual se extinguiu em 31 de Dezembro de 2008.

Com a extinção do contrato de gestão, por caducidade decorrente da sua denúncia para o termo do prazo, é retomada a gestão pública do estabelecimento hospitalar.

- Denominação: Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.
- Número de Identificação Fiscal: 503 035 416
- Sede: IC 19, Venteira, 2720-276 Amadora
- Registada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora sob o N.º 503 035 416
- CAE da actividade principal: 86100 - Actividades dos estabelecimentos de saúde com internamento

10.1.2. Legislação

Pelo Decreto-Lei N.º 203/2008, de 10 de Outubro, a pessoa colectiva criada pelo Decreto-Lei n.º 382/91, foi transformada em entidade pública empresarial, com a denominação de Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E. passando a reger-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 558/99, de 17 de Dezembro e 233/2005, de 29 de Dezembro.

10.1.3. Estrutura organizacional

Vide organograma anexo.

10.1.4. Descrição sumária das actividades

O Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E., tem por objecto principal a prestação de cuidados de saúde à população, designadamente, aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e aos beneficiários dos subsistemas de saúde, ou de entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral.

O Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E., tem ainda por objecto, desenvolver actividades de investigação, formação e ensino.

O volume de produção, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, é contratualizado anualmente com o Ministério da Saúde, através da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e da

ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde. A produção contratada tem por base informação sobre as necessidades da população da área de influência do Hospital.

As principais linhas a assegurar pelo Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E. são as seguintes:

- Internamento;
- Ambulatório médico e cirúrgico;
- Consulta externa;
- Urgência;
- Hospital de dia;
- Serviços domiciliários;
- Cuidados continuados (convalescença e paleativos);
- Doenças Lisossomais de sobrecarga;

10.1.5. Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2011, os Órgãos Sociais do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E. têm a seguinte composição:

Conselho de Administração

Presidente: Dr. Luís Manuel Abrantes Marques (Reconduzido no cargo de vogal executivo e, posteriormente, designado para exercer as funções de presidente em substituição do Dr. Artur Moraes Vaz, exonerado, a seu pedido, com efeitos a 01 de Maio de 2011)

Vogal: Dra. Maria Helena Martins Alves

Director Clínico: Dra. Maria Teresa Pinto Esteves Maia Correia

Enfermeiro Director: Enf.º João Luís Perestrelo Vieira

Fiscal Único

António Maria Velez Belém, SROC - Unipessoal Lda, nº 96, representada pelo SROC nº 768 Dr. António Belém.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature and the number '4'.

Os efectivos à data de 31 de Dezembro de 2011, repartiam-se do seguinte modo:

Tipo de Vínculo	Grupo Prof.	Nº Colaboradores
Órgãos Sociais	Órgãos Sociais	4
	Sub-total	4
Contrato de Trabalho sem termo no âmbito do código do trabalho	Dirigentes	13
	Médicos	339
	Enfermeiros	770
	Téc. Sup. Saúde	32
	Téc. Diag. Terap.	152
	Téc. Superiores	46
	Administrativos	294
	Auxiliares	610
	Outros	10
	Sub-total	2.266
Contrato de trabalho a termo no âmbito do código do trabalho	Médicos	17
	Enfermeiros	22
	Téc. Sup. Saúde	2
	Téc. Diag. Terap.	12
	Téc. Superiores	1
	Auxiliares	48
	Sub-total	102
Contrato de trabalho a termo resolutivo incerto (Internato Médico)	Internos	145
	Sub-total	145
Contrato de trabalho em funções públicas (Quadro de pessoal público do HFF)	Médicos	7
	Enfermeiros	2
	Téc. Superiores	1
	Sub-total	10
Total do HFF	Órgãos Sociais	4
	Dirigentes	13
	Médicos	363
	Internos	145
	Enfermeiros	794
	Téc. Sup. Saúde	34
	Téc. Diag. Terap.	164
	Téc. Superiores	48
	Administrativos	294
	Auxiliares	658
	Outros	10
	Total	2.527

Observações:

Em 31 de Dezembro de 2011, o HFF contava com um total de 2.527 colaboradores (excluindo prestadores de serviços), dos quais 1.908 (76%) do sexo feminino e 619 (24%) do sexo masculino, fixando-se a média de idades em 37,1 anos.

O Hospital integra 24 profissionais portadores de deficiência.

No âmbito do Internato Médico, a área da formação específica dispõe de um total de 116 internos e o ano comum dispõe de 29 internos. Durante o ano de 2011 concluíram a especialidade um total de 15 médicos (incluindo 2 Militares), dos quais 11 celebraram contrato individual de trabalho com o HFF.

10.1.6. Organização contabilística

- *Manual de procedimentos*
O Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E. dispõe de Manual de Procedimentos Administrativos e Contabilísticos;
- *Livros de Registo*
Os registos utilizados são os Diários, Razão (sintéticos e analíticos) e Balancetes;
- *Organização do arquivo dos documentos de suporte*
Todos os movimentos contabilísticos têm um documento de suporte, que está arquivado consoante os Diários em que se insere: Caixa, Bancos, Fornecedores, Clientes, Logística, Recursos Humanos e Operações Diversas;
- *Sistemas Informáticos utilizados*
Os principais sistemas informáticos utilizados são o SAP e o Hosix. O SAP é utilizado nas áreas Financeira, de Recursos Humanos e Logística; o Hosix é utilizado nas áreas de Produção;
- *Demonstrações Financeiras Intercalares*
O Hospital procede à elaboração de demonstrações financeiras mensais, para utilização interna, e trimestrais, para envio às entidades de Tutela;
- *Descentralização contabilística*
Não há necessidade de proceder a qualquer descentralização a nível contabilístico.

10.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

10.2.1. Nota Introdutória

Estabelece o art.º 24º dos Estatutos publicados em Anexo ao Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro, que o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E. deve seguir o POCMS – Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde, com as adaptações necessárias a estabelecer por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Saúde.

O Despacho nº 17.164/2006, de 7 de Junho, estabelece que, dadas as especificidades dos Hospitais E.P.E., poderá ser admitida a existência de contas previstas no POC – Plano Oficial de Contabilidade e a dispensa da utilização das contas de controlo orçamental e de ordem – classe 0 e as contas 25 – devedores e credores por execução do orçamento e respectivas subcontas, bem como os documentos previsionais e de prestação de contas inerentes.

H
F
M
L
J

As presentes Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o POCMS, adaptado em função do referido Despacho.

As notas constantes do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados do POCMS que não se aplicam ao Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca, E.P.E. ou não são relevantes, não são mencionadas no presente Relatório.

As contas foram elaboradas de acordo com os seus princípios contabilísticos enumerados no POCMS, ou seja: da continuidade, da consistência, da especialização (ou do acréscimo), do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação e foram utilizados os Critérios de Valorimetria nele determinados.

10.2.3. Critérios Valorimétricos e Métodos de Cálculo

Os Critérios Valorimétricos adoptados foram os seguintes:

Imobilizado Corpóreo

- *Edifício Hospitalar*

O conjunto de edifícios que constituem o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E., foi objecto de uma avaliação realizada por instruções do Ministério das Finanças e da Administração Pública - Direcção Geral do Tesouro e Finanças, avaliação essa que atribuiu o valor de € 73.730.000,00 e que, em 2009, serviu de base ao seu registo contabilístico no Activo e na conta 57700000 – Reservas Decorrentes da Transferência de Activos, até à emissão do Despacho para a inclusão do respectivo valor na conta 51000000 – Património.

- *Bens móveis que transitaram da anterior Sociedade Gestora*

Do Contrato de Transmissão do Estabelecimento Hospitalar do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca celebrado entre Hospital Amadora/Sintra, Sociedade Gestora, SA, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. e Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E., consta que “a compensação dos bens móveis será calculada pelo valor bruto contabilístico deduzido das amortizações correspondentes à aplicação das taxas máximas, de acordo com o método das quotas constantes anuais”.

Foram considerados todos os bens inventariados, após auditoria mandada realizar por esta Empresa. O valor líquido desses bens, no total de € 8.808.756,58, constitui uma das componentes de realização do Património tendo, em 2009, sido registado na conta 57700000.

- *Bens adquiridos*

As Imobilizações Corpóreas são registadas pelo custo de aquisição, acrescido dos custos com colocação dos bens em funcionamento e da percentagem do Imposto sobre o Valor Acrescentado correspondente ao montante anual das operações que em cada exercício dêem lugar a dedução.

Imobilizado Incorpóreo

Despesas de Investigação e Desenvolvimento – Este bem transitou da anterior Sociedade Gestora e o seu custo (€ 4.698,73) constitui também uma das componentes de realização do Património, registado na conta nº 57700000 – Reservas Decorrentes da Transferência de Activos até à emissão do Despacho para a sua inclusão na conta 51000000 – Património.

Respeita ao custo do licenciamento do software de Auditoria de Manchester, em utilização nos Serviços de Urgência. Este bem foi amortizado até Fevereiro de 2011, inclusive.

Existências

As aquisições de bens são valorizadas ao custo de aquisição com colocação em armazém, acrescido da percentagem do Imposto sobre o Valor Acrescentado correspondente ao montante anual das operações que em cada exercício dêem lugar a dedução. Como método de custeio das saídas e Consumos é utilizado o custo médio ponderado.

Os saldos finais de Balanço são ajustados na sequência de contagens físicas efectuadas com referência ao final do exercício.

Custos e Perdas e Proveitos e Ganhos

Os bens e serviços adquiridos foram imputados ao exercício, quando ocorridos, de acordo com o seu custo efectivo, tendo em atenção a especialização dos exercícios.

O encargo com as férias e subsídio de férias relativas ao exercício de 2011, cujo pagamento se irá verificar em 2012, foi registado na conta de Acréscimos e Diferimentos, com base nas remunerações vigentes em 31 de Dezembro de 2011. Os acréscimos foram efectuados tendo em conta o Art.º 21º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012).

Com os proveitos adoptou-se idêntico critério, serem reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento.

Os **Métodos de Cálculo** utilizados foram os seguintes:

Amortizações

Os custos de depreciação e amortização dos Bens que transitaram da anterior Sociedade Gestora foram calculados com base nas quotas apuradas, resultantes do período de utilização esperada de cada bem, e correspondente ao número de meses contados desde o mês da entrada em funcionamento ou utilização desses activos.

O Edifício Hospitalar e os Bens do Activo Imobilizado Corpóreo adquiridos são amortizados de acordo com o CIBE – Cadastro do Inventário dos Bens do Estado (Portaria 671/2000, de 17 de Abril), utilizando-se o método das quotas constantes a partir do dia da sua entrada em funcionamento.

Provisões

Foram realizadas **provisões sobre as dívidas de cobrança duvidosa**, utilizando os seguintes critérios:

- Provisão realizada apenas para a dívida de Clientes Não Estado;
- Provisionadas em 75% as dívidas de entidades privadas cujos saldos estejam em mora há mais de 18 meses;
- Provisionadas em 50% as dívidas de entidades privadas cujos saldos estejam em mora há mais de 12 meses e até 18 meses;

- Provisionadas em 25% as dívidas de entidades privadas cujos saldos estejam em mora há mais de 6 meses e até 12 meses.

Foram realizadas **provisões para riscos e encargos**, utilizando o seguinte critério:

- Provisão de 5% realizada para serviços prestados por trabalhadores independentes para cobrir eventual pagamento de taxa contributiva estabelecida no n.º 4 do Art.º 168 do Código Contributivo

10.2.6. Despesas de Investigação e Desenvolvimento

As Despesas de Investigação e Desenvolvimento respeitam ao custo do licenciamento do software de Auditoria de Manchester, em utilização nos Serviços de Urgência. O custo deste bem extinguiu-se em Fevereiro de 2011.

10.2.7. Movimentos Ocorridos nas Rubricas do Activo Imobilizado

Durante o exercício de 2011, os movimentos efectuados nas rubricas de Imobilizado foram os seguintes:

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas investig.e de desenvolvimento	4.699	0	0	0	4.699
	4.699	0	0	0	4.699
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	15.381.300	0	0	0	15.381.300
Edifícios e outras construções	64.220.013	699.488	0	0	64.919.502
Equipamento básico	13.323.831	1.517.612	0	0	14.841.443
Equipamento de transporte	29.197	0	0	0	29.197
Ferramentas e utensílios	4.088	0	0	0	4.088
Equipamento administrativo e informático	2.948.134	950.898	0	0	3.899.032
Outras imobilizações corpóreas	52.690	28.334	0	0	81.024
	95.959.253	3.196.333	0	0	99.155.586

AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularização	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas investig.e de desenvolvimento	4.337	361	0	4.699
	4.337	361	0	4.699
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	1.946.170	1.150.895	0	3.097.065
Equipamento básico	5.064.825	2.244.852	0	7.309.677
Equipamento de transporte	10.625	4.742	0	15.367
Ferramentas e utensílios	1.231	562	0	1.793
Equipamento administrativo e informático	1.241.024	792.485	0	2.033.509
Outras imobilizações corpóreas	15.298	15.320	0	30.619
	8.279.174	4.208.856	0	12.488.030

10.2.8. Desagregação das Rubricas de Imobilizado

Edifício Hospitalar

Como se referiu, o conjunto de edifícios que constituem o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E., foi objecto de uma avaliação realizada por instruções do Ministério das Finanças e da Administração Pública - Direcção Geral do Tesouro e Finanças, cujo resultado se resume, com a indicação das taxas de amortização praticadas:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	TAXAS AMORTIZAÇÃO
Terrenos	15.381.300,00	
Edifícios Natureza hospitalar (industrial)	53.836.900,00	0,01250
Parques viaturas - Infraest.rodoviárias	450.000,00	5,00000
Infraestruturação (redes/muros suporte)	3.775.000,00	5,00000
Arranjos exteriores/jardins/vedações	165.640,00	5,00000
Depósitos(água, fuel, gasóleo)	44.542,00	5,00000
Edifício Posto Transformação 4	25.380,00	5,00000
Heliporto	15.488,00	5,00000
ETAR	35.750,00	5,00000
	73.730.000,00	

Equipamento Básico, Equipamento de Transporte, Ferramentas e Utensílios Equipamento Administrativo e Outras Imobilizações Corpóreas

No mapa abaixo, presta-se informação do restante imobilizado corpóreo detido pelo Hospital, com indicação do que transitou da anterior Sociedade Gestora e que foi objecto de análise do período de utilidade esperada e correspondente determinação da taxa de amortização;

	Valor total	Transitado	Adquirido 2009	Adquirido 2010	Abatido/Vendido 2010	Adquirido 2011
Equipamento Básico						
Médico-Cirúrgico	5.788.829,05	2.245.216,76	692.000,91	2.368.803,23	3.602,70	486.410,85
De Imagiologia	1.751.136,24	1.100.691,66	121.393,82	366.397,88	150,00	162.802,88
De Laboratório	494.177,47	66.124,44	20.742,17	203.746,58	0,00	203.564,28
Mobiliário hospitalar	2.031.208,26	1.145.383,15	94.411,48	472.001,94	4.796,00	324.207,69
De desinfeção e esterilização	312.662,49	158.627,07	30.367,89	117.248,91	0,00	6.418,62
De Hotelaria	1.250.649,82	423.888,50	192.955,04	448.340,54	1.877,07	187.342,81
Outro Equipamento	3.212.779,44	2.519.418,60	65.617,87	480.878,39	0,00	146.864,58
Total Equipamento Básico	14.841.442,77	7.659.350,18	1.217.489,18	4.457.417,47	10.425,77	1.517.611,71
Equipamento Transporte						
Viatura: Fiat Doblo - Matrícula 91-JQ-70	18.967,02	0,00	0,00	18.967,02	0,00	0,00
Outro Equipamento Transporte	10.229,69	10.229,69	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Equipamento Transporte	29.196,71	10.229,69	0,00	18.967,02	0,00	0,00
	Valor total	Transitado	Adquirido 2009	Adquirido 2010	Abatido/Vendido 2010	Adquirido 2011
Ferramentas e Utensílios	4.088,00	725,92	1.077,44	2.284,64	0,00	0,00
Equipamento Administrativo e Informático						
Equipamento Administrativo	553.329,44	293.035,81	41.966,85	145.986,60	3.263,05	75.603,23
Hardware	1.932.381,41	619.354,91	244.317,63	667.214,27	0,00	401.494,60
Software	1.413.321,44	200.573,01	256.655,56	482.292,22	0,00	473.800,65
Total Equipamento Administrativo e Informático	3.899.032,29	1.112.963,73	542.940,04	1.295.493,09	3.263,05	950.898,48
Outro Imobilizado Corpóreo	81.024,29	20.788,33	0,00	31.901,58	0,00	28.334,38
TOTAL	18.854.784,06	8.804.057,85	1.761.506,66	5.806.063,80	13.688,82	2.496.844,57

10.2.17 Títulos Negociáveis e outras Aplicações de Tesouraria

As aplicações de tesouraria do Hospital ao longo do ano de 2011, foram sempre efectuadas em CEDIC, no cumprimento da unidade de tesouraria do Estado.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

10.2.23. Dívidas de Cobrança Duvidosa

O movimento ocorrido na rubrica de Clientes e Utentes de cobrança duvidosa foi o seguinte:

Rubrica	Saldo inicial	Reforço	Reversões e Ajustamentos	Saldo final
Clientes e Utentes de Cobrança Duvidosa	548.416	180.770	0,00	729.186

10.2.24. Dívidas Activas e Passivas com o Pessoal

A 31 de Dezembro de 2011, as dívidas Activas e Passivas relacionadas com Pessoal eram as seguintes:

Dívidas com o Pessoal	31/12/2011
Dívidas Activas	
Adiantamentos ao Pessoal	193.973
Dívidas Passivas	
Outras Operações com Pessoal	211

10.2.26. Dívidas ao Estado em Situação de Mora

O Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E., não tem qualquer dívida ao Estado em situação de Mora.

10.2.31. Provisões Acumuladas

Desdobramento das contas de provisões acumuladas, explicitando os movimentos ocorridos no exercício de 2011:

PROVISÕES ACUMULADAS

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	219.591	167.358	0	386.949
292	Provisões para riscos e encargos	0	243.465	0	243.465
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				
TOTAL		219.591	410.823	0	630.415

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

10.2.32. Movimentos verificados na Classe 5 – Fundo Patrimonial

Os movimentos ocorridos na Classe 5 – Fundo Patrimonial foram os seguintes:

MOVIMENTOS NA CLASSE 5 - FUNDO PATRIMONIAL

CONTA	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO FINAL
51000000 - Património	18.200.000,00			18.200.000,00
57100000 - Reservas Legais	365.231,65	192.289,82		557.521,47
57420000 - Reservas Livres - EPE	1.228.805,70	769.159,28		1.997.964,98
57610000 - Doações em Dinheiro	55.838,22	56.000,00		111.838,22
57690000 - Doações em Equipamento	960,00	21.547,50		22.507,50
57700000 - Reservas Transf. Activos	82.538.756,58			82.538.756,58
59100000 - Resultados Transitados de Exercícios anteriores	0,00	864.112,74		864.112,74
59210000 - Resultados Transitados do Exercício anterior	1.120.469,03	2.702.156,47		3.822.625,50
Resultado Líquido do Exercício (a)	961.449,10	3.581.267,51	961.449,10	3.581.267,51
	104.471.510,28	8.186.533,32	961.449,10	111.696.594,50

(a) Considerando o IRC estimado a pagar, no valor de € 2.760.077,22

O valor registado na conta 57700000 – Reservas Decorrentes da Transferência de Activos irá ser incorporado no Património e resulta de:

- Transferência de Activos da anterior Sociedade Gestora € 8.808.756,58
- Valor atribuído ao edifício do Hospital € 73.730.000,00

10.2.33. Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Junta-se o mapa demonstrativo dos movimentos verificados, sendo de referir que inclui as compras de consumo imediato que não passaram por armazém (Ex: sangue e gases medicinais):

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

MOVIMENTOS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
Existências Iniciais	5.218.168
Compras	49.504.210
Regularização de Existências	-91.860
Existências Finais	5.895.992
Custos no exercício	48.734.526

$\frac{1}{2}$

10.2.35. Repartição do valor líquido das Vendas e das Prestações de Serviços

As Vendas e Prestações de Serviços foram efectuadas no mercado interno.

As Vendas efectuadas referem-se a Matérias de Consumo e o seu valor ascendeu a 503.101,15 Euros.

Os Serviços prestados em 2011, têm a seguinte repartição:

VALOR LÍQUIDO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADES

SERVIÇOS	VALOR	%
Internamento	66.025.289	43,3%
Consulta	29.318.922	19,2%
Urgência	28.517.395	18,7%
Hospital de dia	9.771.770	6,4%
MCDT	373.202	0,2%
Hemodiálise	490.086	0,3%
GDH Ambulatório	14.808.049	9,7%
Plano de convergência	2.900.000	1,9%
Programas Verticais	201.150	0,1%
TOTAL	152.405.862	100,00%

10.2.37. Demonstração dos Resultados Financeiros

Contas	Custos e Perdas	Exercícios	
		2011	2010
681	Juros suportados	5.253	4.737
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis		
684	Provisões para Aplicações Financeiras		
685	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	867	499
687	Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria		
688	Outros Custos e Perdas Financeiros	34.606	29.436
	Resultados Financeiros	236.280	377.286
		277.006	411.958

Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2011	2010
781	Juros Obtidos	162.167	87.853
783	Rendimentos de Imóveis		
784	Rendimentos de Participações de Capital		
785	Diferenças de Câmbio Favoráveis	213	249
786	Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	112.951	323.348
787	Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria		
788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	1.676	507
		277.006	411.958

10.2.38. Demonstração dos Resultados Extraordinários

Contas	Custos e Perdas	Exercícios	
		2011	2010
691	Transferências de Capital Concedidas		
692	Dívidas Incobráveis		
693	Perdas em Existências	91.860	54.941
694	Perdas em Imobilizações		6.538
695	Multas e Penalidades	115	562
696	Aumento de Amortizações e Provisões		
697	Correcções relativas a Anos Anteriores	228.027	1.438.728
698	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	3.089	328.740
	Resultados Extraordinários	10.750	
		333.842	1.829.509

Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2011	2010
791	Restituições de Impostos		
792	Recuperação de Dívidas		
793	Ganhos em Existências		
794	Ganhos em Imobilizações		
795	Benefícios de Penalidades Contratuais	14.257	24.818
796	Reduções de Amortizações e Provisões		
797	Correcções relativas a Anos Anteriores	190.942	136.338
798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	128.643	26.238
	Resultados Extraordinários		1.642.115
		333.842	1.829.509

10.2.39. Outras Informações Consideradas Relevantes

Acréscimos e Diferimentos

Os saldos das contas de Acréscimos e Diferimentos apresentam a seguinte desagregação:

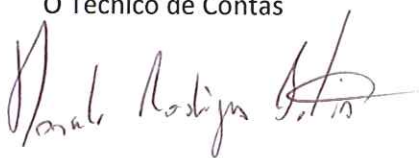
Acréscimos de Proveltos	
Serviços Prestados – Contrato Programa 2009 e 2010	11.871.378
Serviços Prestados – Contrato programa 2011	152.577.662
Outros	661.094
Total Acréscimo Proveltos	165.110.134

Custos Diferidos	
Custos com Seguros	31.152
Outros	96.084
Total Custos Diferidos	127.236

Acréscimos de Custos	
Custos com Pessoal	5.857.932
Outros	1.732.718
Total Acréscimo Custos	7.590.650

Proveltos Diferidos	
Financiamento ACSS (Qualificação Unidades Cirurgia Ambulatório SNS)	742.046
Financiamento ACSS (Programa Medicamento Hospitalar)	106.266
Despesas de Investigação e Desenvolvimento e Ensaio Clínicos	667.209
Outros	70.390
Total Custos Diferidos	1.585.911

O Técnico de Contas



O Conselho de Administração



Handwritten marks: a checkmark, a purple squiggle, and another checkmark.

11. *Certificação Legal das Contas*



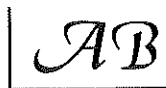
ANTÓNIO MARIA VELEZ BELÉM – SOCIEDADE DE
REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, UNIPessoAL, LDA.
SROC N.º 96 – NIF. 502 585 811 – Capital Social realizado 12.600€

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

do

HOSPITAL PROFESSOR DOUTOR FERNANDO
FONSECA, E.P.E.

EXERCÍCIO DE 2011



Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do HOSPITAL PROFESSOR DOUTOR FERNANDO FONSECA, E.P.E. (HFF), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 301.133.026 euros e um total de fundos próprios de 111.696.595 euros, incluindo um resultado líquido de 3.581.268 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do HFF, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do HOSPITAL PROFESSOR DOUTOR FERNANDO FONSECA, E.P.E., em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector da saúde em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para as situações seguintes:

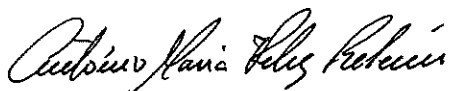
91. A rubrica de acréscimos de proveitos inclui o valor de 164.587.540 euros, referente aos proveitos do exercício e a parte dos proveitos de exercícios anteriores, relativamente à

componente do serviço nacional de saúde, tendo sido recebido um adiantamento de 80% do referido montante.

9.2. Estabelece o Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro (estatutos dos hospitais E.P.E.) no n.º 2 do seu artigo 12.º que "o pagamento dos atos e atividades dos hospitais E. P. E. pelo Estado é feito através de contratos-programa a celebrar com o Ministério da Saúde (...)". De referir que, até à presente data, não foi, ainda, formalizado o contrato-programa com o HFF respeitante ao ano de 2011.

9.3. O HFF tem aprovado um capital estatutário de 76 milhões de euros, encontrando-se realizado, apenas, 18,2 milhões de euros. A ausência de informação quanto à realização do capital estatutário em falta, dificulta sobremaneira o planeamento de investimentos a médio-longo prazo.

27 de abril de 2012



“António Maria Velez Belém, SROC – Unipessoal, Lda.”

Representada por

António Maria Velez Belém, ROC n.º 768



12. Relatório e Parecer do Fiscal Único



ANTÓNIO MARIA VELEZ BELÉM – SOCIEDADE DE
REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, UNIPessoal, LDA.
SROC N.º 96 – NIF. 502 585 811 – Capital Social realizado 12.600€

PARECER DO FISCAL ÚNICO

do

HOSPITAL PROFESSOR DOUTOR FERNANDO
FONSECA, E.P.E.

EXERCÍCIO DE 2011



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração do HOSPITAL PROFESSOR DOUTOR FERNANDO FONSECA, E.P.E. (HFF), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

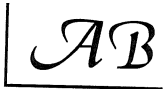
Relatório

No desempenho das funções que nos são atribuídas e para cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, conjugado com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 16.º e na alínea h) do artigo 25.º, ambos do modelo de Estatutos anexo ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, na qualidade de Fiscal Único, acompanhámos regularmente a atividade do HFF, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com o Conselho de Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Na observância do Artº 420º do Código das Sociedades Comerciais, confirmámos o cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, nomeadamente o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei 55-A/2010.

Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório do Conselho de Administração, o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes anexos, os quais apreciamos, são suficientemente esclarecedores da situação do HFF e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Nesta data, na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, emitimos a Certificação Legal das Contas da Sociedade referentes a 31 de dezembro de 2011, com três ênfases, a qual fica a fazer parte integrante do presente relatório.



Parecer

Considerando as análises e trabalhos efetuados, somos de parecer que as Entidades de Tutela do HOSPITAL PROFESSOR DOUTOR FERNANDO FONSECA, E.P.E., ponderando o conteúdo da Certificação legal das contas, aprovem:

- a) O relatório de gestão e os demais documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.
- b) A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

27 de abril de 2012

O FISCAL ÚNICO



13. Glossário

A

ACES Agrupamento Centros de Saúde

A missão dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) é garantir a prestação de cuidados de saúde primários à população de uma área geográfica determinada, procurando manter os princípios de equidade e solidariedade, de molde a que todos os grupos populacionais partilhem igualmente dos avanços científicos e tecnológicos, postos ao serviço da saúde e do bem-estar (<http://www.mcsp.min-saude.pt>)

ACS Alto Comissariado da Saúde

O ACS tem por missão garantir o apoio técnico à formulação de políticas e ao planeamento estratégico da área da saúde, em articulação com a programação financeira, assegurar o desenvolvimento de programas verticais de saúde, assegurar a coordenação das relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e dos resultados obtidos, em articulação com os demais serviços e organismos do Ministério da Saúde e assegurar a elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Nacional de Saúde. (<http://www.acs.min-saude.pt>)

ACSS Administração Central do Sistema de Saúde, IP

A Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. tem por missão administrar os recursos humanos, financeiros, instalações e equipamentos, sistemas e tecnologias da informação do Serviço Nacional de Saúde e promover a qualidade organizacional das entidades prestadoras de cuidados de saúde, bem como proceder à definição e implementação de políticas, normalização, regulamentação e planeamento em saúde, nas áreas da sua intervenção, em articulação com as administrações regionais de saúde. (<http://www.acss.min-saude.pt>)

Ambulatório

Conjunto de serviços que prestam cuidados de saúde a indivíduos não internados.

ARS Administrações Regionais de Saúde, IP

As Administrações Gerais de Saúde são cinco, em Portugal. Lisboa e Vale do Tejo, Algarve, Norte, Alentejo e Centro têm por missão garantir à população da respectiva área geográfica de intervenção o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, adequando os recursos disponíveis às necessidades em saúde e cumprir e fazer cumprir o Plano Nacional de Saúde. São atribuições das ARS, entre outras:

- Desenvolver e fomentar actividades no âmbito da saúde pública, de modo a garantir a protecção e promoção da saúde da população;
- Assegurar a adequada articulação entre os serviços prestadores de cuidados de saúde de modo a garantir o cumprimento da rede de referenciação;
- Desenvolver e consolidar a rede de cuidados continuados integrados e supervisionar o seu funcionamento de acordo com as orientações definidas;

Handwritten initials and marks in the top right corner.

- Afectar recursos financeiros às instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde financiados pelo Serviço Nacional de Saúde, através da negociação, celebração e acompanhamento de contratos-programa. (<http://www.portaldasaude.gov.pt>)

Consultar:

Administração Regional de Saúde do Norte - www.arsnorte.min-saude.pt

Administração Regional de Saúde do Centro - www.arscentro.min-saude.pt

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo - www.arslvte.min-saude.pt

Administração Regional de Saúde do Alentejo - www.arsalentejo.min-saude.pt

Administração Regional de Saúde do Algarve - www.arsalgarve.min-saude.pt

ASST Autoridade para os Serviços de Sangue e Transplantação

A ASST tem por missão fiscalizar a qualidade e segurança da dádiva, colheita, análise, processamento, armazenamento e distribuição de sangue humano e de componentes sanguíneos, bem como garantir a qualidade da dádiva, colheita, análise, manipulação, preservação, armazenamento e distribuição de órgãos, tecidos e células de origem humana. (<http://www.asst.min-saude.pt>)

B

Bloco Operatório

Unidade orgânico-funcional constituída por um conjunto integrado de meios humanos, físicos e técnicos destinada à prestação de tratamento cirúrgico ou realização de exames que requeiram elevado nível de assepsia e, em geral, anestesia.

C

CA Cirurgia do Ambulatório

Intervenção cirúrgica programada, realizada sob anestesia geral, loco-regional ou local que, embora habitualmente efectuada em regime de internamento, pode ser realizada em instalações próprias, com segurança e de acordo com as actuais leges artis, em regime de admissão e alta no mesmo dia.

CE Cirurgia Electiva (ou Programada)

Cirurgia efectuada com data de realização previamente marcada.

CExt Consulta Externa

Unidade orgânico-funcional de um Hospital, onde os doentes, com prévia marcação, são atendidos para observação, diagnóstico, terapêutica e acompanhamento, assim como para pequenos tratamentos.

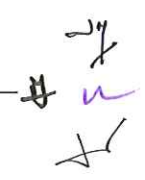
CI Capacidade de Internamento

É o número máximo de dias de internamento que as camas poderão facultar num determinado período.

CI= Lotação x Nº de dias do período considerado.

CNS Conselho Nacional de Saúde

O Conselho Nacional da Saúde é um órgão de consulta do Ministério da Saúde que tem por missão emitir pareceres e recomendações sobre questões relativas à realização dos objectivos de política de saúde e propor medidas que julgue necessárias ao seu desenvolvimento, por solicitação do membro do Governo responsável pela área da Saúde. (<http://www.portaldasaude.gov.pt>)

**Cir. Urg.** Cirurgia Urgente

Cirurgia efectuada sem data de realização previamente marcada, por imperativo da situação clínica.

D**DE** Doentes Entrados

Doentes admitidos em Internamento num estabelecimento de saúde, num determinado período. Consideram-se, para definir os números dos doentes entrados, as seguintes proveniências: ambulatório (consulta externa, serviço de urgência ou outro) ou transferência de outro estabelecimento de saúde.

DGS Direcção-Geral da Saúde

A DGS tem por missão regulamentar, orientar e coordenar as actividades de promoção da saúde, prevenção da doença e definição das condições técnicas para adequada prestação de cuidados de saúde. (<http://www.dgs.pt>)

DI Dias de Internamento

Total de dias utilizados por todos os doentes internados, nos diversos serviços de um estabelecimento de saúde com Internamento, num determinado período, exceptuando-se os dias em que ocorreram as altas desse estabelecimento de saúde;

- Não são incluídos os dias de estada em berçário ou em Serviço de Observação de Serviço de Urgência;
- Este conceito é também aplicável a um só Serviço de Internamento.

DM Demora Média

Média do número de dias utilizados por todos os doentes saídos num determinado período. DM= Dias de Internamento/Doentes Saídos

DT/C Doentes tratados por Cama

Número médio de doentes saídos por cama, num determinado período.

DT/C= Doentes Saídos/Lotação Efectiva

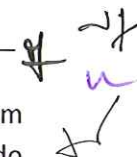
DS Doentes Saídos

Doentes que deixaram de permanecer internados, num determinado período, num serviço de um estabelecimento de saúde.

E**ERS** Entidade Reguladora da Saúde

A Entidade Reguladora da Saúde é uma entidade de regulação e supervisão do sector da prestação de cuidados de saúde, independente no exercício das suas funções, e cujas atribuições se desenvolvem em áreas fundamentais relativas ao acesso aos cuidados de saúde, à observância dos níveis de qualidade e à garantia de segurança, zelando pelo respeito das regras da concorrência entre todos os operadores, no quadro da prossecução da defesa dos direitos dos utentes. (<http://www.ers.pt>)

G**GDH** Grupos de Diagnósticos Homogéneos



Os Grupos de Diagnósticos Homogéneos (GDH) são um sistema de classificação de doentes internados em hospitais de agudos que agrupa doentes em grupos clinicamente coerentes e similares do ponto de vista do consumo de recursos. Corresponde à tradução portuguesa para Diagnosis Related Groups (DRG). Permite definir operacionalmente os produtos de um hospital, que mais não são que o conjunto de bens e serviços que cada doente recebe em função das suas necessidades e da patologia que o levou ao internamento e como parte do processo de tratamento definido.

H

HD Hospital de Dia

Serviço de um estabelecimento de saúde onde os doentes recebem, de forma programada, cuidados de saúde, permanecendo durante o dia sob vigilância, não requerendo estadia durante a noite.

I

ICM Índice de Case-Mix

É um coeficiente global de ponderação da produção que reflecte a actividade de um hospital face aos outros, em termos da complexidade da sua casuística. O ICM define-se como o rácio entre o número de doentes equivalentes de cada GDH ponderados pelos respectivos pesos relativos e o número total de doentes equivalentes do hospital.

IDP Instituto da Droga e da Toxicodependência, IP

O Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P, tem por missão **Promover a redução do consumo de drogas lícitas e ilícitas, bem como a diminuição das toxicodependências**. O IDT, I.P. é um Instituto Público integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa e património próprio. Prossegue atribuições do Ministério da Saúde, sob superintendência e tutela do respectivo Ministério. (<http://www.idt.pt>)

IGAS Inspeção-Geral das Actividades em Saúde

A IGAS é o serviço central da administração directa do Estado, que tem por missão assegurar, no âmbito das competências legalmente cometidas ao Governo, o cumprimento da lei e elevados níveis técnicos de actuação, em todos os domínios da prestação dos cuidados de saúde, quer pelos organismos do Ministério da Saúde ou por este tutelados, quer ainda pelas entidades públicas, privadas ou do sector social. (<http://www.igas.min-saude.pt>)

INEM Instituto Nacional de Emergência Médica, IP

O Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) é o organismo do Ministério da Saúde responsável por coordenar o funcionamento, no território de Portugal Continental, de um Sistema Integrado de Emergência Médica, de forma a garantir aos sinistrados ou vítimas de doença súbita a pronta e correcta prestação de cuidados de saúde. (<http://www.inem.pt>)

INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, IP

O INFARMED, I. P., tem por missão regular e supervisionar os sectores dos medicamentos, dispositivos médicos e produtos cosméticos e de higiene corporal, segundo os mais elevados padrões de protecção da saúde pública, e garantir o acesso dos profissionais da saúde e dos cidadãos a medicamentos, dispositivos médicos, produtos cosméticos e de higiene corporal, de qualidade, eficazes e seguros. (<http://infarmed.pt>)

Handwritten marks: a stylized 'H' and some scribbles.

INS Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, IP

Fundado em 1899 pelo médico e humanista Ricardo Jorge (Porto, 1858 – Lisboa, 1939), como braço laboratorial do sistema de saúde português, o INSA desenvolve uma tripla missão como laboratório do Estado no sector da saúde, laboratório nacional de referência e observatório nacional de saúde. (<http://www.insa.pt>)

Internamento

Conjunto de serviços que prestam cuidados de saúde a indivíduos que, após serem admitidos, ocupam cama (ou berço de neonatologia ou pediatria), para diagnóstico, tratamento ou outros cuidados com permanência de, pelo menos, uma noite.

Intervenção Cirúrgica

Um ou mais actos operatórios com o mesmo objectivo terapêutico e/ou diagnóstico realizado por cirurgião em sala operatória, na mesma sessão, sob anestesia.

IPS Instituto Português do Sangue, IP

O Instituto Português de Sangue, IP tem por missão regular, a nível nacional, a actividade da medicina transfusional e garantir a disponibilidade e acessibilidade de sangue e componentes sanguíneos de qualidade, seguros e eficazes. (<http://www.ipsangue.org>)

L

LE Lista de Espera

Número de doentes do sistema de saúde, geralmente em hospitais, que aguardam a realização de consulta, exame, tratamento, operação ou procedimento especial.

Lotação Oficial

Número de camas, incluindo berços de neonatologia e pediatria, disponíveis e apetrechadas para Internamento.

M

MCDT Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

Designação genérica que engloba exames laboratoriais, imagiológicos, colheita de amostras por meios mais ou menos invasivos, e ainda actos de tratamento variados, realizados em regime ambulatorio ou em internamento hospitalar, que têm sido objecto de estatísticas e de comparações para medir a produção dos serviços, e de facturação a terceiros.

Para além do número de episódios de internamento, de urgência e de consulta, é o número de "actos" de diagnóstico e tratamento ("MCDT") efectuados que é referido nas estatísticas hospitalares.

P

Parcerias em Saúde

Criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2001 para desenvolver e implementar, no sector da saúde, experiências inovadoras de gestão, designadamente parcerias público-privadas, aplicando-as aos estabelecimentos hospitalares e ao universo de unidades de prestação de cuidados primários e continuados de saúde. (<http://www.portaldasaude.gov.pt>)



PC Primeiras consultas

Consulta médica, em hospitais, em que o utente é examinado pela primeira vez numa especialidade e referente a um episódio de doença.

Considera-se que o episódio de doença termina no momento da alta da especialidade.

R

RNCCI Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

A RNCCI, que se constitui como um novo modelo organizacional criado pelos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde, é formada por um conjunto de instituições públicas e privadas, que prestam cuidados continuados de saúde e de apoio social. Estas novas respostas promovem a continuidade de cuidados de forma integrada a pessoas em situação de dependência e com perda de autonomia.

São objectivos da RNCCI a prestação de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência. Os Cuidados Continuados Integrados estão centrados na recuperação global da pessoa, promovendo a sua autonomia e melhorando a sua funcionalidade, no âmbito da situação de dependência em que se encontra.

(<http://www.rncci.min-saude.pt>)

S

SCD Serviço Complementar de Diagnóstico

Unidade orgânico-funcional dotada de recursos especializados, onde se realizam exames e testes diversos, cujos resultados são necessários à efectivação de diagnóstico clínico.

Este serviço pode ser simultaneamente de diagnóstico e terapêutica.

SIGIC Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia

O Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC), criado em 2004, veio regular toda a actividade cirúrgica programada e abarcar todas as etapas do processo de gestão do utente, desde a sua inscrição na lista cirúrgica até à conclusão do processo, após realização da cirurgia.

O SIGIC está centrado nos princípios da transparência dos processos de gestão, da equidade no acesso ao tratamento cirúrgico e da responsabilização, quer dos utentes, quer das instituições, consubstanciados nos seguintes pressupostos:

- Garantia de tratamento no final de um período de tempo máximo de espera previamente estabelecido;
- Maior compromisso do hospital para com o utente;
- Maior envolvimento do utente;
- Uniformidade do processo de gestão da lista de inscritos;
- Maior controlo e transparência relativamente à evolução da Lista de Inscritos para Cirurgia.

(<http://www.portaldasauade.pt/portal/conteudos/informacoes+uteis/lista+de+inscritos+para+cirurgia/Apresentacao+sigic.htm>)

SNS Serviço Nacional de Saúde

O Estado assegura o direito à protecção da saúde através do Serviço Nacional de Saúde, que abrange todas as instituições e serviços oficiais prestadores de cuidados de saúde dependentes do Ministério da Saúde.

O Serviço Nacional de Saúde é composto por todas as entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde, designadamente:

- Estabelecimentos hospitalares, independentemente da sua designação;
- Unidades locais de saúde;
- Centros de saúde;
- Agrupamentos de centros de saúde.

Todos os serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde, independentemente da respectiva natureza jurídica, estão sob a tutela do membro do Governo responsável pela área da Saúde e regem-se por legislação própria. (<http://www.portaldasaude.pt>)

SO Serviço de Observação

Unidade integrada no Serviço de Urgência hospitalar, onde os doentes permanecem para observação até evidência conclusiva do diagnóstico.

SPMS Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

A SPMS, E. P. E., tem por atribuições a prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de compras e logística, de serviços financeiros e de recursos humanos aos estabelecimentos e serviços do SNS, independentemente da sua natureza jurídica, bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades, quando executem actividades específicas da área da saúde. (<http://www.portaldasaude.gov.pt>)

SU Serviço de Urgência

Unidade orgânica de um hospital para tratamento de situações de emergência médica, cirúrgica, pediátrica ou obstétrica, a doentes vindos do exterior, a qualquer hora do dia ou da noite

SUCH Serviços de Utilização Comum dos Hospitais

O SUCH é uma associação sem fins lucrativos que tem por finalidade a realização de uma missão de serviço público, contribuindo para a concretização da política da saúde e, em particular, para a eficácia e eficiência do Sistema de Saúde Português. (<http://www.such.pt>)

T

TE Tempo de Espera

Número de dias (incluindo sábados, domingos e feriados) compreendido entre a data de inscrição para consulta, cirurgia, exame ou tratamento e a data prevista para realização dos mesmos.

TO Taxa de Ocupação

Relação entre os dias de internamento e a capacidade de internamento

$TO = \text{Dias de Internamento} / \text{Lotação Efectiva} \times 100$

TR Taxa de Reinternamento

Número de doentes que foram internados pela mesma causa num período de 72 horas a contar da alta.

$TR = \text{N.º de doentes reinternados pela mesma causa} / \text{N.º total de doentes internados}$

U

UCC Unidades de Cuidados na Comunidade

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

Existem 83 UCC's no País que prestam cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário. (<http://www.mcsp.min-saude.pt/engine.php?cat=95>)

UCI Unidade de Cuidados Intensivos

Conjunto integrado de meios humanos, físicos e técnicos especializados, onde os doentes em estado crítico, com falência de funções orgânicas vitais, são assistidos por meio de suporte avançado de vida, durante 24 horas por dia.

UCSP Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (Documento em discussão)

Prestam cuidados de saúde personalizados à população inscrita de uma determinada área geográfica. (<http://www.mcsp.min-saude.pt/engine.php?cat=94>)

UMCCI Unidade de Missão para os Cuidados Continuados Integrados

A Unidade de Missão para os Cuidados Continuados Integrados (UMCCI) é uma estrutura de missão criada para conduzir e operacionalizar a implementação efectiva de um nível intermédio de cuidados de saúde e apoio social, entre os de base comunitária e os de internamento hospitalar, através de um modelo de intervenção integrado e/ou articulado da saúde e segurança social, de natureza preventiva, recuperadora e paliativa, envolvendo a participação e colaboração de diversos parceiros sociais, a sociedade civil e o Estado como principal incentivador. (<http://www.umcci.min-saude.pt>)

URAP Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (Documento em discussão)

Prestam serviços de consultadoria e assistenciais e organiza ligações funcionais aos serviços hospitalares. (<http://www.mcsp.min-saude.pt/engine.php?cat=96>)

USF Unidades de Saúde Familiares

São pequenas unidades operativas dos Centros de Saúde com autonomia funcional e técnica. Estão em actividade 283 USF's no País. (<http://www.mcsp.min-saude.pt/engine.php?cat=32>)

USP Unidades de Saúde Públicas (Documento em discussão)

Funcionam como observatórios de saúde da área geodemográfica dos Agrupamentos de Centros de Saúde. (<http://www.mcsp.min-saude.pt/engine.php?cat=97>)

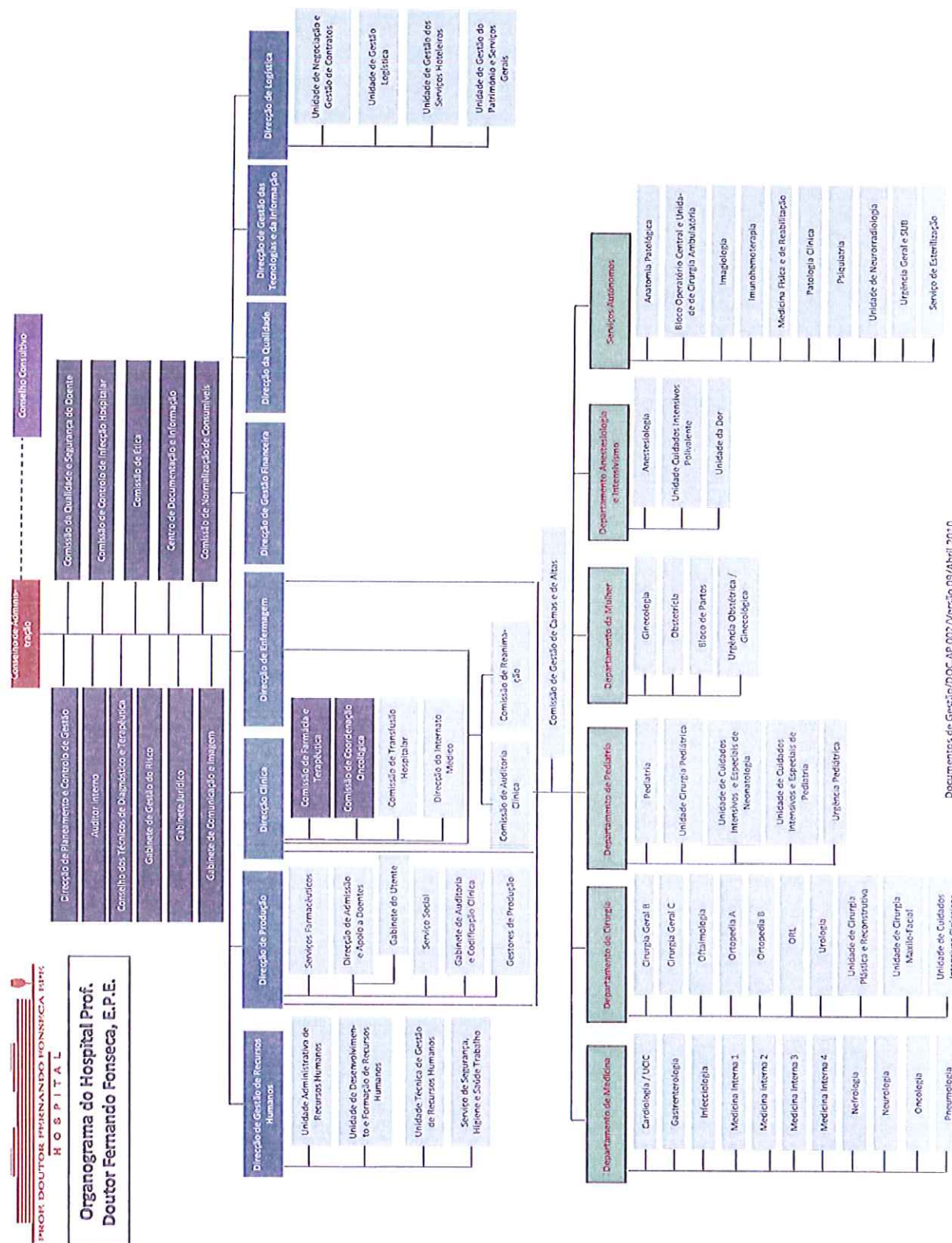
Fonte:

Glossário de Conceitos de estatística em saúde – 1ª Fase. Direcção Geral de Saúde, Lisboa, 2001 www.dgs.pt

Infopédia www.infopedia.pt

Portal da Saúde – Ministério da Saúde www.portaldasaude.gov.pt

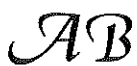
14.1 Organograma



Handwritten initials and marks in the top right corner.

14.2 Cumprimento dos Objectivos de Gestão

Vertical text or markings in the center of the page.



ANTÓNIO MARIA VELEZ BELÉM – SOCIEDADE DE
REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, UNIPessoal, LDA.
SROC N.º 96 – NIF. 502 585 811 – Capital Social realizado 12.600€

PARECER DO FISCAL ÚNICO

(Nos termos do nº 17 do Anexo à Resolução do Conselho de Ministros
Nº 49/2007, de 28 de Março)

HOSPITAL PROFESSOR DOUTOR
FERNANDO FONSECA, E.P.E.

EXERCÍCIO DE 2011



Relatório do Fiscal Único nos termos do n.º 17 do Anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março

Em cumprimento do disposto no n.º 17 do Anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, apresentamos o relatório relativo à avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor no HOSPITAL PROFESSOR DOUTOR FERNANDO FONSECA, E.P.E. (HFF), relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Relatório

Das indagações realizadas verificamos que não existem objetivos definidos ao nível individual, relativamente a cada um dos gestores executivos, pelo que, no nosso entendimento, não existem condições que permitam proceder à avaliação do seu desempenho individual. Assim, consideramos que apenas podemos proceder à análise do desempenho global dos membros do Órgão de Gestão, tendo por referência objetivos previamente definidos, pelo que se nos afigura que essa avaliação deverá ter por base o grau de execução do Contrato Programa celebrado pelo HFF.

O quadro seguinte apresenta um resumo da taxa de execução do Plano de Desempenho definido em 2011.

	Objectivo	Real	Desvio (Unid.)	Taxa Execução
CONSULTAS EXTERNAS	275.228	266.293	-8.935	96,8% ..
Primeiras Consultas	74.270	75.762	1.492	102,0% ..
Consultas Subsequentes	200.958	190.531	-10.427	94,8% ..
INTERNAMENTO				
Docentes Equivalentes (Estimativa)	31.575	32.368	793	102,5% ..
GDH Médicos	20.173	19.821	-352	98,3% ..
GDH Cirúrgicos	11.402	12.548	1.146	110,0% ..
GDH Cirúrgicos - Programados	6.629	7.425	796	112,0% ..
GDH Cirúrgicos - Urgentes	4.773	5.122	349	107,3% ..
Docentes Crónicos - N.º Dias de Internamento				
Docentes Crónicos Ventilados	1.690	1.791	191	112,0% ..
URGÊNCIA				
Urgência Médico- Cirúrgica	190.671	199.475	8.804	104,6% ..
Urgência Básica	49.146	45.227	-3.919	92,0% ..
SESSÕES DE HOSPITAL DE DIA				
Imuno-hemoterapia	204	335	131	164,2% ..
Infecção	12.022	13.080	1.058	108,8% ..
Psiquiatria	6.421	6.077	-344	94,6% ..
GDH AMBULATÓRIO				
GDH Médicos	13.856	13.963	107	100,8% ..
GDH Cirúrgicos	8.109	8.073	-36	99,6% ..
HEMODIÁLISE	2.867	2.912	46	101,6% ..
PROGRAMAS DE SAÚDE				
Obesidade - Pré avaliação e Cirurgia	40	35	-5	87,5% ..
Obesidade - 1.º Ano Follow Up	77	71	-6	92,2% ..
VIIH/Sida - N.º Docentes em TAR	332	310	-22	93,4% ..
Infertilidade - Consultas de Apoio	100		-100	
IG até 10 semanas - N.º IG Medicamentosa em Amb.	10	23	13	230,0% ..
IG até 10 semanas - N.º IG Cirúrgica em Amb.	1.861	1.686	-175	90,6% ..

Da análise efetuada ao quadro acima, verifica-se que na maioria das linhas de atividade, excetuando (i) as Consultas Externas subsequentes; (ii) Internamento – GDH Médicos; (iii) Urgência básica; (iv) Psiquiatria; (v) Ambulatório – GDH Cirúrgicos; e (vi) Programas de Saúde, (exceto IG até 10 semanas – n.º IG Medicamentosa em Ambulatório), o HFF superou as metas do Plano de Desempenho.

Relativamente à apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor no HOSPITAL PROFESSOR DOUTOR FERNANDO FONSECA, E.P.E., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não chegou ao nosso conhecimento nada que possa afetar de forma materialmente negativa a nossa avaliação nesta matéria.

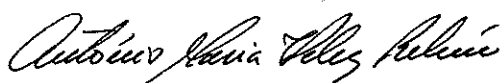
27 de abril de 2012

O FISCAL ÚNICO

“António Maria Velez Belém, SROC – Unipessoal, Lda.”

Representada por

António Maria Velez Belém, ROC n.º 768



14.3 Cumprimento das Obrigações Legais (Quadro Resumo)

Cumprimento das Obrigações Legais					
Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A		
Objectivos de Gestão					
Grau de execução do Contrato Programa				Entre 87,5% e 230%	Ver ponto 3.1 e 3.4
Gestão do Risco Financeiro			X	Não aplicável	O HFF não possui financiamento externo nem passivo remunerado
Evolução do PMP a Fornecedores		X		Agravamento de 60 dias entre Dezembro 2010 e 2011	Recebimento de apenas cerca de 82 % do Duodécimo do Contrato Programa.
Atrasos nos Pagamentos (Arrears)		X		21,7 M € Arrears	Vidé ponto 6.2.4 do Relatório.
Deveres Especiais de Informação			X	Não aplicável	
Recomendação do Accionista na Aprovação de Contas					
- Recomendação 1			X	Não aplicável	Não foram emitidas recomendações.
- Recomendação 2			X	Não aplicável	Não foram emitidas recomendações.
Remunerações					
- Não atribuição de prémios gestão	X				
- Órgãos sociais – reduç.remun. artº 19º Lei 55-A/2010	X			30.454 €- redução remuneratória em 2011	
- Órgãos sociais – reduç. 5%, artº 12º Lei 12-A/2010	X			16.027 € -redução remuneratória em 2011	
- Auditor externo – reduç. remuner. artº 22º Lei 55-A/2010			X	Não aplicável	O Hospital não detém Auditor Externo.
- Restantes trabalhad. - reduç.remun. artº 19º Lei 55-A/2010	X			3.194.675 €- redução remuneratória 2011	
Contratação Pública					
- Normas de contratação pública	X			Não aplicável	
- Adesão ao Sist. Nac. Compras Públicas	X			Não aplicável	
Limites de Crescimento do Endividamento					
Plano de Redução de Custos					
- Gastos com pessoal			X	Variação 11,6 % em 2011 face a 2009	
- Fornecimentos e serviços externos			X	Variação 11,4 % em 2011 face a 2009	
Princípio da Unidade de Tesouraria	X			97,4 % das disponibilidades aplicadas no IGCP em 31/12/2011	

4
2 7 4

14.4 Mapa de Posição a 31 de Dezembro de 2011 dos Pagamentos em atraso

Nome Fornecedor	NIF	< 90 dias	90 - 120 dias	120 - 240 dias	240 - 360 dias	> 360 dias	Total Geral
Gilead Sciences S.A (Med)	PT503604704	1.427.578,74	423.721,36	1.107.307,22	0,00	0,00	2.958.607,32
Roche Farm Q.	PT500233810	721.068,79	173.009,65	836.827,90	-514,20	1.439,05	1.731.831,19
ViiV Healthcare	PT509117961	607.112,69	235.549,86	640.585,42	-52.877,68	0,00	1.430.370,29
Abbott Laboratórios, Lda	PT500006148	534.148,16	152.272,67	684.040,91	0,00	698,95	1.371.160,69
B. Braun Medical Lda	PT501506543	714.541,01	116.236,25	294.703,58	-3.877,05	6.390,42	1.127.994,21
Bristol-Myers Squibb, S.A.	PT500048193	423.606,05	126.702,34	627.306,00	-185.281,26	0,00	992.333,13
SIEMENS HEALTHCARE DIAG. IDA.	PT507925173	489.372,11	89.546,77	361.892,69	6.008,40	7.399,13	954.219,10
Medtronic Portugal, Lda.	PT504223933	134.895,11	574.084,78	223.161,84	0,00	496,10	932.637,83
Merck Sharp & Dohme, Lda.	PT500191360	374.618,45	88.187,20	419.437,46	-102.820,16	0,00	779.422,95
JANSSEN-CILAG	PT500189412	464.556,45	61.624,91	198.670,12	0,00	0,00	724.851,48
Johnson & Johnson	PT500153370	304.750,85	83.156,98	334.759,81	-46.401,59	-961,14	675.304,91
Boston Scientific Portugal, Lda	PT504988964	256.620,42	72.808,47	342.844,11	0,00	0,00	672.273,00
Casais, Eng e Construção, SA	PT500023875	12.219,80	22.284,58	615.291,26	-159.173,39	0,00	490.622,25
Labesfal, S.A	PT501169580	131.595,38	61.044,07	280.166,11	975,86	5.509,61	479.291,03
Covidien Portugal-Prod Saúde, Unip	PT503413410	247.963,46	47.302,75	171.964,24	-154,35	8.404,54	475.480,64
Alcon Portugal	PT501251685	170.493,25	58.840,07	153.387,31	-53,00	43,54	382.711,17
A.R.S.LX.V.TEJO-SUBREGIAO LX.	PT503148776	0,00	24.447,95	51.955,31	93.259,27	207.125,32	376.787,85
Lab. Pfizer, Lda	PT500162166	167.985,89	45.372,54	145.784,16	1.097,36	0,00	360.239,95
St. Jude Medical Portugal,Lda	PT504180746	192.744,65	56.297,94	62.250,76	0,00	984,00	312.277,35
Unilfarma	PT500293023	165.199,16	34.828,35	68.757,35	0,00	27.147,92	295.932,78
Sanofi-Aventis - Prod.Farmacêuticos	PT500134960	122.208,56	51.925,40	115.721,69	0,00	493,92	290.349,57
Schering-plough Farma, Lda	PT500700907	91.272,13	32.126,34	130.489,69	0,00	9.385,11	263.273,27
Amgen-Biofarmaceutica, Lda.	PT502942959	30.831,39	45.554,26	127.161,32	26.186,94	4.421,09	234.155,00
Astra Zeneca-Prod Farm, Lda	PT502942240	119.223,13	73.339,34	24.723,42	0,00	0,00	217.285,89
Molnlycke Health Care	PT511101066	156.973,79	35.614,65	1.846,84	0,00	0,00	194.435,28
Novartis Farma, S. A.	PT500063524	108.893,42	51.514,96	32.091,90	0,00	1.068,06	193.568,34
Merck, S. A.	PT500650870	123.189,14	0,00	57.141,00	-6.224,32	0,00	174.105,82
Grifols Portugal, Lda	PT502041285	100.985,51	16.961,09	47.815,02	0,00	0,00	165.761,62
LILLY - FARMA, LDA	PT500165602	81.451,12	49.112,90	28.608,30	0,00	0,00	159.172,32
A D S E	PT600000303	0,00	0,00	34.252,06	75.479,94	38.562,96	148.294,96
Octapharma-Prod Farmacêuticos, Lda	PT502820780	78.968,73	30.622,86	8.322,91	0,00	0,00	117.914,50
Roche Sist.de Diagnóstico,Soc	PT504282921	72.121,80	40.055,54	-28,03	0,00	0,00	112.149,31
Baxter Med-Farm. Lda	PT503347345	83.755,46	9.246,94	13.125,55	0,00	0,00	106.127,95
Olympus Portugal-T. Méd.Endoscópica	PT503581429	84.618,77	16.335,16	0,00	0,00	0,00	100.953,93
Enzifarma	PT503636975	98.099,82	0,00	0,00	0,00	0,00	98.099,82
PREMIUM LEADERSHIP, SA	PT504364677	0,00	0,00	0,00	75.504,00	21.414,16	96.918,16
Emílio de Azevedo Campos, S.A.	PT500094853	49.283,03	24.703,07	19.323,05	0,00	0,00	93.309,15
Labdiagnóstica	PT504477676	973,89	1.681,20	3.938,53	4.875,80	79.251,01	90.720,43
Diamed Portuguesa Diag. S.A.	PT501675809	37.303,95	31.951,22	18.783,82	0,00	0,00	88.038,99
Gambro Lundia AB-Sucursal em Portug	PT980367751	84.191,91	0,00	-69,96	121,00	0,00	84.242,95
Bayer Portugal S. A.	PT500043256	68.024,09	13.004,82	-492,00	0,00	0,00	80.536,91
BIOGEN IDEC PORTUGAL, LDA	PT506415740	63.427,90	0,00	0,00	0,00	0,00	63.427,90
MSFT Software p/ Microprocessadores	PT502586745	61.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.500,00

Nome Fornecedor	NIF	< 90 dias	90 - 120 dias	120 - 240 dias	240 - 360 dias	> 360 dias	Total Geral
Glaxo SmithKline Farma	PT500139962	41.887,53	12.644,06	0,00	0,00	0,00	54.531,59
Hoslab Diagnostica, S.A	PT501450017	52.574,18	0,00	0,00	0,00	0,00	52.574,18
BESLeasing Contrato 2037603	PT500852367	-9.043,93	-3.001,82	-11.966,41	-11.736,74	86.808,68	51.059,78
Hospira Portugal, Lda	PT502918098	46.784,26	159,00	0,00	0,00	0,00	46.943,26
Farmimpex Cardio, Lda	PT503061506	23.164,95	22.790,00	0,00	0,00	0,00	45.954,95
SYNTHE-S-Com. Dispositivos Méd. Lda	PT501212191	40.999,81	4.399,61	47,04	0,00	0,00	45.446,46
Inst Nac. Saúde Dr Ricardo Jorge	PT501427511	0,00	5.184,84	30.466,18	0,00	112,23	35.763,25
NOVABASE IMS	PT500074372	35.599,20	0,00	0,00	0,00	0,00	35.599,20
SAP PORTUGAL	PT504569759	0,00	0,00	33.258,63	0,00	0,00	33.258,63
PROSEGUR-Cª DE SEGURANÇA, LDA	PT501290567	60.709,26	0,00	0,00	0,00	-28.276,80	32.432,46
Ambulâncias STD - Serv. Transp	PT503668923	1.080,00	2.970,00	26.470,30	0,00	0,00	30.520,30
General Electric	PT500357129	28.312,31	0,00	0,00	0,00	0,00	28.312,31
BESLeasing Contrato 2037617	PT500852367	-5.224,17	-1.733,50	-6.912,23	-6.778,17	48.334,70	27.686,63
Celgene Sociedade Unipessoal,	PT507791690	26.826,36	0,00	0,00	0,00	0,00	26.826,36
A.Menarini Diagnostics Lda	PT502610069	8.198,66	0,00	9.610,24	2.314,74	0,00	20.123,64
QUILABAN	PT500399670	19.253,62	0,00	573,67	0,00	0,00	19.827,29
BESLeasing Contrato 2032930	PT500852367	-3.635,56	-1.206,62	-4.809,43	-4.716,08	33.636,47	19.268,78
Centro Hosp Lisboa Ocidental,EPE	PT507618319	10.373,40	0,00	8.940,20	-144,70	-483,30	18.685,60
BESLeasing Contrato 2047132	PT500852367	-1.896,34	-629,84	-2.514,84	-2.468,70	24.972,13	17.462,41
Sorin Cardio	PT505514010	16.817,25	0,00	0,00	0,00	0,00	16.817,25
Inst Port Oncol Francisco Gentil	PT506361616	266,30	0,00	0,00	0,00	15.096,11	15.362,41
DR.JOAOQUIM CHAVES LAB.ANALISES	PT500753636	8.218,03	4.650,00	9,24	0,00	2.134,26	15.011,53
Hospital da Marinha	PT600012662	7.322,40	0,00	7.471,18	0,00	0,00	14.793,58
BIO-MERIEUX PORTUGAL, Lda	PT501524177	2.431,66	352,00	540,52	156,96	8.534,18	12.015,32
Balague Center	ESA58708603	7.663,86	1.678,77	2.257,96	0,00	0,00	11.600,59
Amadeu Campos Costa, Lda	PT506794547	0,00	0,00	11.205,00	0,00	0,00	11.205,00
Hospital da Luz, SA	PT507485637	8.496,50	600,00	100,00	594,00	0,00	9.790,50
CLINICA DOS ARCOS	PT507740343	3.480,00	6.295,00	0,00	0,00	0,00	9.775,00
Diaverum Inv. e Serv., Lda	PT511154097	0,00	0,00	480,00	2.949,46	4.995,33	8.424,79
Isoder-Isótopos e Derivados S.	PT502241594	430,50	3.333,30	660,51	0,00	3.186,00	7.610,31
PMH - Prod. Medico Hospitalares	PT502376899	7.086,60	0,00	0,00	0,00	0,00	7.086,60
Praxair Portugal Gases, S. A.	PT501738916	2.321,18	966,29	1.488,18	-62,00	2.023,60	6.737,25
Nuno Lobo Antunes - Activ Médicas L	PT508348692	3.900,00	1.300,00	1.300,00	0,00	0,00	6.500,00
VWR Intern-Mat Lab, LDA	PT503842770	3.276,48	21,22	2.996,12	193,60	0,00	6.487,42
Teva Pharma-Prod.Farmacêuticos	PT507045491	0,00	0,00	0,00	0,00	6.457,50	6.457,50
CROMP-CENT. MED. PORTELA DE SINTRA	PT503477800	6.265,58	0,00	0,00	0,00	0,00	6.265,58
Policotovia - Centro P da Cotovia L	PT507358546	2.563,60	1.534,34	1.841,62	0,00	0,00	5.939,56
IBMC-Inst. Biol. Mol. Celular	PT503828360	4.148,00	0,00	434,00	0,00	1.258,00	5.840,00
HIGIENE PLUS, LDA.	PT503637530	5.346,87	0,00	422,28	0,00	0,00	5.769,15
ANABELA MARQUES LOPES SANTOS	PT206742045	2.850,15	0,00	2.901,70	0,00	0,00	5.751,85
ACTELION	PT507336488	0,00	0,00	0,00	5.622,24	0,00	5.622,24
Cidalia Mendes Unipessoal Lda	PT509698956	1.773,86	1.847,51	1.843,60	0,00	0,00	5.464,97
Sensor Life	PT509589715	0,00	0,00	5.311,14	0,00	0,00	5.311,14
I.F.H.I-Inst. Flui. Hosp.e Ind	PT502264543	5.296,13	0,00	0,00	0,00	0,00	5.296,13

Nome Fornecedor	NIF	< 90 dias	90 - 120 dias	120 - 240 dias	240 - 360 dias	> 360 dias	Total Geral
Ressonancia Magnetica Clinica Diag	PT501834249	5.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.290,00
Generis - Farmacêutica, SA	PT508107997	-204,12	690,06	1.536,78	119,57	3.091,44	5.233,73
ANTONIO AUGUSTO GODINHO GOMES	PT142165484	0,00	2.167,28	2.836,66	0,00	0,00	5.003,94
Henrique Manuel Martins	PT214388921	0,00	0,00	4.396,00	0,00	0,00	4.396,00
EDP Serviço Universal SA	PT507846044	0,00	0,00	0,00	0,00	4.306,45	4.306,45
Clinica Serv. Med. Comp. Belem	PT502811102	1.227,50	0,00	312,50	173,30	2.279,40	3.992,70
SIVSA, SA.	ESA36646685	600,00	0,00	2.100,00	1.100,00	0,00	3.800,00
Servisan, S.A.	PT500246530	3.164,16	0,00	563,24	0,00	0,00	3.727,40
FRANCISCO MANUEL NASCIMENTO MATEUS	PT128293926	0,00	0,00	0,00	2.328,31	1.224,50	3.552,81
Phadia	PT506916243	3.445,28	0,00	79,68	0,00	0,00	3.524,96
Centro Hosp Lisboa (Central)	PT508080142	132,81	0,00	646,10	2.677,72	0,00	3.456,63
DAVI II FARMACEUTICA, SA	PT508309450	3.192,76	0,00	261,01	0,00	0,00	3.453,77
Saber Cativar - Unipessoal, Lda	PT509606377	0,00	0,00	3.190,50	0,00	0,00	3.190,50
MARIA PIEDADE P. S. LEMOS AZCUE	PT153198486	0,00	0,00	0,00	3.063,00	0,00	3.063,00
PARTILHACERTADA - UNIPESOAAL LDA	PT509504639	0,00	0,00	2.287,58	730,75	0,00	3.018,33
OFTALMOIMAGEM, LDA	PT505973510	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Overpharma- Prod Médicos e Farmacêu	PT505792362	1.857,19	92,22	0,00	0,00	988,08	2.937,49
GENETEST	PT507030826	2.460,00	410,00	0,00	0,00	0,00	2.870,00
Albino Dias de Andrade, Lda	PT500013810	1.244,04	1.577,17	0,00	0,00	0,00	2.821,21
Centro Genética Clínica	PT501410961	2.083,60	0,00	0,00	170,00	430,00	2.683,60
Isomed Portugal	PT503877190	2.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.650,00
Rad. Form, Unip., Lda	PT509767923	2.608,76	0,00	0,00	0,00	0,00	2.608,76
JOSE MANUEL JESUS M. R. LOUREIRO	PT135521912	0,00	2.540,80	0,00	0,00	0,00	2.540,80
A.B.V.F.MONTELAVAR	PT501440623	0,00	0,00	-16,45	0,00	2.444,00	2.427,55
Abbott Medical Optics Spain S.L.	PT980262364	1.865,60	0,00	551,20	0,00	0,00	2.416,80
Rabisco Perfeito, Lda.	PT509001742	0,00	0,00	0,00	0,00	2.376,00	2.376,00
NUNO JOSE FARRAIA SILVA MEIRELES	PT145750051	1.175,00	392,50	786,00	0,00	0,00	2.353,50
CHONG YEE PACK CHING	PT207143978	0,00	0,00	0,00	0,00	2.339,58	2.339,58
Hospital Cuf Infante Santo	PT500142742	2.325,96	0,00	0,00	0,00	0,00	2.325,96
A. Bombeiros Vol. Sintra	PT501131981	760,32	835,20	668,64	0,00	0,00	2.264,16
CLINICA MED.PEDIAT.DRª CONCEIÇÃO NE	PT505301423	1.620,00	540,00	0,00	0,00	0,00	2.160,00
CRISTINA OUBINA BARBOLLA	PT229779662	1.276,96	548,29	302,03	0,00	0,00	2.127,28
JUCARA MARIA ANJOS COSTA RIBEIRO	PT223623075	0,00	0,00	0,00	0,00	2.051,47	2.051,47
Stryker Portugal-Prod Médicos, Lda	PT504594214	0,00	0,00	1.931,10	0,00	0,00	1.931,10
Bombeiros De Colares	PT501151419	1.836,00	0,00	76,80	0,00	0,00	1.912,80
Assoc Bom Vol Progresso Barcar	PT501189939	0,00	1.912,56	0,00	0,00	0,00	1.912,56
RUI ANTÓNIO DOMINGUES FRADE PALMA	PT187737150	1.470,54	0,00	415,94	0,00	0,00	1.886,48
Brown and Blue Unipessoal Lda	PT509845878	1.858,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.858,45
NEURAL-LDA	PT502911212	272,32	0,00	963,21	0,00	576,00	1.811,53
NILA MARISA RIBEIRO GODINHO	PT185361200	0,00	0,00	0,00	0,00	1.760,00	1.760,00
SEBASTIÃO PESTANA HENRIQUES	PT169220559	0,00	0,00	0,00	1.723,72	0,00	1.723,72
Maria Lurdes Goncalves Castro	PT214461858	0,00	0,00	337,14	1.348,56	0,00	1.685,70
Lab.Medix,SA	ESA28081362	0,00	0,00	0,00	1.683,00	0,00	1.683,00

Nome Fornecedor	NIF	< 90 dias	90 - 120 dias	120 - 240 dias	240 - 360 dias	> 360 dias	Total Geral
ANA RITA FERREIRA AMBROSIO	PT203444914	0,00	0,00	0,00	0,00	1.676,64	1.676,64
A.P.C.-Com.Papel Plást.,SocUni	PT506348989	-27,15	1.411,25	217,71	71,39	0,00	1.673,20
PEDRO & LEANDRO, SERVIÇOS MEDICOS	PT507405862	0,00	540,00	0,00	972,00	0,00	1.512,00
Centro Hosp.Lisboa Norte	PT508481287	1.487,10	0,00	0,00	0,00	0,00	1.487,10
SAROGINI RAICAR DIAS PABLO	PT112063179	0,00	0,00	0,00	0,00	1.469,00	1.469,00
NELSON MANUEL F. MOTA GASPAR	PT214023311	681,30	459,22	318,00	0,00	0,00	1.458,52
Laura Patricia Simoes Santos	PT234377275	0,00	0,00	0,00	942,00	480,00	1.422,00
Filipe Manuel Reis Simoes Silva	PT236913808	1.315,74	98,47	0,00	0,00	0,00	1.414,21
SUSANA JORGE FERREIRA CONCEICAO	PT216809118	934,59	477,38	0,00	0,00	0,00	1.411,97
JOSE MANUEL LOMBA MORAIS	PT180175270	511,52	868,64	0,00	0,00	0,00	1.380,16
Paul Hartmann, Lda	PT502271728	995,10	320,53	0,00	0,00	0,00	1.315,63
MARTA SOFIA SERRASQUEIRO R. CABRAL	PT218550880	543,53	0,00	0,00	764,00	0,00	1.307,53
IDIS-Managing World Medicines	GB700513982	371,20	658,08	261,90	0,00	0,00	1.291,18
Fresenius Kabi Pharma Portugal,Lda	PT504293753	1.216,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.216,88
IMI - IMAGENS MÉDICAS INTEGRAD	PT501721037	1.206,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.206,00
Opustarget, Lda	PT508557151	1.205,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1.205,40
Prospa - Lab. Farmacêuticos S.A.	PT500130248	1.195,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.195,68
Alloga Portugal-Armaz. e Dist. Farm	PT504507230	23,34	0,00	1.166,00	0,00	0,00	1.189,34
Smith & Nephew, Lda	PT503552461	152,64	0,00	956,86	0,00	63,60	1.173,10
SANDRA PAULA MORAIS MATOS	PT207978700	606,69	546,00	0,00	0,00	0,00	1.152,69
BP PORTUGAL, SA	PT500194670	598,41	543,86	-616,30	616,30	0,00	1.142,27
Normax, Lda	PT500203130	1.124,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.124,22
ASSOC. H. BOMBEIROS V. QUELUZ	PT501091289	0,00	0,00	1.117,50	0,00	0,00	1.117,50
CLAUDIA MARISA MIRANDA SALES SANTOS	PT218911793	0,00	0,00	0,00	0,00	1.081,78	1.081,78
Scalea-Combustíveis, Lda	PT504336070	0,00	0,00	1.063,76	0,00	0,00	1.063,76
SOC.PORT.DE RESS.MAGNETICA	PT502265450	1.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.050,00
Ipsen Portugal, Lab. Farm. S. A.	PT502609800	1.044,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1.044,15
NMC - Centro Medico Nacional,	PT501127550	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
Genomed-Diag Med Nuclear, S.A	PT506905446	991,60	0,00	0,00	0,00	0,00	991,60
LOURES DESIGN - MOB.ESCR.E DEC	PT504027638	956,94	0,00	0,00	0,00	0,00	956,94
Servier Portugal	PT502177420	462,12	0,00	0,00	0,00	487,01	949,13
MARIA ROSALINA S. C. N. BARROSO	PT118615858	0,00	0,00	0,00	942,00	0,00	942,00
ANASTACIO SALDANHA-UNIPessoal, LDA.	PT505804441	938,71	0,00	0,00	0,00	0,00	938,71
Emília Maria V. P. Almeida	PT114799792	0,00	0,00	0,00	933,00	0,00	933,00
BIO-RAD LABORATORIES, LDA.	PT501301321	0,00	0,00	59,56	0,00	845,75	905,31
Bial-Portela & Cª, S.A.	PT500220913	-210,00	0,00	0,00	181,85	905,18	877,03
Andre Vala Teixeira Goncalves	PT200121200	50,58	0,00	822,51	0,00	0,00	873,09
3M Portugal, Lda	PT500193940	868,52	0,00	0,00	0,00	0,00	868,52
Fragon Iberica	ESA08199499	0,00	0,00	0,00	861,49	0,00	861,49
Hospital Cuf Descobertas,SA	PT504872982	-667,00	0,00	0,00	0,00	1.528,03	861,03
KVTECH PORTUGAL, Lda	PT508671531	0,00	0,00	119,25	0,00	728,85	848,10
João Antunes Amaro, Lda	PT500149003	213,50	0,00	0,00	0,00	631,28	844,78
RUI MANUEL SANTOS PEREIRA	PT182859142	838,53	0,00	0,00	0,00	0,00	838,53

Nome Fornecedor	NIF	< 90 dias	90 - 120 dias	120 - 240 dias	240 - 360 dias	> 360 dias	Total Geral
PAULO JOSE DURO DINIS	PT205266509	0,00	0,00	0,00	832,09	0,00	832,09
Oftalmoglobal, Lda	PT508680441	0,00	0,00	785,10	0,00	0,00	785,10
AGA-Álcool e G. Alim, S.A	PT500727457	513,16	0,00	0,00	267,17	0,00	780,33
J. Monteiro, Lda	PT502051370	570,11	0,00	0,00	0,00	188,30	758,41
Albano R.N.Alves, S.A.	PT505076780	0,00	0,00	747,69	0,00	0,00	747,69
Factor Plus Sa	PT502810645	0,00	0,00	0,00	0,00	746,40	746,40
Lurdes Anjos Pinto Morais	PT196213860	0,00	0,00	730,90	0,00	0,00	730,90
FARMOZ SA	PT501505334	592,12	97,94	0,00	0,00	0,00	690,06
MARIA TERESA C. C. BRANCO	PT120013576	658,58	0,00	0,00	0,00	0,00	658,58
HOSPITAL DOS LUSIADAS	PT505962403	654,00	0,00	0,00	0,00	0,00	654,00
Luis Manuel C. Dominguez Cuna	PT158786580	0,00	0,00	0,00	0,00	600,20	600,20
ERIQUE MANUEL CORREIA GUEDES PINTO	PT220454906	587,12	0,00	0,00	0,00	0,00	587,12
Oftaldata-Prod.Oft, Lda	PT504887459	584,25	0,00	0,00	0,00	0,00	584,25
C. R. Bard Portugal	PT502438274	0,00	566,57	0,00	0,00	0,00	566,57
Vygon (Portugal), Lda	PT503232785	0,00	559,16	0,00	0,00	0,00	559,16
Optica Medica das Beiras, SA	PT501317880	521,02	0,00	0,00	0,00	0,00	521,02
Clinifar-Produtos Clí. e Farm, S A.	PT503281115	512,91	0,00	0,00	0,00	0,00	512,91
Promei Int - Proj Int.Equip Biot,Ld	PT506470130	0,00	0,00	508,20	0,00	0,00	508,20
TAXIFONE, CRL	PT500755922	507,20	0,00	0,00	0,00	0,00	507,20
EAV L Estudos Arterio Ven Linf UNIP	PT503109266	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Germano Jose Silva Ferreira	PT228879191	66,49	0,00	212,31	186,83	0,00	465,63
FAC.FARM.LX-BIO/MICROBIOLOGIA	PT502659807	0,00	0,00	223,47	237,06	0,00	460,53
PEDRO JORGE MOTA RODRIGUES LOPES	PT225280663	429,22	0,00	0,00	0,00	0,00	429,22
Sucesso 24 Horas	PT507328310	0,00	0,00	0,00	0,00	422,40	422,40
TANIA LOPES CASTRO	PT236016814	414,10	0,00	0,00	0,00	0,00	414,10
Optica Conde De Redondo	PT500327963	0,00	0,00	405,71	0,00	0,00	405,71
IPATIMUP-INST.PAT.IMUN.MOL. PO	PT502246308	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	400,00
AEMEDE-A.MATOS DUARTE FILHOS,	PT503960438	0,00	0,00	0,00	0,00	390,00	390,00
JOSE CARLOS V.MIRANDA	PT187105936	0,00	0,00	0,00	0,00	389,00	389,00
Eugenio Pereira, Limitada	PT503989525	0,00	0,00	361,50	0,00	0,00	361,50
CARESTREAM HEALTH PORTUGAL	PT508054320	0,00	-4,80	0,00	0,00	364,80	360,00
Rui Manuel Gouveia Loureiro	PT218249411	0,00	0,00	354,00	0,00	0,00	354,00
Faculdade Medicina Univ.Lisboa	PT502662875	344,80	0,00	0,00	0,00	9,00	353,80
Assoc. de Retinopatia de Portugal,	PT504070924	351,10	0,00	0,00	0,00	0,00	351,10
Bausch & Lomb, SA	PT980218764	0,00	0,00	0,00	15,26	317,94	333,20
Lusomedicamenta-Soc.Técnica Fa	PT507150473	311,38	0,00	0,00	0,00	0,00	311,38
Geracao Criativa, Lda	PT504292820	310,08	0,00	0,00	0,00	0,00	310,08
VANESSA ALEXANDRA GASPAR RODRIGUES	PT246754117	159,23	34,88	109,02	0,00	0,00	303,13
ARS ALENTEJO-SUB REGIAO EVORA	PT503148768	0,00	0,00	0,00	0,00	279,72	279,72
Paramedica, Equip Médicos Lda.	PT501393005	0,00	0,00	0,00	0,00	276,00	276,00
Raed Abdel Rauf Ismail Zakout	PT229492568	272,72	0,00	0,00	0,00	0,00	272,72
ALPAJE-RESTAURACAO E SERVICOS,	PT505776979	0,00	270,82	0,00	0,00	0,00	270,82
Ass. Hum. Bomb. Vol. de Loures	PT501064770	0,00	0,00	268,82	0,00	0,00	268,82

Nome Fornecedor	NIF	< 90 dias	90 - 120 dias	120 - 240 dias	240 - 360 dias	> 360 dias	Total Geral
AZOLAB	PT506332918	0,00	0,00	0,00	268,53	0,00	268,53
DITRAM, LDA (não utilizar)	PT500510245	0,00	0,00	0,00	0,00	261,60	261,60
STALLPHARMA - Produt. Farmac. Lda	PT503732311	278,72	0,00	0,00	0,00	-18,56	260,16
Dalkia - Emp. Serv. Cond. Manut., S	PT502876581	0,00	0,00	0,00	252,89	0,00	252,89
Patrícia Camila Gomes Rodrigues	PT214981355	0,00	0,00	0,00	0,00	250,40	250,40
Clisa - Clínica de Sto. Antóni	PT500065080	245,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245,00
César castro, Lda	PT501371940	244,43	0,00	0,00	0,00	0,00	244,43
João José G. Batista	PT202527298	233,70	0,00	0,00	0,00	0,00	233,70
Hologic Iberia	PT980277230	0,00	0,00	0,00	217,80	0,00	217,80
Zambon, Prod. Farmacêuticos, Lda.	PT502155930	0,00	0,00	0,00	0,00	211,47	211,47
TECNIFAR	PT500280436	209,24	0,00	0,00	0,00	0,00	209,24
GUSP-Assoc Utilizadores SAP em	PT506280659	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00	200,00
A.R.S. SUB-REGIAO DE SAUDE LEI	PT503122165	0,00	0,00	0,00	0,00	195,22	195,22
HEMOVIDA LDA.	PT506036944	0,00	186,00	0,00	0,00	0,00	186,00
Bastos Viegas, S. A.	PT500042772	0,00	0,00	176,09	0,00	0,00	176,09
BOMB.V.CERNACHE DE BOMJARDIM	PT501289208	0,00	0,00	0,00	0,00	171,08	171,08
LEONOR CORDEIRO R. LOPES MELO	PT197525121	0,00	0,00	0,00	0,00	163,50	163,50
Maria Fatima Silva	PT148251927	120,18	39,92	0,00	0,00	0,00	160,10
Multisistemas, Lda	PT501497951	159,41	0,00	0,00	0,00	0,00	159,41
JET Express - Empresa Estafeta	PT504920510	0,00	157,74	0,00	0,00	0,00	157,74
M.T. - Assistência Técnica*Tra	PT124938612	155,60	0,00	0,00	0,00	0,00	155,60
Fresenius Medical Care, S.A.	PT503070220	0,00	0,00	154,88	0,00	0,00	154,88
Enraf Nonius	PT504798880	135,30	0,00	0,00	0,00	0,00	135,30
CARTONEX	PT501759670	0,00	0,00	132,84	0,00	0,00	132,84
Sano-tecnica, Lda	PT500239819	0,00	0,00	0,00	0,00	132,00	132,00
Izasa Portugal, Lda	PT501086110	118,94	0,00	0,00	0,00	0,00	118,94
JOAO FILIPE HELENO MICAEL	PT233552359	0,00	0,00	0,00	0,00	113,31	113,31
PT - Comunicações, SA	PT504615947	0,00	0,00	34,68	0,00	69,36	104,04
Inst. Higiene Medicina Tropical	PT501510168	0,00	0,00	0,00	80,00	24,00	104,00
Mundipharma Farmaceutica, Lda	PT506760014	94,79	-16,09	0,00	0,00	0,00	78,70
BOMBEIROS VOLUNT. AMADORA	PT500910138	0,00	0,00	75,00	0,00	0,00	75,00
STAT - High Pre Analytical Systems,S	PT507891074	0,00	0,00	0,00	0,00	71,28	71,28
JOAO CARLOS OLIVEIRA LIMA	PT240894138	0,00	0,00	0,00	0,00	70,59	70,59
Maternidade Dr. Alfredo Da Cos	PT501216324	69,79	0,00	0,00	0,00	0,00	69,79
LAR E REPOUSO DO RIBATEJO, ILda	PT504551914	64,94	0,00	0,00	0,00	0,00	64,94
Hospital de Curry Cabral, EPE	PT509394043	0,00	0,00	61,30	0,00	0,00	61,30
Radiomóvel - Telecomunicações,	PT502974753	0,00	0,00	0,00	59,80	0,00	59,80
DINA MARGARIDA SANTOS SEQUEIRA	PT237222531	0,00	0,00	0,00	0,00	59,14	59,14
GONÇALO ANDRE C.RAMALHO ALVES	PT211052272	0,00	0,00	0,00	0,00	55,38	55,38
HOSPITAL DA UNIV. COIMBRA EPE	PT508717191	0,00	0,00	0,00	0,00	48,60	48,60
Bombeiros Voluntários de Mafra	PT501144846	0,00	0,00	0,00	0,00	48,14	48,14
Bombeiros Voluntarios Arruda dos VI	PT501137092	0,00	0,00	48,00	0,00	0,00	48,00
Air Liquide Medicinal, Sa	PT501576436	42,10	0,00	0,00	0,00	0,00	42,10
Medivaris - Representações Médicas,	PT502625422	40,59	0,00	0,00	0,00	0,00	40,59

Nome Fornecedor	NIF	< 90 dias	90 - 120 dias	120 - 240 dias	240 - 360 dias	> 360 dias	Total Geral
Edmundo & Bela, Lda	PT506983587	0,00	0,00	0,00	0,00	37,40	37,40
MARTA CRISTINA MARUM AZEVEDO	PT209339683	35,11	0,00	0,00	0,00	0,00	35,11
Milupa Comercial, SA	PT502192828	31,04	0,00	0,00	0,00	0,00	31,04
Alexys Lucille Araujo Reis Borges	PT233285750	29,04	0,00	0,00	0,00	0,00	29,04
OCP PORTUGAL	PT500364877	23,91	0,00	0,00	0,00	0,00	23,91
HERLANDER MANUEL M. F. MARQUES	PT141769220	19,01	0,00	0,00	0,00	0,00	19,01
Filsat - Equip. Médico-Científicos,	PT506708616	0,00	0,00	18,45	0,00	0,00	18,45
Centro Hospitalar de Coimbra, EPE	PT508077893	0,00	0,00	0,00	0,00	17,50	17,50
INST. OFTALMOLOGICO GAMA PINTO	PT600000052	0,00	0,00	0,00	0,00	15,30	15,30
GONCALO MARIO MIRANDA PROENCA	PT136183115	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00
Herberto de Almeida, Fºs, Lda	PT500134090	0,00	0,00	14,90	0,00	0,00	14,90
Angelini Farmacêutica,Lda	PT500583650	13,53	0,00	0,00	0,00	0,00	13,53
Colorfoto de Barreiros da Silv	PT501349073	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	8,00
Desma Laboratório Farmacêutico	PT980300649	0,00	0,00	0,00	0,00	6,93	6,93
FACULDADE MED. UNIV. COIMBRA	PT506450198	0,00	0,00	0,00	0,00	4,81	4,81
RATIOPHARM, LDA	PT502414910	394,57	-394,57	0,00	0,00	0,00	0,00
Minfo	PT502480548	0,00	0,00	0,00	-0,01	0,00	-0,01
Bombeiros Vol. Belas	PT501273743	0,00	0,00	0,00	0,00	-9,40	-9,40
Digibéria - Informática, Lda	PT503330566	0,00	0,00	0,00	0,00	-10,80	-10,80
LINEAMÉDICA, Disp. Médico-Cir. S.A	PT505148676	0,00	-15,62	0,00	0,00	0,00	-15,62
Fluir - Cons Inform Unipessoal, Lda	PT506212424	-84,22	0,00	0,00	0,00	0,00	-84,22
Sipaco, Lda	PT500749299	-89,74	0,00	0,00	0,00	0,00	-89,74
Medicinalia - Cormédica, Lda	PT500684324	0,00	667,80	0,00	-821,40	0,00	-153,60
Levira II, Com.Mob.Metálico, SA	PT501052780	405,24	0,00	-577,48	0,00	0,00	-172,24
DPI CROMOTIPO-Of. Artes Gráf., Lda	PT504232266	0,00	0,00	0,00	0,00	-178,20	-178,20
Novartis Consumer Health, Lda	PT500268215	-196,52	0,00	0,00	0,00	0,00	-196,52
Laboratórios Vitória, S.a.	PT500162220	-236,38	0,00	0,00	0,00	0,00	-236,38
José Cotta - Equip. Médicos e Serv.	PT500155739	0,00	0,00	0,00	-2.504,40	2.216,40	-288,00
SYSTAGENIX WOUND MANAGEMENT (SPAIN)	PT980402298	-302,10	0,00	0,00	0,00	0,00	-302,10
Quinta da Beloura Golfe, S.A	PT502341831	0,00	0,00	0,00	0,00	-303,00	-303,00
UCB Pharma, Lda	PT500291322	-316,97	0,00	0,00	0,00	0,00	-316,97
FMUC, Lda	PT509321208	-369,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-369,00
CS Estofos, Lda	PT508681952	0,00	0,00	0,00	0,00	-456,00	-456,00
BELMIRO RIBEIRO E FILHOS, LDA.	PT506811611	0,00	0,00	0,00	-524,00	0,00	-524,00
LUSO-ATLANTICA,CORRECTOR SEGUROS, S	PT502358416	-316,82	0,00	0,00	0,00	-286,62	-603,44
Via Verde Portugal	PT504656767	-188,45	-261,39	-220,38	0,00	0,00	-670,22
Fisher & Paykel Healthcare	FR31417626587	0,00	0,00	0,00	0,00	-721,76	-721,76
MARIA J F MIGUEL, UNIPESSOAL LDA	PT509669727	0,00	0,00	0,00	-730,75	0,00	-730,75
Dupladp S.A	PT509059490	0,00	0,00	-812,00	0,00	0,00	-812,00
CAMARA MUNICIPAL SINTRA	PT500051062	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.096,00	-1.096,00
Indas	PT503505196	-3.733,49	2.550,03	0,00	0,00	0,00	-1.183,46
Filipa Valadares Barros, Lda	PT509870457	-1.528,82	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.528,82
Lundbeck Portugal, Prod. Farm. Lda	PT503573922	0,00	0,00	-1.567,23	0,00	0,00	-1.567,23

Nome Fornecedor	NIF	< 90 dias	90 - 120 dias	120 - 240 dias	240 - 360 dias	> 360 dias	Total Geral
ADÃO-MOVEIS E ELECT, LDA	PT501657797	-1.581,70	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.581,70
FullMedia-Prod Aud. Ass Com Lda	PT508201977	0,00	0,00	-2.706,00	931,70	0,00	-1.774,30
Katia Abrantes Miranda	PT130402966	0,00	0,00	-1.943,00	0,00	0,00	-1.943,00
TMN - Telecom. Móveis Nacionais,SA	PT502600268	1.606,22	-180,04	3.611,52	-5.918,98	-1.162,61	-2.043,89
Millennium BCPRenting	PT504150030	-2.758,34	0,00	0,00	0,00	353,99	-2.404,35
ALVES & Cª (IRMÃOS), LDA	PT500310068	-2.706,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.706,00
F. R. Amaral-Serv. Medicos, Unipess	PT508412218	0,00	-2.973,41	0,00	0,00	0,00	-2.973,41
MARIA FERNANDA CANAS MATOS	PT129343315	0,00	0,00	-2.034,72	-1.272,00	0,00	-3.306,72
Endovascular Dispositivos Méd. Lda	PT505537494	0,00	0,00	0,00	0,00	-14.094,00	-14.094,00
Astellas Farma, Lda	PT502540249	155,82	0,00	0,00	-20.765,31	0,00	-20.609,49
TOTAL		9.801.571,68	3.154.137,85	8.437.669,05	-295.729,58	653.171,09	21.750.820,09